

ANDRÉIA ALMEIDA MENDES

**A AUSÊNCIA OU A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE
NOMES PRÓPRIOS NA FALA DOS MORADORES DA ZONA RURAL
DE ABRE CAMPO E MATIPÓ – M.G.**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2009

ANDRÉIA ALMEIDA MENDES

**A AUSÊNCIA OU A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE
NOMES PRÓPRIOS NA FALA DOS MORADORES DA ZONA RURAL
DE ABRE CAMPO E MATIPÓ – M.G.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: B – Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2009



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada: “A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – MG.”, de autoria da mestranda Andréia Almeida Mendes, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen – FALE/UFMG - Orientadora

Profa. Dra. Ana Paula Antunes Rocha – ICHS/UFOP

Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra – FALE/UFMG

Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos
FALE/UFMG

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2009.

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte – MG – 31270-901

À minha querida e amada família, porto seguro
em que encontro a paz, o apoio e o aconchego
necessários para que eu siga adiante,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, que, com empenho e dedicação, orientou-me na execução deste trabalho; obrigada por seus sábios ensinamentos.

Aos meus pais, Sebastião Marques de Almeida e Margarida Mendes Costa Almeida, pelo apoio constante em todas as minhas decisões, pelas noites mal dormidas, pelo excesso de zelo, por me ajudarem a tornar possível a realização de mais essa etapa em minha vida.

Aos professores do programa de Pós-Graduação, em especial à Prof^a Dr^a Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani e à Prof^a Dr^a Maria Cândida Costa Trindade de Seabra, pelos ensinamentos durante as disciplinas cursadas e pelo carinho.

À minha amiga Ana Paula Mendes Alves, pela atenção, pelas referências enviadas, por seus comentários e por sua constante disponibilidade para me ajudar na etapa final deste trabalho.

Às minhas amigas Caroline Amadori Cavet, Rita de Cássia Ferreira Pedrosa Lazoni, Kelly Aparecida do Nascimento e Mônica Alves Silva, pelos dias de escuta, pelo carinho e pelas palavras de apoio e pela ajuda.

Aos meus amigos do mestrado, Luciene Maria Braga, Gabrielle Cristine Carvalho, Vander Lúcio de Souza, pela solidariedade.

Às minhas amigas, Rejane Cristina Leite Ribeiro, Kelly Jaciara Toledo Martins Daher e Fabiana Maia, pela ajuda e apoio.

Ao meu amigo, Eduardo Dias Fialho, pela disponibilidade em me ajudar na execução das figuras.

Aos meus colegas de trabalho da Doctum, da Vértice e do CTSP, eternos companheiros, pela cumplicidade no decorrer de todo esse percurso.

Aos entrevistados e aos seus familiares, que me receberam de braços abertos em suas casas, por confiarem em mim, por aceitarem participar, concedendo crédito aos propósitos desta pesquisa.

Ao Júlio Vicente Gomes, meu taxista predileto, por todas as nossas idas e vindas a Belo Horizonte, pelas suas palavras amigas e pelo cuidado.

Aos meus irmãos, Ricardo Almeida Mendes, Maria Aparecida Almeida Mendes e Ronaldo Almeida Mendes, pelo incentivo e pelo apoio.

Aos meus sobrinhos, Walter Augusto Almeida Pereira (*in memoriam*), Ana Carolina Almeida Pereira, Alícia Martins Almeida, Lavínya Almeida Mendes e Joaquim Vitor Almeida Mendes, pelos momentos de ausência e também pelos momentos juntos, foram vocês que fizeram com que esse caminho fosse mais suave, foram vocês que me trouxeram alegria nos momentos difíceis.

À minha cunhada Solange Martins Miranda Almeida, por me acompanhar nas visitas nas casas de seus parentes.

À minha tia Laurice da Costa Gardingo e à minha prima Maria José Gardingo, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Aos meus professores do curso de graduação na FAFILE/ UEMG, em especial a Nicodemos Moreira Filho, responsáveis por minha formação, pelos seus ensinamentos e incentivo.

A Deus, pela vida, por estar sempre ao meu lado, acompanhando-me em todos os momentos, por colocar pessoas iluminadas em meu caminho e pelas oportunidades concedidas.

Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Abre Campo

Adj. – Adjetivo

Art. – Artigo

Art. Def. – Artigo Definido

Art. Indef. – Artigo Indefinido

ALF – Atlas Linguistique de la France

ALiB – Atlas Linguístico do Brasil

ALPb – Atlas Linguístico da Paraíba

ALPr – Atlas Linguístico do Paraná

ALS – Atlas Linguístico de Sergipe

A – Antroponímia

APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos

ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais

Br – Brasil

C – Celsius

c/ - com

CDP – Crônica de Dom Pedro

D – Densidade

Det – Determinante

DLNL – Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem

DVV – Diálogo da Viciosa Vergonha

EALMG – Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais

F – Feminino

I - Informante

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGA – Instituto de Geociência Aplicada

Km – Quilômetro

LEP – Língua Escrita Pretérita

LOC – Língua Oral Contemporânea

M - Masculino

Mx – Multiplexidade

Mat. - Matipó
M.G. – Minas Gerais
Mod E – Modificador Externo
Mod I – Modificador Interno
N - Nome
Np – Contatos Possíveis
NPP – Nome próprio de pessoa
Nr – Contatos Reais
Na – Números de Contatos Reais
Nm – Contatos Multipléxicos
NPr – Nome Próprio
NSN – Núcleo do Sintagma Nominal
Num - Numerador
NURC – Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta
O – Onomástica
PNE – Pré-Núcleo Externo
PNI – Pré-Núcleo Interno
P - Pesquisador
Poss – Possessivo
PV – Posição Variável
Qf – Quantificador
Qv - Qualificativo
Ref – Reforço
S Adj – Sintagma Adjetival
SN – Sintagma Nominal
SPrep – Sintagma Preposicionado
T – Toponímia
TCM – Textos selecionados por Clarinda Maia
UCL – Universidade da Califórnia, Los Angeles

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista parcial do Pouso Alto, zona rural da cidade de Abre Campo.....	20
1Figura 2: Vista parcial do Córrego dos Lourenços, zona rural da cidade de Matipó.	20
Figura 3: Mapa político de Minas Gerais destacando a Zona da Mata.	28
Figura 4: Área geográfica dos Sertões da Mantiqueira.	30
Figura 5: Caminho Novo.	30
Figura 6: Visão parcial da cidade de Abre Campo – Praça da cidade.....	33
Figura 7: Mapa de Minas Gerais localizando a cidade de Abre Campo.	34
Figura 8: Visão parcial da cidade de Abre Campo – Rio Santana.	35
Figura 9: Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Abre Campo...	35
Figura 10: Visão parcial da cidade de Abre Campo.	36
Figura 11: Carta geográfica destacando Matipó.....	38
Figura 12: Mapa de Matipó localizando a cidade de Matipó.	40
Figura 13: Visão parcial de Matipó.	41
Figura 14: Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Matipó.....	41
Figura 15: Visão parcial de Matipó.	42
Figura 16: Fazenda do Córrego Pouso Alto.	44
Figura 17: Capela de Santa Rita - Córrego do Pouso Alto.....	45
Figura 18: Estradas de acesso ao Córrego do Pouso Alto.	45
Figura 19: Pastagens para gado, Córrego Pouso Alto	46
Figura 20: Lavoura de café, Córrego Pouso Alto.....	46
Figura 21: Fazenda antiga de Alfredo Cecílio de Oliveira, Córrego dos Lourenços.	48
Figura 22: Vista parcial do Córrego dos Lourenços.....	48
Figura 23: Cachoeira dos Lourenços.....	49
Figura 24: Vista parcial do Córrego dos Lourenços.....	49
Figura 25: Vista parcial do Córrego dos Lourenços.....	50
Figura 26: Igreja Nossa Senhora das Vitórias – Córregos dos Lourenços.	50
Figura 27: Representação da densidade das redes.....	67
Figura 28: Representação da multiplexidade das redes.....	68
Figura 29: Onomástica.	84
Figura 30: Representação da densidade da rede do Córrego do Pouso Alto, em Abre Campo	167

Figura 31: Representação da multiplicidade da rede do Córrego do Pouso Alto, em Abre Campo.....	168
Figura 32: Representação da densidade de rede do Córrego dos Lourenços, em Matipó.....	168
Figura 33: Representação da multiplicidade da rede do Córrego dos Lourenços, em Matipó.	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da presença do artigo definido em função da intimidade nos dados de Campanha e Minas Novas	123
Gráfico 2: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo	147
Gráfico 3: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Matipó	148
Gráfico 4: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo com relação a gênero	150
Gráfico 5: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Matipó com relação a gênero	151
Gráfico 6: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo com relação a idade	153
Gráfico 7: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Matipó com relação a idade	154
Gráfico 8: Grau de intimidade com relação ao referente nas localidades de Abre Campo e Matipó	158
Gráfico 9: Ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo em Matipó e Abre Campo.....	160
Gráfico 10: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de topônimos com relação à cidade natal do informante nas localidades de Abre Campo e Matipó	163
Gráfico 11: Frequências de contatos na rede nas localidades de Matipó e Abre Campo	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)	108
Quadro 2: Normas adotadas para a transcrição das gravações	132
Quadro 3: As variáveis independentes ou grupos de fatores	135
Quadro 4: Graus de relacionamento em rede em Abre Campo e Matipó	167
Quadro 5: Resultado geral da quantificação dos antropônimos em Abre Campo	171
Quadro 6: Resultado geral da quantificação geral dos topônimos em Abre Campo	173
Quadro 7: Resultado geral da quantificação dos antropônimos em Matipó	174
Quadro 8: Resultado geral da quantificação dos topônimos em Matipó	175

LISTA DE TABELAS

1: Informantes de Abre Campo	129
2 : Informantes de Matipó	129
3: Ocorrência geral de artigo definido e indefinido no SN em Abre Campo	140
4: Ocorrência geral de artigo definido e indefinido no SN em Matipó	141
5: Número de ocorrências de antropônimos e topônimos em cada localidade.....	145
6: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na zona rural de Abre Campo.....	146
7: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Abre Campo.....	146
8: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Matipó.....	147
9: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Matipó.....	148
10 : Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos da zona rural de Abre Campo – fator gênero	149
11: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Abre Campo – fator gênero	150
12: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Matipó - fator gênero.....	150
13: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Matipó – fator gênero	151
14: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Abre Campo – fator idade	152
15: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Abre Campo – fator idade	152
16 : Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos da zona rural de Matipó – fator idade	153
17: Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Matipó – fator idade	153
18: Tipo de antropônimo em Abre Campo.....	155
19: Tipo de antropônimo em Matipó.....	155

20: O grau de intimidade em relação ao referente em Abre Campo	157
21: O grau de intimidade em relação ao referente em Matipó	157
22: Análise das ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo em Abre Campo e Matipó.....	160
23: Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido diante dos topônimos da cidade natal em Abre Campo	162
24: Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido diante dos topônimos da cidade natal em Matipó	162
25: Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido com relação ao tipo de topônimo em Abre Campo	164
26: Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido com relação ao tipo de topônimo em Matipó	164
27: Frequências de contatos na rede	169
28: Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo com relação ao indivíduo	170
29: Ausência ou presença de artigo definido diante de topônimos em Abre Campo com relação ao indivíduo	170
30: Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Matipó com relação ao indivíduo	170
31: Ausência ou presença de artigo definido diante de topônimos em Matipó com relação ao indivíduo.....	171

RESUMO

A variação sintática da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos – nomes próprios de pessoa – e topônimos – nomes próprios de lugar – é analisada na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó, no Pouso Alto e no Córrego dos Lourenços, respectivamente. Apesar de serem vizinhas limítrofes, essas localidades possuem padrões divergentes em relação a esse fenômeno: na zona rural de Abre Campo, não há uma variante predominante; na zona rural de Matipó, por sua vez, predomina a presença do artigo definido. A pesquisa adota alguns pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística assumidos por Labov (1972), Milroy (1987) e (1992), em que a língua é vista como variável, considerada em seu contexto sócio-cultural, uma vez que é uma prática social; e outros pressupostos da Dialetoлогия, tais como os estudos de Nelson Rossi (1963), (1980) e Nascentes (1922) que, por apresentar propostas para o estudo do português brasileiro, dão suporte à nossa discussão. A descrição do Sintagma Nominal (SN) baseia-se em Mendes (2000) e em outros estudos que trabalharam com o mesmo fenômeno; as definições de nomes próprios são discutidas conforme Lyons (1977), Dick (1990), Du Bois *et alii* (1998). Além de uma descrição dos sintagmas nominais coletados de acordo com tais autores, faz-se também uma análise quantitativa dos mesmos. A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise quantitativa e qualitativa realizada no *corpus* constituído por 8 entrevistas: quatro realizadas no Pouso Alto (Abre Campo) e quatro realizadas no Córrego dos Lourenços (Matipó). Nessas entrevistas, ocorreram 2105 sintagmas nominais, dos quais 848 são constituídos de nomes próprios: sendo 620 de antropônimos e 228 de topônimos. Em Abre Campo, com relação aos antropônimos, viu-se que prevaleceu ligeiramente a ausência de artigo definido (52%), tendo como fatores responsáveis por isso o gênero, a idade, o tipo de antropônimo e o grau de intimidade; já no que diz respeito aos topônimos, prevaleceu ligeiramente a presença de artigo definido (52%), tendo como fatores determinantes a idade e a localidade de sua cidade natal. Em Matipó, por sua vez, no que se refere aos antropônimos, prevaleceu a presença nesse mesmo contexto (83%), tendo como determinantes os antropônimos em estrutura de genitivo, o gênero, a idade, a intimidade; já com relação aos topônimos, não houve variável que prevalecesse, apresentando cada uma 50 % no final da quantificação.

Palavras-chave: Sociolinguística, Dialetoлогия, artigo definido, antropônimos, topônimos, Matipó, Abre Campo.

ABSTRACT

The syntactic variation of the absence-presence of the definite article before proper nouns, namely, anthroponymy and toponymy, is analyzed in the casual language of rural inhabitants from Abre Campo and Matipó, in the state of Minas Gerais, in the places named Pouso Alto and Córrego dos Lourenços respectively. In spite of being close to each other, these places show divergent standards in relation to this phenomenon: in the area of Abre Campo there is no predominant variant; while in the area of Matipó the presence of the definite article is the preferred one. The research assumes some methodological and theoretical assumptions of Sociolinguistics namely Labov (1972) and Milroy (1987) and Milroy (1992), in that language is seen as a variable and changeable phenomenon and must to be studied in its sociocultural context, since it as a social practice; also dialectological assumptions such as Rossi's (1963), (1980) and Nascentes's (1922) proposed for Brazilian Portuguese give support to our discussion. The description of the Noun Phrase follows Mendes (2000) and other who dealt with the same phenomenon; definitions of proper nouns are discussed according to Lyons (1977), Dick (1990) e Du Bois *et alii* (1998). A description of the collected Noun Phrases is carried out according to those authors, followed by their quantitative analysis. The research was carried out through a quantitative and a qualitative analysis of the *corpus* consisted of 8 interviews: 4 from Pouso Alto (Abre Campo), and 4 from Córrego dos Lourenços (Matipó); In these interviews occurred 2.105 Noun Phrases, 848 of which had proper nouns: namely 620 occurrences of anthroponymy and 228 of toponymy. In Abre Campo, as regards to anthroponymy, the absence of definite article (52%) is slightly higher than its presence (48%), having as responsible factors sex, age, and type of anthroponymy as well as degree of intimacy; on its turn toponymy shows a slightly higher presence of the definite article (52%), having as determinant factors age and the location of home place. In Matipó, in turn, with regard to anthroponymy, the presence of the definite article is dominant in 83% of the occurrences, having as determinant factors the genitive structure, sex, age, and degree of intimacy; with regard to toponymy none of the variants prevailed, showing a 50% for both the presence and absence of the definite article.

Key-Words: Sociolinguistics, Dialectology, definite article, anthroponymy, toponymy, Matipó, Abre Campo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DAS LOCALIDADES PESQUISADAS	27
2.1 A Zona da Mata	27
2.1.1 Abre Campo.....	31
2.1.2 Matipó.....	37
2.2 Os Córregos.....	42
2.2.1 Córrego Pouso Alto	43
2.2.2 Córrego dos Lourenços.....	47
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	51
3.1 A variabilidade da língua.....	51
3.2 A Dialectologia.....	52
3.3 A Sociolinguística.....	59
3.4 Decisões teórico-metodológicas	69
4 REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	72
4.1 O nome próprio.....	72
4.1.1 O nome próprio visto pela tradição gramatical	72
4.1.2 O comportamento linguístico dos nomes próprios	74
4.1.3 A função semântica dos nomes próprios	78
4.2 Os antropônimos e os topônimos.....	83
4.2.1 Onomástica	83
4.2.2 Antroponímia.....	85
4.2.2.1 O nome próprio de pessoa	87
4.2.2.2 Sobrenome	89
4.2.2.3 Apelido	91
4.2.2.4 O nome completo	94
4.2.2.5 Nome vocatório	94
4.2.2.6 Nomes Hipocorísticos	95
4.2.3 Toponímia.....	96
4.3 O artigo definido.....	99
4.3.2 O artigo visto à luz das gramáticas tradicionais	100
4.3.3 O artigo visto à luz de teorias modernas.....	101
4.3.4 O artigo definido diante de nomes próprios	102
4.3.4.1 O artigo definido diante de antropônimos	103

4.3.4.2 O artigo definido diante de topônimos	105
4.4 O sintagma nominal (SN).....	107
4.5 Outros estudos linguísticos	108
4.5.1 Du Bois (1980)	109
4.5.2 Moisés (1995).....	111
4.5.3 Callou e Silva (1997) e Callou (2000).....	113
4.5.4 Costa (1998)	116
4.5.5 Mendes (2000).....	118
4.5.6 Amaral (2003) e (2007)	120
4.5.7 Almeida Mendes (2006)	123
4.5.8 Alves (2008)	125
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	128
5.1 Apresentação dos dados	128
5.1.1. A constituição do <i>corpus</i>	128
5.1.2 A coleta dos dados.....	130
5.1.3 A transcrição dos dados.....	131
5.1.4 O tratamento dos dados	134
5.1.5 Casos excluídos da análise quantitativa.....	136
5.2 Análise dos dados.....	139
5.2.1 Considerações iniciais	140
5.2.2 Antropônimos e topônimos da quantificação	144
5.2.3 Os resultados nas duas localidades	145
5.2.3.1 Resultados na zona rural de Abre Campo	145
5.2.3.2 Resultados da zona rural de Matipó	147
5.2.4 O fator gênero.....	149
5.2.5 O fator idade	152
5.2.6 Tipo de antropônimo	154
5.2.7 O grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere	156
5.2.8 Antropônimos em estruturas de genitivo.....	160
5.2.9 Os topônimos da cidade natal.....	162
5.2.10 O tipo de topônimo	163
5.2.11 Análise das redes	165
5.3 Discussão dos resultados	171
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	183



FIGURA 1: Vista parcial do Córrego Pouso Alto, zona rural da cidade de Abre Campo



FIGURA 2: Vista parcial do Córrego dos Lourenços, zona rural da cidade de Matipó

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, sob o título “A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – M.G.”, tem por objetivo descrever a variação presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó, tentando analisar a variante predominante e estabelecer os fatores que condicionam essa variação. A presente proposta avança sobre o assunto, alguns deles resenhados na seção 4.5, que se ocuparam apenas dos antropônimos, uma vez que os topônimos também são foco desta pesquisa. Assim, nosso objetivo é descrever a variação tanto dos antropônimos quanto dos topônimos nas duas localidades em pauta.

As diferenças sintáticas referentes à ausência e à presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos nas cidades de Abre Campo e Matipó sempre foram motivo de comentário a respeito do modo diferente de falar dos habitantes dessas localidades e, muitas vezes, até de preconceito linguístico devido ao fato de os moradores de cada cidade considerar como forma estigmatizada a que não é usada por conterrâneos. É oportuno que se detalhe como são essas diferenças.

Partindo de uma percepção subjetiva da autora desta dissertação, partilhada por moradores da mesma região, a respeito da ausência/presença de artigo definido diante de nomes próprios de pessoa e localidades, este trabalho propõe verificar se essa referida impressão, a saber, de que em Abre Campo predomina a ausência do artigo definido nesse contexto e, em Matipó, a presença, é sustentada por uma análise quantitativa.

Como se sabe, a língua caracteriza-se como fenômeno variável, não apenas a partir do artigo seminal de Labov, Weinrich e Herzog (1968), mas mesmo muito antes, como se pode verificar na obra de Dante Alighieri, *De Vulgari Eloquentia*: “uma língua não pode ser durável, contínua, nem fixada, nem por natureza, propriedade, nem pelas leis.”

No caso em questão, a percepção dos falantes, nos quais me incluo, refere-se certamente, como já anteriormente mencionado, à predominância de uma das variantes, quer da ausência, quer da presença do artigo diante de antropônimo ou topônimo. Os dados abaixo, tirados das entrevistas realizadas na região, constataam a variação da ausência/presença de artigo nas duas localidades. Em (I) e (II), temos dados de Matipó, de antropônimos e topônimos, respectivamente; já em (III) e (IV), temos dados de Abre Campo, também (III) antropônimos e (IV) topônimos, respectivamente:

(I) Matipó: antropônimos

(1) é igual a *Gabriela do Geraldinho* ali ó... uma minina daquê tamaninho ó... cê manda êa pegá o livro... ela lê e iscreve normal... **(I7M29Mt linhas 167-169)**

(2) é... era um panelão minina... aquilo vivia cheio de carne direto... *Ø Sô Nhonhô* engordava muito capado... e o capado era engordado den da cozinha... cê chegava na casa do sujeito assim e tava aquele bichão deitado lá... **(I8M70Mt linhas 518-520)**

(II) Matipó: topônimos

(3) é igual aquê Leandro lá do *Poso Arto* que morreu ali... depois de três ô quatro dia que foi achá ele... dali... **(I7M29Mt linhas 301-302)**

(4) istudava cum o Vadinho lá em *Ø Manhuaçu* né?... o professor Marinho... aí quiria que papai formasse o:... o colégio né?... mais papai num tinha força né?... **(I5F95Mt linhas 349-351)**

(III) Abre Campo: antropônimos

(5) as historinha de *Ø Solange* é bem pesada bobo... num vô contá isso não... **(I4M29AC linha 172)**

(6) pode ficá em casa aí é melhor... mais se for trabalhá tem que levá eles... principalmente o *Pedro Henrique*... se eu fô trabalhá eu tenho que levá ele... ele num fica... **(I2F28AC linhas 66-69)**

(IV) Abre Campo: topônimos

(7) se ocê me pergunta quem é meu inimigo eu num sei te falá... porque eu num tenho nenhum... nem um pra contá o caso... pode procurá no *Poso Alto* intero... todo... todo lado

desse mundo que ocê procura eu tenho um amigo... graças a deus... (I4M29AC linhas 474-477)

(8) ês entrega lá nos Gardingo em *Ø Matipó...* e o leite entrega pros vizim né?... ês marca os dia de buscá e eu deixo o leite... (I2F28AC linhas 245-246)

Considerando o fato de os estudos sintáticos terem um papel muitas vezes secundário nos estudos sociolinguísticos e também nos dialetológicos, alguns estudiosos, dentre eles Radtke e Thun (1999, p. 47) falam da dificuldade “de estimular configurações sintáticas de formas comparáveis”. Um dos propósitos deste trabalho é justamente o de comparar os dados já obtidos por outros pesquisadores nas cidades em que esse mesmo fenômeno já foi pesquisado com os da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó, confirmando que as variedades sintáticas existem e merecem atenção.

Tem-se como metodologia a confecção de uma pesquisa teórico-dogmática, haja vista a necessidade de explicação de cunho bibliográfico, sobretudo nos três capítulos iniciais. Também se inclui a pesquisa de campo para a obtenção de dados para posterior análise. Para tanto, adotou-se pressupostos teóricos-metodológicos da Dialetologia, baseados nos estudos de Rossi (1963), (1980) e Nascentes (1922), e da Sociolinguística, baseados nos estudos de Labov (1972) e Milroy (1980) e Milroy (1992); da Dialetologia têm-se a variação diatópica, a escolha dos informantes e a metodologia de pesquisa; da Sociolinguística, tem-se a análise das variantes linguísticas e extralinguísticas; dá-se prioridade à variação diatópica, mas abre-se espaço para outras variáveis como sexo, idade, entre outros, não se esquecendo assim do aspecto multidimensional dos atos de fala.

A partir de então, encontra-se substrato à confirmação da hipótese de que, apesar de serem vizinhas limítrofes, as cidades de Abre Campo e Matipó possuem a fala diferenciada com relação ao fenômeno sintático da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos; esta apresentando mais a presença do artigo definido do que aquela. Cabe lembrar que o fenômeno de variação foi constatado na zona rural dessas duas cidades: no Pouso Alto, na cidade de Abre Campo e, no Córrego dos Lourenços, na cidade de Matipó.

Nesse sentido, a presente dissertação é dividida em quatro partes. Na primeira delas, intitulada “Contextualização histórico-cultural das localidades pesquisadas”, temos a descrição histórico-cultural das localidades pesquisadas, com o intuito de mostrar que, sendo a língua de uma sociedade um fenômeno eminentemente social, torna-se de suma importância analisar a

comunidade em que esse fenômeno se manifesta. Assim, é realizado um levantamento histórico-cultural não só das localidades – Matipó e Abre Campo – e da mesorregião em que essas localidades estão inseridas – a Zona da Mata –; como também dos córregos em que as entrevistas foram gravadas – Pouso Alto e Córrego dos Lourenços.

Na segunda parte, denominada “Pressupostos teórico-metodológicos”, apontam-se os pontos centrais para se entender os pressupostos da Dialetologia e da Sociolinguística. Divide-se em quatro seções: na primeira, discutem-se questões a respeito da variabilidade linguística; na segunda, os pressupostos teóricos da Dialetologia, tendo por base os estudos de (1963), (1980) e Nascentes (1922), na terceira, encontram-se os pressupostos teóricos da Sociolinguística, com base nos estudos de Labov (1972) e Milroy (1980) e (1992). Na última parte, são apresentadas as decisões teórico-metodológicas tomadas nesta dissertação; cabe ressaltar que esses pontos aqui apresentados serão mais aprofundados no quarto capítulo.

Já na terceira parte, denominada “O objeto de estudo”, têm-se uma revisão bibliográfica e resenhas de obras que tratam do fenômeno da ausência e presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos. Está dividida em cinco seções: na primeira, o nome próprio é analisado; na segunda, os antropônimos e topônimos; a terceira seção detalha questões a respeito do artigo definido; na quarta, é a vez de se definir e detalhar a estrutura de um sintagma nominal (SN); e, na última seção, foram resenhados alguns trabalhos a respeito da combinação do artigo definido (ausência ou presença) com os nomes comuns e com nomes próprios de pessoa (antropônimos), cabe ressaltar que não foi encontrado nenhum trabalho que analisasse os nomes próprios de lugar (topônimos).

Por derradeiro, a quarta parte, a saber, “Apresentação e análise dos dados”. Está dividida em três seções: a primeira subdivide-se em cinco subseções que apresentam respectivamente a constituição do *corpus*, a coleta dos dados, os critérios utilizados para transcrição, o tratamento realizado com esses dados e os casos que foram excluídos da análise quantitativa. A segunda seção, por sua vez, traz a descrição dos dados em cada localidade, analisando-os sob diversas perspectivas com o objetivo de verificar os fatores condicionantes do fenômeno da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo e de Matipó, comparando esses resultados com os que já foram obtidos em trabalhos anteriores realizados em outras localidades brasileiras. A terceira seção apresenta a discussão dos resultados, trazendo tabelas que resumem todos os dados retratados na seção anterior, mostrando os que mais se evidenciaram em cada uma das localidades tanto com relação aos antropônimos quanto em relação aos topônimos.

Como conclusão, far-se-á uma síntese de todos os resultados apresentados tentando evidenciar os fatores condicionantes do uso ou não do artigo definido diante de antropônimos ou topônimos na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DAS LOCALIDADES PESQUISADAS

Sendo a língua um fenômeno eminentemente social, torna-se de suma importância analisar, antes de qualquer estudo linguístico, a comunidade em que esse fenômeno se manifesta. A língua e a sociedade são duas realidades tão inter-relacionadas que é impossível conceber a existência de uma sem a existência da outra; a finalidade básica de uma língua é servir de meio de comunicação a uma sociedade. Devido a essa inter-relação, este capítulo detalha questões históricas, culturais das localidades pesquisadas. Assim, a seção 2.1 apresenta aspectos relativos à Zona da Mata, mesorregião em que as duas localidades estão situadas, dividindo-se em duas subseções: a 2.1.1, subseção que apresenta um histórico assim como aspectos da cidade de Abre Campo, e a subseção 2.1.2, que apresenta essas mesmas informações a respeito da cidade de Matipó. A seção 2.2 apresenta duas definições para a palavra córrego, subdivide-se também em duas subseções: a 2.2.1, que detalha aspectos do Córrego do Pouso Alto e a 2.2.2, que detalha aspectos no Córrego dos Lourenços.

2.1 A Zona da Mata

A Zona da Mata é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais; essa mesorregião é formada por 142 dois municípios que estão agrupados, por sua vez, em sete microrregiões; dentre esses municípios encontram-se as cidades de Abre Campo e Matipó. Essa mesorregião está localizada na porção sudeste do estado de Minas, próxima à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

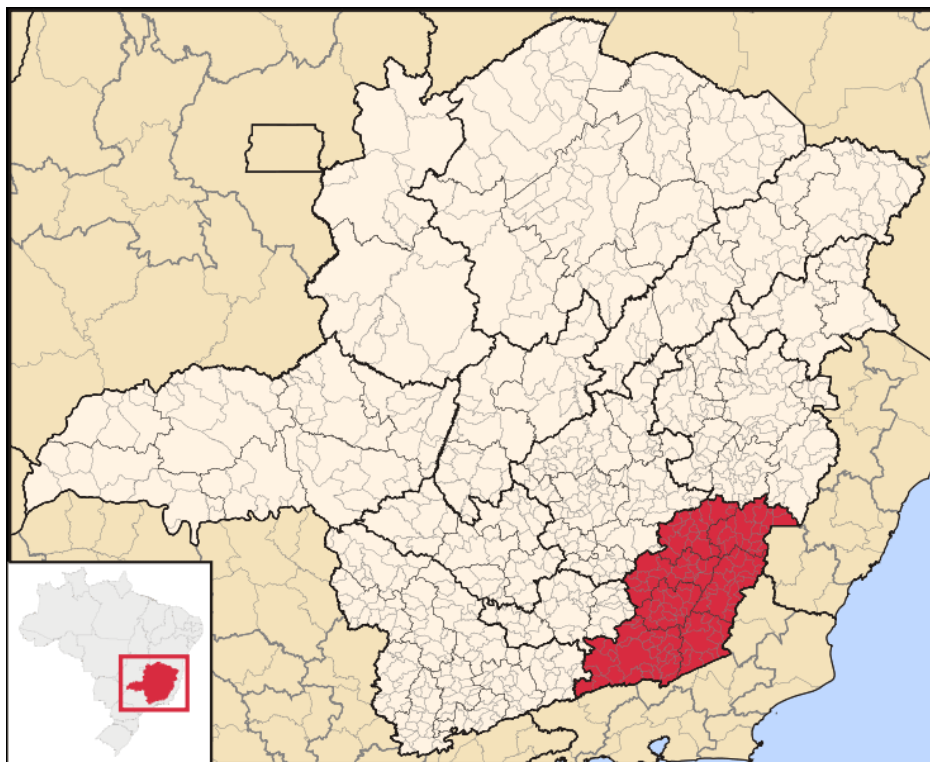


FIGURA 3 – Mapa político de Minas Gerais destacando a Zona da Mata
Fonte: www.famat.ufu.br/sbmacregional7.

Segundo Rodrigues (2003), a ocupação do território mineiro iniciou-se com uma bandeira de Fernão Dias, no final do século XVII. Esse bandeirante saiu de São Paulo, com o sentido do Norte em busca de esmeraldas, mas acabou apenas encontrando turmalinas. A partir de 1674, após essa primeira bandeira, manifestações de povoamento por europeus e seus descendentes começaram a ocorrer na região do atual Estado de Minas Gerais, fundando assim as primeiras aldeias e os primeiros caminhos. Apenas por volta de 1690, com os descobertos auríferos, é que o povoamento do território se deu de fato; assim, em pouco tempo, o então território habitado apenas por índios, recebeu pessoas das mais diversas procedências, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2003, p.2).

Desde esses primeiros momentos da mineração aurífera, sobretudo após a Guerra dos Emboabas, a entrada ou a saída das pessoas começou a ser controlada. Era necessária a permissão das autoridades reais para se deslocar de um local para o outro. Para evitar o contrabando do ouro por caminhos não-oficiais, o governo da metrópole mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas mineradoras e que se proibisse a abertura de novos caminhos, tornando certas regiões áreas proibidas de ocupação.

A região da atual Zona da Mata era conhecida pelo nome de “Sertão do Leste”. A mata do Leste constituía-se por uma verdadeira barreira natural que era intransponível face às suas próprias condições naturais e dos indígenas que a habitavam, já que eles atacavam pequenos grupos ou pessoas isoladas que se aventuravam por seus caminhos.

Apesar da proibição, das condições naturais do lugar e dos indígenas que ali habitavam, ações individuais e coletivas abriram caminhos com o objetivo de facilitar o comércio na região e evitar a passagem, pelos registros da capitania, evitando-se o controle da entrada e da saída de pessoas e de mercadorias assim como a cobrança de impostos.

Ao ter conhecimento da ocupação descontrolada desse sertão e percebendo a diminuição da arrecadação aurífera e dos boatos referentes aos extravios nas infinitas picadas nesse local, o governador dom Rodrigo José de Meneses resolveu se aventurar pelos sertões da Mantiqueira com o objetivo de “reverter o quadro de retração econômica de Minas Gerais, através da descoberta de novos regatos auríferos, como melhorar a fiscalização e aumentar os rendimentos dos quintos.” (RODRIGUES, 2003, p. 6).

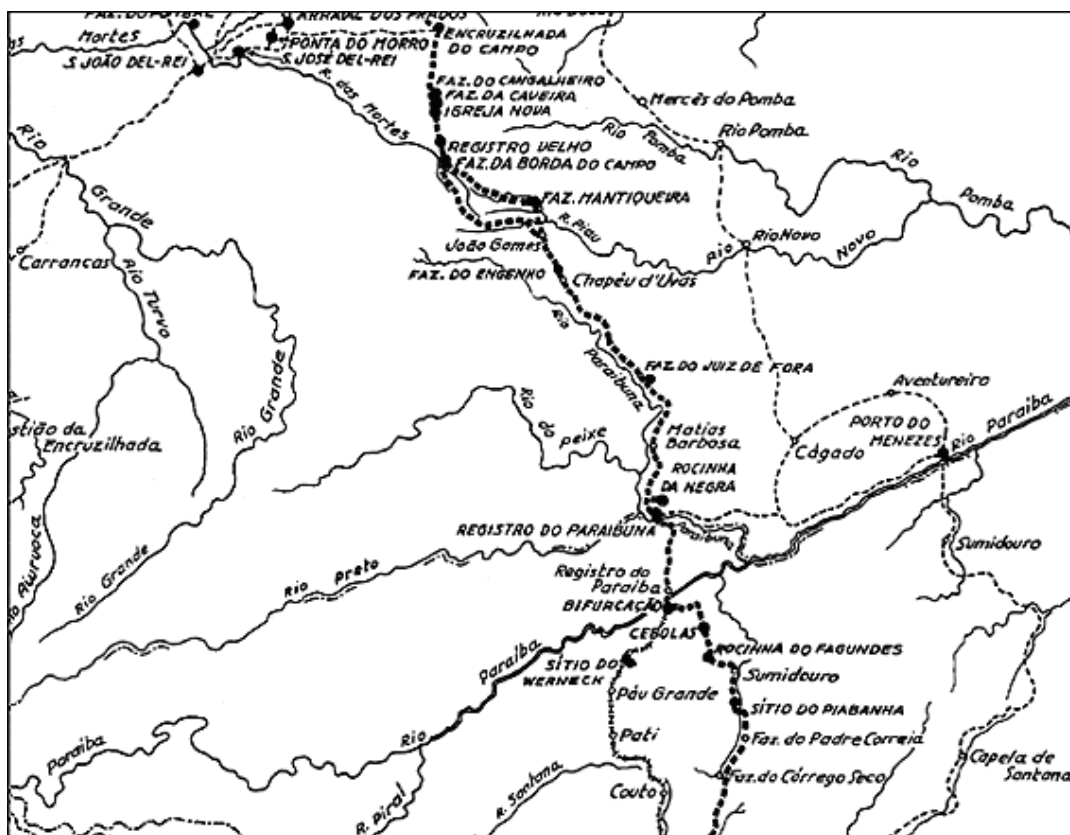


FIGURA 4: Área Geográfica dos Sertões da Mantiqueira

Fonte: Adaptado de Eduardo Canabrava Barreiros. “Área Geográfica da Inconfidência”. In: Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. 2.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. v.3.

Diante da ocupação efetiva que se realizou aos poucos sem que os governadores anteriores dessem conta e dos inúmeros caminhos pelos quais extraviavam ouro, dom Rodrigo decidiu repartir legalmente as terras de agricultura e as datas minerais com as pessoas que as estavam possuindo ilegalmente e com outros indivíduos que se interessassem em desenvolver culturas. Essa estratégia de distribuir as terras já ocupadas pode ser vista em um contexto maior com o objetivo não apenas de povoar as terras devolutas, mas também de “transformar os seus habitantes em bons vassallos, pagadores de tributos laboriosos, conforme os interesses do Estado.” (RODRIGUES, 2003, p. 7).

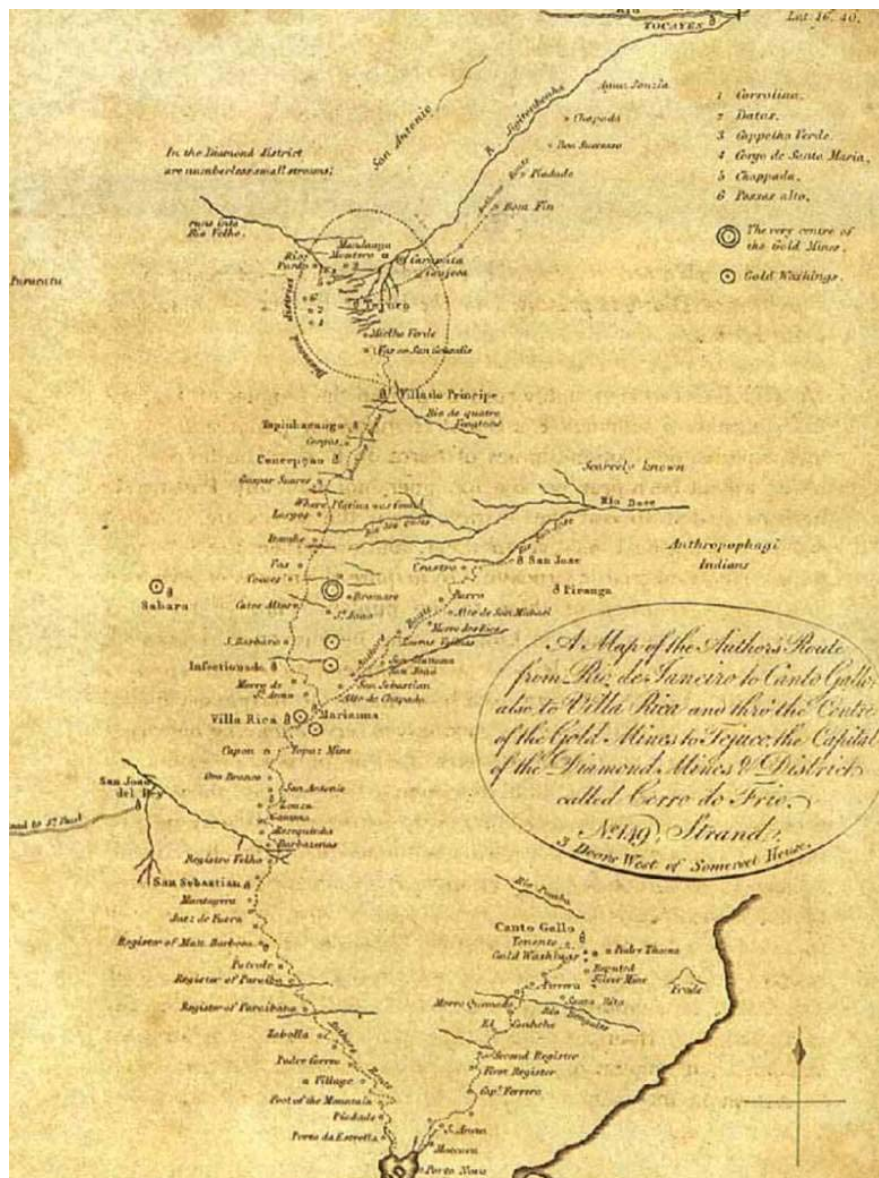


FIGURA 5 – Caminho Novo

Fonte: http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/UniVlerCidades/Hist%C3%B3ria/mata_breve_historia/index.htm

Surge assim o Caminho Novo, uma rota alternativa com relação aos caminhos velhos já existentes. Para atender à circulação das tropas nesse Caminho Novo, organizaram-se pousos com o objetivo de assegurar a hospedagem e a alimentação de pessoas e animais; foram instalados postos de fiscalização chamados “registros” nesse caminho, uma vez que o principal objetivo de sua criação era o transporte de ouro de forma controlada pelo governo. Em busca de ouro, várias pessoas foram se enveredando por esse Caminho Novo, formando núcleos de povoação, criando roças e ranchos; com o rápido esgotamento do ouro, essas pessoas iam em busca de novas catas ou voltavam às fazendas de origem ou fundavam outras.

No início do século XIX, essa situação se ampliou, resultando no devastamento dessa região. Isso aconteceu porque com a queda do governo de Pombal e, logo em seguida, a Inconfidência Mineira, o governo português começou a desistir da mineração aurífera devido ao esgotamento das jazidas superficiais, dificuldade de manter a repressão para abafar as revoltas. Começa, devido a esses fatores, uma verdadeira marcha para o Leste, tendo como destino as áreas antes proibidas.

Como se percebe, a Zona da Mata mineira é uma área de ocupação mais tardia, estando na contra-mão das principais regiões da província de Minas Gerais; sua colonização só se deu efetivamente com o declínio da atividade mineradora, um período de reestruturação sócio-econômica em que se tornou necessária uma redistribuição dos fatores de produção que resultou em uma economia agrária de alimentos baseada na agro-exportação.

2.1.1 Abre Campo

Segundo Domingues (2006), a origem do nome da cidade é folclórica, baseada em uma lenda repassada através das gerações. De acordo com essa lenda, ao penetrarem pelas matas virgens que cobriam a região, os bandeirantes iam derrubando árvores e abrindo caminhos e, durante a derrubada dessas matas, um português de nome Marco e seus companheiros batiam os machados nos trocos das árvores e gritavam: “Abre Campo! Abre Campo! Abre Campo!”. A autora considera como verdadeira a versão de Néelson de Senna, segundo a qual a cidade foi habitada antigamente “por uma tribo indígena denominada “Catoxós”, ou “Cotoxós”, ou “Cotoxés”, que significa “Abre Campo”, o que justifica a escolha do nome”. (DOMINGUES, 2006, p.19).

O explorador Matias Barbosa da Silva liderando uma bandeira de setenta homens livres e cinquenta escravos, em 1734, chega até uma localidade de nome “Escadinhas da Natividade”, onde combateu com índios botocudos. De acordo com o historiador Waldemar

de Almeida Barbosa, o bandeirante fundou, nessa época, o “Presídio de Abre Campo”, instalação de tipo militar que tinha o espírito repressor e objetivava conter os indígenas da região; mas o presídio não durou muito tempo: “o desconhecimento dos colonizadores da cultura dos muitos povos indígenas que habitavam o território provocou nos nativos uma reação contra o domínio, manifesta na destruição do presídio” (DOMINGUES, 2006, p.19).

O bispo Dom Frei João da Cruz, por provisão de 15 de outubro de 1741, criou aqui uma freguesia com o nome de Santana e Senhora do Rosário da Casa da Casca, atendendo a pedidos do guarda-mor João de Abreu e demais moradores dessa região. Para vários historiadores, entre eles Cônego Trindade, a Casa da Casca, a aldeia descoberta pelo sertanista e bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, de Taubaté, em 1693, em que foi colhido o primeiro ouro em terras de Minas Gerais – uma porção de três oitavas – era localizada no local em que hoje é esse município. Ao saber da história de seu descobrimento, vários aventureiros, caçadores de índios e de ouro foram atraídos, fazendo com que essa localidade se transformasse em um arraial povoado de mineiros e lavradores, formando assim o núcleo do povoado de Abre Campo.

A freguesia de Abre Campo, criada em 1741, não consegue se manter devido aos diversos ataques dos índios botocudos; devido ao fato de terem sido desalojados e perseguidos pelos brancos, os botocudos, saturados de ódio, atacaram o arraial por quatro ou cinco vezes.

Foi uma chacina. Salvou-se quem pôde. Vieram vingar a usurpação de suas terras e de suas ocas de palha e casca. Lutavam pela sobrevivência de sua identidade cultural. Num desses ataques, mais impetuoso e brutal, as duas capelas erigidas em louvor a Santana e Nossa Senhora do Rosário e as casas, são destruídas e incendiadas. Varrera tudo o incêndio. Mas os habitantes expulsos voltaram, mantiveram-se heróicos, sem mais arredar pé até hoje das terras que sua tenacidade conquistara e seu labor civilizara. A freguesia reduziu-se, por isso, à capela filial de Barra Longa, cujo território integrava. (DOMINGUES, 2006, p.20).

O fato de a freguesia ter sido rebaixada não foi bem aceito, tanto que em 1770, os habitantes de Abre Campo, chefiados pelo capitão José do Vale Vieira, reivindicaram seus direitos através de uma ação judicial movida por eles contra Francisco Xavier da Costa, vigário de Barra Longa, essa ação foi apaziguada pelo governador Conde de Valadares que tenta conciliar as partes litigantes.

Em 1755, José do Vale Vieira ganha a sesmaria do Ribeirão do Carmo e abre espaço para a povoação dos sertões de Abre Campo, para onde abriu uma estrada de cavaleiro. Foi por esse tempo que o lugar passou a denominar-se Abre Campo. Continuou capela filial de Barra Longa até 1846, ano em que se anexou à freguesia de Ponte Nova. A lei nº 312, de 8 de abril de 1846, criou o distrito, como parte do município de Mariana. A reconstrução é lenta e, pela Lei Provincial nº 471, de 1º de junho de 1850, Abre Campo é elevada à categoria de paróquia, prevalecendo a capela de Santana como matriz. Imponentes solenidades religiosas se celebravam na

nova paróquia, estando presente o bispo Dom Antônio Viçosa, em visita pastoral ao ensejo do importante acontecimento. No mesmo ano, por provisão de 13 de novembro, foi canonicamente instituída a freguesia, com a posse do primeiro vigário, padre Francisco Martins Valadão. (DOMINGUES, 2006, p.21).

Segundo Domingues (2006), alguns fatos históricos narrados pelos moradores da cidade são fortes evidências de que a Casa da Casca era realmente localizada em Abre Campo. Os moradores antigos relatam a existência de uma mina de ouro na cidade, explorada por ingleses, causa do povoamento do município. As pessoas vinham de Cachoeira do Livramento, apelidado de Cachoeira Torta, com o fim exclusivo de explorar a mina, “mas devido às dificuldades encontradas e a quantidade insuficiente do metal, gerou conflitos e lendas de fantasmas com fim de atormentar os descendentes das famílias que tentassem reerguer a caça ao ouro”. (DOMINGUES, 2006, p.23).



FIGURA 6 – Visão parcial da cidade de Abre Campo – Praça da cidade

A vila foi criada por Lei Provincial nº 3712, de 27 de julho de 1889. Desmembrada do Município de Ponte Nova. A instalação foi em 29 de março de 1890. Conseguiu foro de cidade pela Lei Estadual nº 23, de 24 de maio de 1892. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 (88) e 31-XII-1937 (89), bem como no quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 88, de 30 de março de 1938, o Município de Abre Campo compreende o único termo judiciário da comarca de Abre Campo e divide-se em 5 Distritos: Abre Campo, Itaporanga, Pedra Bonita,

Santo Antônio do Matipoo e S. João do Matipoo. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1148, de 17 de dezembro de 1938, o Município de Abre Campo perdeu parte do território do Distrito de Santo Antônio para o novo Distrito de Bicuíba, do Município de Raul Soares e o Distrito de Matipó para o novo Município de Matipó.



FIGURA 7 - Mapa de Minas Gerais localizando a cidade de Abre Campo
Fonte: www.famat.ufu.br/sbmacregional7

O município de Abre Campo está localizado na Zona da Mata de Minas, possui, atualmente, uma área de 470, 38 Km², estando incluído nessa área, como já foi citado, o distrito de Granada, único que não se emancipou.



FIGURA 8 – Visão parcial da cidade de Abre Campo – Rio Santana

Os seguintes municípios são vizinhos limítrofes dessa cidade: Caputira, Jequeri, Matipó, Pedra Bonita, Raul Soares, Rio Casca, Santo Antônio do Grama, São Pedro dos Ferros e Sericita. Encontra-se distante dos grandes centros urbanos, estando a 216 Km de Belo Horizonte e a 324 Km de Vitória. As principais rodovias de acesso a Belo Horizonte são a BR-381, BR-262.

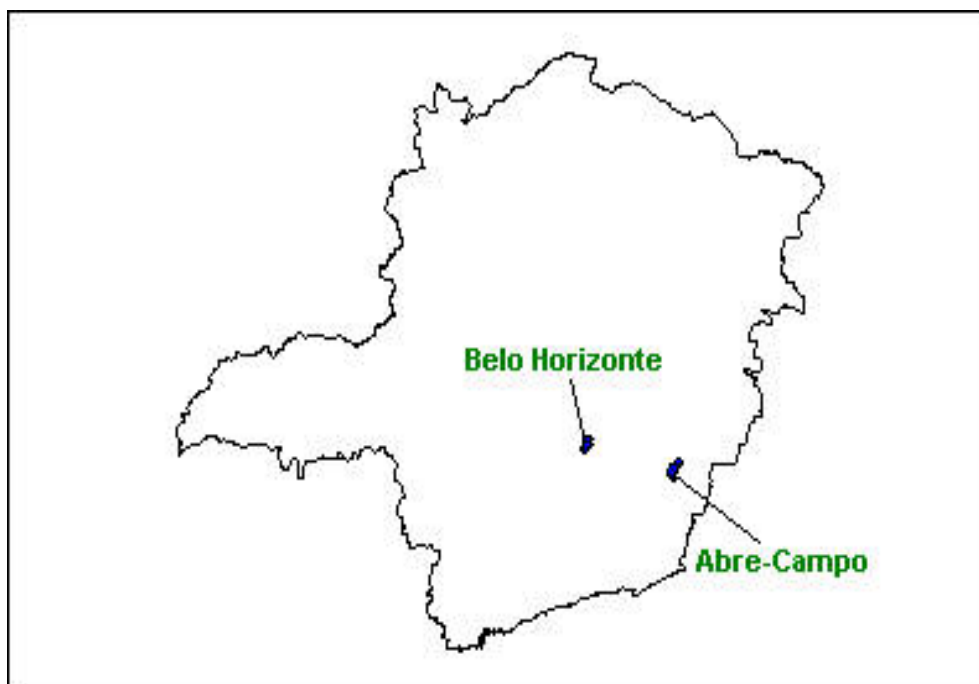


FIGURA 9 - Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Abre Campo

Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

A população estimada pelo censo de 2005 é de 13.319 habitantes; é interessante ressaltar que em 1970 era de 20.013 habitantes, mas que o decréscimo deu-se, em grande parte, pelo desmembramento de antigos distritos que se tornaram cidade. A população da cidade sempre foi mais rural do que urbana; dados do censo de 2000 mostram que a população era de 13.322, sendo que desse total, 5.961 pessoas viviam na zona urbana e 7.361 na zona rural.

O município tem sua base econômica na agricultura e na pecuária. Embora o café seja considerado o principal produto agrícola, o município é também um bom produtor de feijão, milho e cana-de-açúcar. A pecuária é também muito forte nesse município.

Com relação à educação, o município possui escolas municipais, estaduais e particulares, algumas de ensino fundamental e/ou médio e uma faculdade particular que começou a funcionar através de um convênio entre a instituição de ensino e a prefeitura da cidade. Antes de se criar o primeiro Grupo Escolar de Abre Campo, o ensino era ministrado pelos professores em suas próprias residências. O município não possui cinema, teatro ou *shopping center*. As pessoas têm por hábito reunirem-se na praça da cidade, em barezinhos ou, até mesmo, nas festas religiosas.



FIGURA 10 – Visão parcial da cidade de Abre Campo

2.1.2 Matipó

A sede da cidade foi fundada aos 16 dias do mês de abril do ano de 1876. De acordo com documento existente nos arquivos da prefeitura da cidade, João Fernandes dos Santos e sua mulher Antônia Valeriano de Moura, herdeiros de seus sogros e pais Antônio da Silva Pedroso e Floriano Martins de Moura, “venderam a Miguel Monteiro de Oliveira condicionalmente, conforme se verifica na Escripura lavrada no Livro de Notas do Cartório de Paz de Abre Campo, 50 alqueires de planta de milho e mais ainda 5 alqueires” (COTTA, [s.d.], p.1)¹; para serem tirados de uma área de 70 alqueires que receberem de herança deixada pelos finados acima citados.

Segundo Cotta, essa venda de terras foi feita pelo prazo de 18 meses como garantia de uma dívida de 1.250\$000; essas terras, naquele tempo, pertenciam ao município de Abre Campo, na fazenda denominada Cachoeira Alegre de Santo Antônio de Matipó, lugar esse em que, posteriormente, fundou-se o arraial São João do Matipó; se, no vencimento do prazo, a dívida não tivesse sido paga, os 50 alqueires de planta de milho passariam ao comprador que teria o domínio e posse dessa área, podendo desmatar, gozar e tirá-los onde quisesse.

João Fernandes dos Santos faleceu por volta do ano de 1877 sem resgatar a dívida oriunda da compra da terra com o credor Miguel Monteiro. Antes de falecer,

conforme título lavrado, passado pelo finado Reverendíssimo Padre Francisco Gomes Baptista de Almeida e Castro, Vigário da Freguesia e distrito de Santa Margarida aos 26 dias do mez de Outubro do anno de 1876, levado a publica forma no livro competente do cartório de Paz do mesmo anno, de accôrdo com o documento existente, confirmou possuir setenta alqueires de terras de culturas ao principio declarado, fazendo doação de 5 ½ alqueires ao povo ou aos povos da Zona dessa fazenda e outras para a fundação de um arraial em cumprimento de uma promessa feita a São João Baptista, cuja posse, na fazenda denominada Cachoeira Alegre de Santo Antônio, na margem esquerda do Rio Matipó, com a condição, que dos cinco e meio alqueires doados um seria grates e quatro e meio; quem quizesse edificar dentro do terreno, pagar-lhe-hia 320 por palmo da frente, e os correspondente ao fundo, na proporção que a localidade permitisse, e queria que esse título tivesse validade, digo, tivesse vigor e validade, tanto no eclesiástico como no Civil, declarando mais, que se alguma subscrição pagassem-lhe a referida indenização, ficariam, os povos exonerados para com elles e que faziam e doavam por uma promessa feita a São João Baptista (Cotta, [s.d.], p.2)

Como se vê, João Fernandes dos Santos foi o proprietário das terras onde se deu a formação do povoado. Inicialmente, as casas foram sendo construídas pelos empregados e, depois, por outras pessoas que foram invadindo espaços. Em 1860, já se tinha um pequeno povoado que se denominava São João das Esteiras. A escolha do “nome de batismo” da

¹ Dr. Orlando de Abreu Cotta foi o primeiro prefeito da cidade de Matipó.

cidade ocorreu em parte devido ao fato do pequeno povoado possuir casas que eram cobertas por esteiras de taquaras, bambus e sapé.

Em 1870, o povoado passou a ter o nome de São João do Matipoó, sendo que o segundo nome, como consta, foi por causa do rio que banha a localidade - rio Matipó, um dos afluentes do Rio Doce pela margem direita.



FIGURA 11 – Carta geográfica destacando Matipó
Fonte: IBGE

Segundo Barbosa, o povoado de São João do Matipoó foi elevado a distrito pela lei nº 3.221, de 11 de outubro de 1884.

A lei número 3.442, de 28 de setembro de 1887, elevou o distrito a freguesia, com o mesmo título de São João do Matipoó (a grafia nesta lei é Matipó). Entretanto, a provisão canônica apenas criou o curato a 23 de março de 1889; e depois, nesse mesmo ano, foi instituída a paróquia, tendo como primeiro vigário Pe. João Facundo Martins Chaves, que fora o primeiro curo (Cônego Trindade). (BARBOSA, 1971, p. 283-284)

Um ano antes de se emancipar, o nome do distrito foi revisado, de São João de Matipoó, passou a denominação de “Matipó” apenas; ficando suprimidas as palavras “São João do” e uma das letras “o”. Em 1938, o distrito de São João do Matipoó, passou a município pela lei nº 148, de 17 de dezembro, com território desmembrado do município de Abre Campo e com a denominação reduzida a Matipó.

De acordo com o histórico da Prefeitura encontramos duas versões: a palavra de origem indígena “*Machi-poo*” significa “milho em pó”, isto devido ao fato dos índios plantarem milho no local em que foram construídas as primeiras casas, cabe ressaltar que não se sabe quem atribuiu essa versão e nem baseado em quê. A segunda versão é remetida a Waldemar de Almeida Barbosa (embora não se faça menção à fonte bibliográfica), segundo informações, o topônimo Matipó seria classificado da seguinte forma: “Matipó: etim, mati, matei, pequeno, pó. Pó, mão, cipó, fibra, a mão pequena, o cipozinho, a fibra delgada.”.

Ao se pesquisar a respeito do grupo indígena que habitou a região, descobrimos várias referências a eles:

Abatipós - (Viviam outrora no valle do rio hoje denominado Matipó, a Leste do Estado). Sua alcunha tupi *aba-ti-pó* mostra que esse gentio tinha certo mal de pelle toda “pampa” ou cheia de manchas esbranquiçadas, nas mãos e pés. (SENNA, 2005)

Abatipós – Localizam-se no solo dos atuais municípios de Matipó, Abre Campo e Santa Margarida. Os viajantes distinguiam-nos como possuidores de manchas esbranquiçadas nos pés e nas mãos. Seriam vítimas de generalizada disfunção da glândula suprarrenal. (JOSÉ, 1965, p. 16)

Abatipós (abá + ti + pó = mão) = homem de pele pampa (mal de pele), com manchas esbranquiçadas nas mãos e pés; nome de tribo indígena que viveu no vale do Rio Maipó (Minas):

Mostra que esse gentio tinha certo mal de pele 'pampa' ou cheia de manchas esbranquiçadas." (Nelson de Senna - 100d. pág. 337)"

Matipó (abatipó, mbaipó, matipó): nome de rio afluente do Rio Doce e de cidade de mesmo nome, em Minas, Zona da Mata, antiga Raul Soares:

O capitão Luís Borges Pinto "explorou as margens dos rios Xipotó, Abatipó (hoje Matipó) e Casca, chegando até a barra do Rio-dos Coroados..."(Basílio de Magalhães -32a., pág. 326). (GREGÓRIO, 1980, 339-340)

A partir daí, percebe-se que o nome da cidade, na realidade, é devido aos antigos moradores da região; índios que moravam à margem do rio que corta a cidade e que possui o mesmo nome – Matipó.

A cidade está localizada na Zona da Mata de Minas, possui, atualmente, uma área de 267, 1 Km², estando incluído nessa área o distrito de Padre Fialho, antigo Garimpo.



FIGURA 12 - Mapa de Minas Gerais localizando a cidade de Matipó
Fonte: www.famat.ufu.br/sbmacregional7

A população estimada é de 17.506 pessoas de acordo com dados do IBGE do censo de 2005. Até 1970, a população da cidade era predominantemente rural – do total de 11.070, 4.473 habitavam a zona urbana enquanto que 6.597 habitavam a zona rural; em 2000, a situação modificou-se completamente, do total de 16.294, 11.684 habitavam a zona urbana enquanto que 4.610 a zona rural. Dessa população de 2000, apenas 6.438 estão trabalhando, sendo que 3.966 pessoas estão no setor agropecuário, de extração vegetal e de pesca, 470 no setor industrial, 625 no comércio de mercadorias e 1.377 no setor de serviços, ficando claro que, apesar da população atualmente ser eminentemente urbana, é o setor agrário que movimenta a economia da cidade, uma vez que é nele que mais da metade da população está envolvida. Nesse setor, é a colheita do café a principal atividade econômica da cidade, seguida da criação de bovinos, suínos e galináceos.



FIGURA 13 – Visão parcial de Matipó

A cidade tem como municípios limítrofes as seguintes cidades: Abre Campo, Caputira, Manhuaçu, Pedra Bonita, Santa Margarida e São João do Manhuaçu. Encontra-se distante dos grandes centros urbanos, estando a 244 Km de Belo Horizonte e 294 Km de Vitória. As principais rodovias de acesso a Belo Horizonte são a BR-381 e a BR-262; cabe lembrar que o município não é cortado por nenhuma delas, estando localizado a uma distância aproximada de 6 Km.

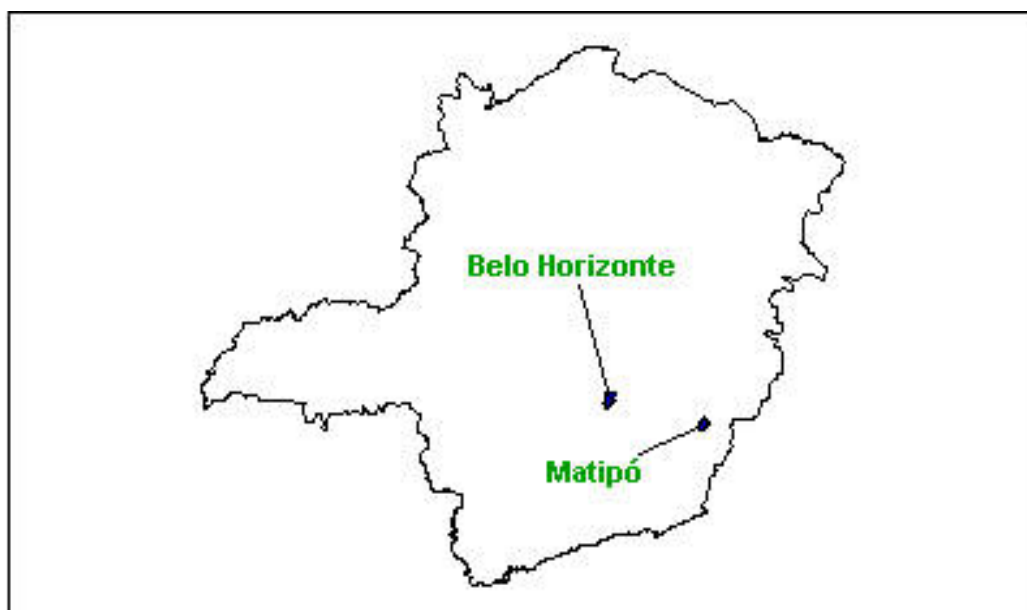


FIGURA 14 - Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Matipó
Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

A cidade possui escolas municipais, estaduais e particulares de ensino fundamental e médio e duas faculdades particulares. O município possuía um cinema que foi fechado há tempos. Não possui teatro e nem *shopping center*. As pessoas são, em geral, conhecidas por todos e costumam se reunir em uma rua cheia de barezinhos ou no clube da cidade.



FIGURA 15 – Visão da cidade de Matipó

2.2 Os Córregos

Tradicionalmente, a palavra córrego é vista como um “sulco aberto pelas correntes”. (FERREIRA, 2001, p.188). É a denominação dada a um corpo de água corrente de pequeno porte, a um corpo de água corrente menor do que um riacho. Os córregos caracterizam-se por terem uma geometria que varia em média de 20 a 25 centímetros de largura e cerca de 20 a 100 centímetros de espessura da lâmina de água. Representam basicamente o início de um rio e são fundamentais para o fluxo de água dentro, pois captam e drenam a água das chuvas e das nascentes, formando os rios e seus afluentes.

Além dessa definição tradicional, um córrego pode representar, nas zonas rurais de algumas cidades, uma espécie de subdivisão. Assim, a zona rural das cidades é dividida em diversos córregos, que são formados por um conjunto de fazendas que, geralmente,

desenvolvem-se próximas a minas de água que dão origem a córregos (em seu sentido tradicional) que se tornam afluentes dos rios dessas localidades.

Em Matipó, de acordo com a lista de logradouros da prefeitura, a zona rural dividida em 19 córregos, a saber: Córrego dos Lourenços, Córrego Santa Maria, Córrego Santo Antônio, Córrego São Roque, Córrego dos Viturinos, Córrego São Joaquim, Córrego Mexerica, Córrego Mundeó, Córrego Batatal, Córrego Boa Esperança, Córrego Bonfim, Córrego Cachoeira Alegre, Córrego da Cozinha, Córrego do Baú, Córrego do Engenho, Córrego do Oratório, Córrego do Roque, Córrego dos Quintão e Córregos das Flores.

Em Abre Campo, por sua vez, temos 18 córregos, a saber: Córrego da Barreira, Córrego dos Limas, Córrego dos Duques, Córrego das Flexas, Córrego do Barroso, Córrego Pouso Alto, Córrego Pão de Açúcar, Córrego Boa Vista, Córrego Roda, Córrego Vilas Boas, Córrego Coqueiro, Córrego Aparecida, Córrego Cachoeira do Livramento, Córrego Calundu, Córrego São Romão, Córrego Monte Belo, Córrego Água Doce e Córrego Areia Branca.

Como se percebe, a motivação para a nomeação desses córregos é variada, geralmente baseada em nomes de pessoas ou de acidentes geográficos. Na cidade de Matipó, o Córrego escolhido para realizar as entrevistas foi o Córrego dos Lourenços; já em Abre Campo, o Córrego escolhido foi o Córrego Pouso Alto. Esses córregos foram escolhidos, pois além de serem limítrofes, tinham parentes e conhecidos da pesquisadora morando no local, o que faticitou a escolha dos informantes e o clima de espontaneidade nas entrevistas.

2.2.1 Córrego Pouso Alto

Esse córrego localizado na zona rural de Abre Campo recebe esse nome, segundo informantes, por se localizar topograficamente em uma região mais alta do que o resto do município:

(9) P: aqui onde a senhora mora como que chama?

I: aqui é... Poso Arto...

P: e o nome a senhora também num sabe?

I: heim?

P: por que que colocaram esse nome?

I: as vez é porque o lugar é arto né?... Poso Arto... ês fala assim... **(I1F87AC linhas 264-269)**

Esse córrego é cortado pela BR-262, tendo fácil acesso em qualquer época do ano, inclusive no período das chuvas. O principal produto agrícola produzido na região é o café; a criação de gado também é forte na região. Os moradores do local são, em sua maioria, parentes, têm por hábito se reunirem na igreja da comunidade para rezarem e comemorarem datas religiosas; cabe lembrar que a maior parte da população é católica. Há no córrego uma escola de 1ª a 5ª série; as crianças pequenas estudam nessa escola e, à medida que crescem e querem continuar os estudos, necessitam se deslocar até à cidade de Abre Campo da qual esse córrego faz parte ou ir para alguma outra cidade vizinha. A seguir, têm-se algumas fotos desse córrego.



FIGURA 16 – Fazenda do Córrego Pouso Alto



FIGURA 17 – Capela de Santa Rita – Córrego Pouso Alto



FIGURA 18 – Estradas de acesso ao Córrego Pouso Alto



FIGURA 19 – Pastagens para gado, Córrego Pouso Alto



FIGURA 20 – Lavoura de café, Córrego Pouso Alto

2.2.2 Córrego dos Lourenços

O córrego localizado na zona rural de Matipó recebe esse nome devido ao fato de ser a antiga fazenda Matipó, cujo proprietário era João Lourenço da Costa. Após sua morte, a fazenda foi dividida entre os filhos, depois entre os netos e assim sucessivamente; o nome então vem do fato de a maior parte dos moradores dessa localidade ser descendente do major João Lourenço da Costa. Atualmente, alguns herdeiros venderam suas propriedades, outros antigos empregados dessas fazendas moram lá, mas boa parte do córrego ainda é habitada pela família Lourenço.

(10) P: como que chama o nome do Córrego... porque que tem o nome... Córrego dos Lorenços?

I: dos Lorenços ((tossiu)) ali foi do... ((tossiu)) Dona Mariana... antiga né? a primeira dona dali... ali que formô a fazenda né?... aí formando a fazenda... ficaram aí muito tempo... (...) veio o padre Zezinho cum duzoito anos... ((início do ruído)) formô naquele ano... e vei pra í... aí ele adoeceu e morreu... ((fim do ruído)) é dona Chiquinha... dona... Mariana apaxonô e foi embora daí né?... e distribuiu ((tossiu)) aí onde... o meu avô... era ((tossiu)) filho ((tossiu)) dum italiano... cum ((tossiu))...o itali/... do italiano cum... a escrava já... mais já de ventre livre né?... a lá ((tossiu)) ele cresceu... casô... teve filho né? quer dizer... depois que a dona Mariana... ((tossiu)) aí o tio da dona Mariana era padrim dele do meu avô e duô pra ele ((tossiu)) o padrim dele Andréia... eu tinha o retrato dele até poco tempo... ((tossiu)) era padrim dele... ((tossiu)) e comprô pra ele a fazenda aí em frente o Matipó... (...) aí ((tossiu)) a dona Mariana apaxonô e... o padrim do meu avô deu pra ele... comprô pra ele essa fazenda aí... onde trabalhô muito... ((tossiu)) e veio a... e começô a disbravá o terreno né?... (...) aí o padrim dele... ((tossiu)) vei ((tossiu)) a pulítica né?... naquele vai e veim de pulítica cê sabe como que é né?... aí vei... aí o padrim dele que era o grande lá né?... ((tossiu)) e feiz cum que ele ganhô a pulítica aqui né?... e foi ino pegou o nome de sargento... de... tenente... de tudo... e foi a major né?... pela disbravação do terreno que ele feiz né?... ali era divisa lá onde foi fazenda do Cirilo né?... vinha até na portera da rua... **(I5F95Mt linhas 14-84)**

Esse córrego é ligado à zona urbana da cidade. O principal produto agrícola produzido na região é o café; a criação de gado também é presente. Havia no córrego uma escola de 1ª a 5ª série que foi desativada; atualmente, para estudarem, as crianças vão para as escolas da

zona urbana da cidade. Como já foi dito, os moradores do local são, em sua maioria, parentes ou conhecidos; há uma igreja e uma capela no córrego, nas quais parte da população se reúne em festas, missas e novenas; é grande também o número de evangélicos nesse córrego. As fotos a seguir trazem imagens de diversos aspectos dessa localidade.



FIGURA 21 – Fazenda antiga de Alfredo Cecílio de Oliveira, Córrego dos Lourenços



FIGURA 22 – Vista parcial do Córrego dos Lourenços



FIGURA 23 – Cachoeira dos Lourenços



FIGURA 24 – Vista parcial do Córrego dos Lourenços



FIGURA 25 – Vista parcial do Córrego dos Lourenços



FIGURA 26 – Igreja Nossa Senhora das Vitórias – Córregos dos Lourenços

No próximo capítulo, serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que servirão como eixo norteador da presente pesquisa.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será descrito o quadro teórico no qual o trabalho está inserido, focalizando os pressupostos mais relevantes em nosso estudo. A pesquisa adota alguns pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e outros pressupostos da Dialetoлогия; aqueles tendo por base os estudos de Labov (1972) e Milroy (1980) e Milroy (1992), vendo a língua como variável, considerada em seu contexto sócio-cultural, uma vez que é uma prática social; e esses, baseados nos estudos de Nelson Rossi (1963) e (1980) e Antenor Nascentes (1922), com o intuito de realizar uma descrição dos dados coletados. O capítulo divide-se em 4 seções: na primeira, discutem-se questões relativas à variabilidade linguística; na segunda e na terceira, discutem-se, respectivamente, os pressupostos teóricos da dialetologia e da sociolinguística; e, na última, as decisões teórico-metodológicas tomadas.

3.1 A variabilidade da língua

Toda língua apresenta variação interna, mas a necessidade de comunicação faz com que essa variação obedeça a certos limites. Assim, essa variação é determinada por diversos fatores sendo necessário considerar as diferenças diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas. Lidar com a variação é, pois, lidar com heterogeneidade. Cabe lembrar que essa heterogeneidade é ordenada – a língua é uma realidade inerentemente variável e ordenada.

Foi a Dialetoлогия que chamou a atenção inicial para a variação linguística. No século XIX, em um período em que os neogramáticos estavam preocupados com a busca da regularidade das leis fonéticas, surgiram os estudos dialetológicos e, com eles, um método para registrar as diferenças dialetais – a Geografia Linguística – esse método tinha a preocupação de resgatar os dados e documentar os diferentes estágios da língua.

Nessa época, a individualidade geográfica estava resguardada pelo isolamento das cidades, pela dificuldade de comunicação e inexistência de meios tecnológicos que permitissem a interação à distância entre as diferentes áreas; um momento propício aos estudos dialetológicos.

Apesar do pioneirismo, a Dialetoлогия foi criticada por vários motivos, Trudgill (1983 *apud* CALLOU 2000) aponta que lhe faltou basicamente duas coisas:

1) saber aliar as técnicas tradicionais de estudo do dialeto ao estabelecimento e quantificação das variáveis linguísticas e 2) basear seus resultados em número maior de dados, a fim de dar um quadro não só da variação diatópica ou regional, mas também da diastrática ou social (CALLOU, 2000, p.5)

Callou (2000) ainda cita outra crítica à Dialetoлогия, mais especificamente ao método utilizado pela Geografia Linguística. Ao se limitar apenas a descrever os dados e sua distribuição geográfica, a Dialetoлогия esqueceu-se de analisar as razões que motivaram a sua distribuição: “só assim serão capazes de chegar a uma compreensão do mecanismo sociolinguístico subjacente à distribuição geográfica dos fenômenos linguísticos, da localização das isoglossas, e da difusão das inovações”. (CALLOU, 2000, p.6)

É nesse ponto que os pressupostos teóricos da Sociolinguística vêm somar-se aos da Dialetoлогия. Ambas possuem um objetivo maior que é “o estudo da diversidade da língua dentro de uma perspectiva sincrônica e concretizada nos atos de fala” (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p.19)

Silva-Corvalán, a esse respeito, diz que

A dialetoлогия é uma disciplina com larga tradição, com uma metodologia bem estabelecida e uma rica e valiosa literatura. É indiscutível que a dialetoлогия trouxe contribuição de importância à sociolinguística e à linguística geral. (...) Sociolinguística e dialetoлогия se tem considerado até certo ponto sinônimas uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem as relações que existem entre certos grupos de indivíduos. Assim como a sociolinguística, a dialetoлогия reconheceu desde cedo a existência da heterogeneidade linguística. (SILVA-CORVALÁN, 1988, p.8 *apud* FERREIRA e CARDOSO, 1994, p.19)

Baseado nisso, o trabalho propõe unir as duas teorias, efetuando uma descrição linguística dos dados das duas localidades, tentando analisar as razões que motivaram essa distribuição.

3.2 A Dialetoлогия

A Dialetoлогия é uma disciplina que, tradicionalmente, tem como interesse o estudo das unidades sintópicas e, sobretudo, a diversidade diatópica. Para alguns teóricos, “se a dialetoлогия tem por finalidade geral o estudo das falas, deverá tratar tanto das suas variedades regionais como das sociais, tanto do eixo horizontal como do vertical.” (BLANCH, 1978, p.42 *apud* FERREIRA e CARDOSO, 1994, p. 17). O fato de a dialetoлогия haver se dedicado mais ao estudo das falas regionais, sobretudo da fala rural, não implica que a fala urbana não lhe tenha interesse. Prova disso, é que, paralelo aos atlas linguísticos e monografias regionais, que trabalham com a dialetoлогия rural; existem projetos como o Projeto de Estudo da Norma

Linguística Culta (Projeto NURC), que estuda a variedade culta de cinco capitais brasileiras – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – levando em consideração algumas variáveis extralinguísticas como sexo, idade e tipo de registro. Não se pode negar que o maior interesse da Dialectologia sejam os dialetos regionais, mas é incoerente identificá-la apenas à linguística diatópica e regional.

Cardoso (2001, p.25) retrata que a Dialectologia tem dois marcos que imprimiram as suas principais diretrizes: “o levantamento de dados da realidade alemã feito por Wenker e a recolha sistemática para o *Atlas Linguistique de la France* (ALF), obra de Gilliéron e Edmont.”

Assim, a primeira entrevista dialetal dentro da Geografia Linguística foi realizada por Georg Wenker, em 1876, na Alemanha. Ele enviou uma lista de frases em alemão padrão para escolas de todo o país para que fossem transcritas no dialeto local.

Como obteve um grande número de dados, Wenker publicou, em 1881, em Strassburg, o primeiro atlas linguístico com dados do centro e norte do país, com o título de *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, “com um conjunto de seis cartas, duas fonéticas e quatro morfológicas, constituindo o fascículo inicial do *Sprachatlas von Nord-und Mitteldeutschland, auf Grund von systematisch mit Hilfe der Volksschuler gesammeltem Material aus circa 30.000 Orten*” (CARDOSO, 2001, p.27). Wenker abre então caminho para uma pesquisa diatópica ampla, que permitiu a intercomparação de fatos entre regiões.

Apesar disso, foi Jules Gilliéron, em 1887, quem aprimorou e consolidou o método de Wenker. A coleta realizada por ele substituiu o envio postal realizado por Wenker pela pesquisa *in loco*; assim, os dados foram recolhidos por um único documentador – Edmond Edmont – um francês sem formação em linguística, mas que foi treinado para realizar a pesquisa de campo e durante quatro anos (1896 a 1900) percorreu 639 pontos diferentes da França, colhendo os dados que eram enviados para Gilliéron. Em 1902 e 1910, foi publicado o *Atlas Linguistique de la France* (ALF).

Segundo Rossi, depois do ALF e dos estudos feitos por Gilliéron sobre os dados nele contidos, surge uma nova visão de tratamento do fenômeno da variação.

(...) não apenas a regularidade absoluta das modificações fonéticas recebia o tiro de misericórdia, mas o mesmo acontecia ao mito do dialeto como unidade de desenvolvimento histórico ininterrupto, orgânico e autônomo, preservada ao longo de séculos de interferências de outros dialetos. (ROSSI, 1980, p. 3.301 *apud* CARDOSO, 2001, p.28)

Segundo Cardoso (2001), com essa sua obra, surgiram discussões a respeito da complexidade do fenômeno linguístico tanto na perspectiva sincrônica como na diacrônica,

marcando o início da aplicação de rigor científico no método da Geografia Linguística. Pop (1950) assinala a dificuldade encontrada pelos pesquisadores na elaboração desses atlas e relata que: “As dificuldades materiais, as privações, o cansaço, e é necessário que se diga, a desconfiança dos homens (para não dizer o seu medo), não puderam dobrar nem por um momento a vontade de ferro desses dois sábios suíços.”(POP, 1950, p.560 *apud* CARDOSO, 2001, p.28).²

No Brasil, Ferreira e Cardoso (1994) dividem a história dos estudos dialetais em três grandes fases:

Primeira fase: começa em 1826 e termina em 1920, caracterizada pela produção de vários trabalhos voltados, em sua maioria, “para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil, de que resultaram numerosos dicionários, vocabulários e léxicos regionais” (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p.37).

Segunda fase: inicia-se em 1920 com a publicação de *O dialeto caipira*, e caracteriza-se por apresentar trabalhos voltados para os estudos lexicográficos que já existiam na primeira fase.

O conhecimento empírico da realidade linguística e a ausência de trabalho de campo sistemático, que marcam a produção da primeira fase, permanecem como traço da segunda fase ainda que já se experimente a observação direta à área a descrever-se e a preocupação com uma metodologia de abordagem voltada para o exame da realidade considerada nos seus diferentes aspectos. (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p.39).

Dois trabalhos marcam essa fase: o já citado *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes.

O dialeto caipira nasceu da preocupação com o processo de dialeção do português do Brasil; o autor esboça nessa obra a preocupação com os estudos das variedades do português, como a diversidade dialetal e com a ausência de estudos que retratassem e comprovassem esse quadro e ainda chama a atenção para a necessidade de se realizar pesquisas *in loco* de forma a eliminar as falsas hipóteses e conclusões distanciadas da realidade. Essa obra abre as portas para os estudos dialetais tornando-se marco e modelo na descrição dos falares regionais do Brasil; uma vez que se traçam as linhas básicas para um trabalho de investigação dialetal sério que necessitaria da

² “Les difficultés matérielles, les privations, la fatigue et, il faut le dire, la méfiance ‘des hommes’ (pour ne pas dire leur malveillance) n’ont pu fléchir un seul moment la volonté de fer de ces deux savants suisses.” (POP, 1950:560 *apud* CARDOSO, 2001, p. 28) tradução nossa.

observação imparcial, a sistemática, o método, no trabalho; a retratação fiel da realidade a partir do que as amostras recolhidas permitiam; e, por fim, a importância da verificação pessoal dos fatos e da sua constatação, eliminando-se tudo o que ficasse no terreno hipotético ou no campo da incerteza. (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p.40).

Em *O linguajar carioca de 1922*, Nascentes realizou o que ele chama de “fotografia do estado da língua”, apresentando em linhas gerais o entendimento do falar brasileiro e uma proposta de divisão dos falares, procurando situar o linguajar carioca no conjunto desses falares. Deixa claro que seu objeto de estudo é a língua do povo; pois, para ele, “pouco nos interessa a língua das classes cultas, primeiro porque é correta, segundo porque lhe falta a naturalidade, e espontaneidade da língua popular.” (NASCENTES, 1922, p.14).

Terceira fase: começa em 1952, caracterizada pela produção de trabalhos baseados de forma sistemática, havendo preocupação com o desenvolvimento dos estudos de Geografia Linguística no Brasil. Surge, nessa época, a intenção de se elaborar o atlas linguístico do Brasil através do Decreto 30.643, de 20 de março de 1953, cujo artigo 3º assenta como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a elaboração do atlas linguístico do Brasil.

Na visão de Nascentes, o conhecimento efetivo de nossa língua só ocorreria quando tivessem descrito a língua em todo o território nacional. Publica, em 1958, as bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil, discute as vantagens de um atlas feito ao mesmo tempo em todo o país, mas reconhecia a impossibilidade devido a extensão do território; devido a isso, recomenda que os atlas regionais sejam inicialmente feitos para que se tivesse uma sondagem inicial. Em 1957, por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha já haviam concluído que seria impraticável a realização de um único Atlas Nacional. (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p.52). Dessa forma, foram feitos atlas de cunho regional no país.

O primeiro a surgir foi o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), tendo como autor Nelson Rossi e co-autoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee, cobriu uma rede de 50 localidades no Estado da Bahia distribuídas em diferentes áreas geográficas e culturais, o primeiro volume contendo cartas linguísticas foi publicado em 1963 e, em 1965, foi publicada uma introdução contendo as linhas gerais do trabalho, o questionário comentado e o elenco das formas que foram transcritas.

Após a publicação do APFB, quatro outros atlas surgiram: o Atlas Linguístico de Sergipe (ALS), o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG), o Atlas Linguístico da Paraíba (ALPb) e o Atlas Linguístico do Paraná (ALPr).

Atualmente, temos em andamento no Brasil o Projeto ALiB, esse projeto atende aos princípios da Geografia Linguística e introduz controles de natureza sociolinguística; tem como objetivo descrever a realidade linguística com relação à língua portuguesa, dando prioridade para identificar as “diferenças diatópicas e estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.” (CARDOSO, 2001, p.33)

Outro atlas que vem sendo desenvolvido é o ATEMIG (Atlas Toponímico de Minas Gerais), esse atlas faz parte de um projeto maior, o Atlas Toponímico do Brasil, que pretende resgatar pontos da etnolinguística. A configuração municipal do Estado de Minas Gerais adotada, segundo o IBGE, registra 853 municípios, o que faz desse estado e, por conseguinte, esse atlas, o mais extenso do país.

A metodologia adotada é a mesma utilizada nos outros Atlas Toponímicos em elaboração: trata-se

do modelo semântico-motivador das ocorrências toponomásticas, que conformam a realidade designativa da nomenclatura geográfica oficial do país, publicada pelo IBGE (*ATLAS do Brasil 1:1.000.000* – 1968), com as atualizações posteriores (criação de municípios, inclusão de novos nomes ou conjuntos de nomes, substituição de nomes assentados). (DICK, [s.d.], p.12-13)

O atlas é centrado numa ordenação terminológica das taxes, tentando resgatar a motivação utilizada pelo denominador; as taxionomias distribuem-se em 27 (vinte e sete), incluindo duas subtaxes.

Como procedimento metodológico, adotou-se para o projeto o levantamento sincrônico de investigação (nível 1 do programa) ampliando-se o recorte diacrônico (nível 2 de pesquisa) como suporte auxiliar, quando a identificação do termo ainda resultou incompleta ou inconclusa, nesse primeiro nível de interpretação. Em muitos casos, há dificuldades, realmente, em se reconhecer ou definir a causa motivadora do batismo e que mais se aproxima da real intenção do denominador. (DICK, [s.d.], p.13-14)

Os 853 municípios citados anteriormente estão divididos em uma mesorregião central que tem seu eixo em Belo Horizonte e 67 microrregiões incorporadas em 10 mesorregiões. O estudo desses topônimos é realizado em três etapas não necessariamente sucessivas: a primeira, em que se analisam os designativos das unidades municipais; a segunda, em que se faz um levantamento dos acidentes geográficos dos municípios e, a terceira, em que é feita a representação cartográfica dos dados, tanto em nível estadual como municipal.

Todas as etapas ainda não foram cumpridas, sendo uma pesquisa ainda em fase preliminar, o que não permite concluir, por enquanto, relações de causa e efeito. Segundo (DICK, [s.d.], p.22), o que se percebe, é a “dificuldade em definir com precisão, as diferenças específicas entre categorias com ocorrências bem próximas”; essa dificuldade será superada com o aprofundamento da historiografia local.

Após analisar os “degraus” percorridos pela Dialectologia e os avanços graduais percorridos pelo método da Geolinguística, encontra-se a seguinte pergunta: “a Dialectologia permanece diatópica ou deve direcionar-se para aspectos etno-diatópico-sociais?” (CARDOSO, 2001, p.34). A autora afirma que essa questão deve ser respondida analisando as dimensões que têm tomado os estudos da Geografia linguística, os objetivos que buscam atingir e a metodologia que é utilizada por ela na atualidade. Lembra ainda que a conjuntura sociopolítica do momento é outra: as comunidades linguísticas atuais passaram por grandes transformações, saíram do isolamento semitotal para caminharem para a quebra de fronteiras e limites através dos meios de comunicação; há o deslocamento de habitantes de um lugar para outro, principalmente, o deslocamento das massas rurais para os grandes centros urbanos; o grau de escolaridade aumentou consideravelmente devido aos benefícios da escola e do processo de profissionalização.

Diante disso, a autora questiona:

qual deve ser o caminho da Dialectologia em relação a variáveis a considerar: i) ater-se unicamente à variável diatópica? ii) introduzir outras variáveis na apresentação de dados, colocando-as *pari passu* à variável diatópica? iii) priorizar a variável diatópica mas contemplar as informações com dados de outras variáveis e, nesse caso, quais e de que modo? (CARDOSO, 2001, p.11)

A autora responde ao seu próprio questionamento dizendo estar convencida de que a prioridade de dados em um atlas linguístico deve ser dada à variação diatópica, uma vez que a essência das informações contidas em um atlas linguístico está justamente no dado de natureza espacial. “A dialectologia tem como tarefa essencial estudar a variação geolinguística. Mas antes de abordar a variação, deve-se levantar os dados bibliográficos de uma micro-sociedade de base, uma comunidade que no atlas linguístico torna-se um ponto.” (CONTINI e TUAILLON, 1996, p.7 *apud* CARDOSO, 2001, p.11)³. Assim, os dados devem espelhar as particularidades de cada rincão, registrando o que há de mais peculiar e próprio. Por isso, os pressupostos para a recolha de informações sempre foram muito claros, pois só assim se atingiria ao fim colimado.

³ “La dialectologie a pour tâche essentielle d'étudier la variation géolinguistique. Mais avant d'aborder la variation, il doit relever les données linguistiques d'une micro-société de base, une commune, qui sur l'atlas linguistique devient un point.” (CONTINI e TUAILLON, 1996:7 *apud* CARDOSO, 2001, p. 11) tradução nossa

Cardoso (2001) ainda afirma que antes mesmo dos princípios da Sociolinguística contemporânea terem se firmado, Pickord (1956) já fazia críticas ao método seguido na elaboração de alguns atlas e pela Dialetoлогия em geral, destacando questões justificáveis do ponto de vista de uma visão sociológica dos fatos e dos processos. Questiona a respeito da imitação mecânica dos procedimentos adotados pela Dialetoлогия na Europa, dos erros de confiabilidade dos dados geolinguísticos devido ao fato de generalizarem as características das pessoas entrevistadas com relação às não entrevistadas, e a respeito dos erros de investigação direta, deixando claro que certos indicadores sociais da linguagem podem passar despercebidos em virtude da posição de correção e vigilância da fala assumida pelo informante.

Para responder aos questionamentos dessa autora, Cardoso (2001, p.11-12) relata que: 1) o método deve ser o mesmo em qualquer lugar, mas a sua aplicação reflete a adaptação ao ambiente em que é posto em prática; 2) o bom seria poder-se ouvir e documentar todos os moradores da área pesquisada, mas isso não se é possível ao se fazer ciência; relata ainda que ao se afirmar a presença de certas características em uma dada área não implica negar a existência de outras e nem dizer que elas são exclusivas; 3) reconhece ser possível passar despercebido certos indicadores sociais, mas chama atenção ao fato de que os processos técnicos que permitem o registro magnetofônico das falas constituem avanços recentes e simultâneos com o início das investigações sistemáticas de cunho dialetal.

Cardoso relembra que a nova configuração social e os apelos do mundo atual devem ser levados em conta pelo pesquisador. Assim, “o futuro da geografia linguística depende da capacidade de seus seguidores para abraçar e incorporar os interesses e talvez a metodologia da dialetoлогия urbana.” (CHAMBERS e TRUDGILL, 1994, p.45)⁴. Desse modo, questões como se buscar sempre por informantes analfabetos, não se considerar as peculiaridades linguísticas entre os grupos etários ou analisar a estratificação social devem ser consideradas.

É nesse ponto que a contribuição da Sociolinguística é relevante aos estudos dialetológicos. A compreensão dos fenômenos sociais e de suas implicações nos fatos da língua mostrados por Labov em suas várias obras tem levado os estudos dialetais a contemplar a sua metodologia com aspectos que levam em consideração preocupações de natureza social.

⁴ “el futuro de la geografía linguística depende de la capacidad de sus seguidores para abarcar e incorporar los intereses y quizás la metodología de la dialectología urbana.”(CHAMBERS e TRUDGILL, 1994, p.45) tradução nossa

A autora salienta, porém, que não se deve aplicar, por inteiro, a Sociolinguística na Geolinguística, pois são diversos e diversificados os campos de atuação; mas, ao mesmo tempo, os dados geolinguísticos não devem ser arguidos de pobreza sociolinguística porque “a complexidade de fatores sociais a considerar na análise dos fenômenos linguísticos não pode ser contemplada, indistintamente, em todo e qualquer tipo de abordagem nos estudos da linguagem.” (CARDOSO, 2001, p.13). Deve ficar evidente que o caráter extensivo da Dialetoleologia é ser um retrato das áreas consideradas, mapeando e diagnosticando a sua realidade.

Assim, para Cardoso (2001), a Geolinguística deve continuar dando prioridade à variação diatópica; contudo, deve abrir espaço para o controle de outras variáveis como sexo, idade e escolaridade, sem se buscar obcecantemente a quantificação, tornando-a exemplificativa e não exaustiva. Diversificando na escolha dos informantes, amplia-se “o espectro da fotografia, mas não quererá dizer que se possa, ipso facto, qualificar a natureza dessa fotografia, afirmando o caráter de exclusividade ou dominância do fenômeno considerado”. (CARDOSO, 2001, p.13).

Assim, percebe-se que a Dialetoleologia deve permanecer, em sua essência, diatópica, mas que não pode se esquecer do aspecto multidimensional dos atos de fala.

3.3 A Sociolinguística

A Sociolinguística tem por objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico demonstráveis dentro de uma comunidade de fala e formaliza-os analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis. A língua é considerada em seu contexto sócio-cultural, uma vez que parte da explicação para a heterogeneidade que emerge nos usos linguísticos concretos pode ser encontrada em fatores externos ao sistema linguístico e não só nos fatores internos da língua.

Não se sabe ao certo quando o termo surgiu. Para Romaine (1994), o termo sociolinguística surgiu em 1950, para se referir a pesquisas que os linguistas mantinham a respeito das influências da linguagem na sociedade, em especial, sobre o contexto social da diversidade linguística. Cyranka (2006) afirma que o termo surgiu, em 1964, como título do trabalho apresentado por William Bright, em um congresso realizado a Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), reunindo linguistas interessados em estudar as relações entre língua e sociedade. Marcurschi (1975), por sua vez, afirma que o termo surgiu, em 1952,

num trabalho sobre a relação entre o comportamento linguístico e o *status* social, publicado por H.C. Currie.

No início, houve uma hesitação na escolha do termo, além de extenso e impreciso, o conceito traduziria algo semelhante à expressão *sociologia da linguagem*. Labov (1972) julgava o termo redundante: “Eu relutei em aceitar o termo *sociolinguística* durante muitos anos, porque ele dá a entender que pode existir uma teoria bem-sucedida ou prática linguística que não seja social” (LABOV, 1972, p.XIII)⁵. Assim, não haveria a rigor uma nova disciplina, mas apenas a linguística que teria resgatado o seu verdadeiro enfoque. Apesar dessas discussões a respeito do termo, a palavra sociolinguística fixou-se e recebeu, inicialmente, a tarefa de descrever as diferentes variedades coexistentes em uma comunidade de fala e relacionando-as com as estruturas sociais; com o tempo, sua tarefa foi aumentando e englobando praticamente tudo que dissesse respeito ao estudo da linguagem em seu contexto sociocultural.

Segundo Chambers (1995), foi Labov, na década de 60 do século passado, quem desenvolveu o primeiro estudo sociolinguístico, na ilha de Martha’s Vineyard, no estado de Massachusetts, Estados Unidos. Essa investigação de Labov (1972) sobre a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ teve muita importância e produziu muitos efeitos no desenvolvimento da sociolinguística.

A ilha de Martha’s Vineyard é dividida em duas partes: a ilha alta – exclusivamente rural – e a ilha baixa – formada por pequenas localidades, nas quais vivem $\frac{3}{4}$ da população estável. A ilha é relativamente isolada da Costa da Nova Inglaterra, sendo separada do resto do país por três ilhas do Oceano Atlântico. Os seus habitantes nativos pertencem a quatro grupos étnicos essencialmente endogâmicos:

- a) um constituído pelos descendentes das primeiras famílias inglesas que colonizaram a ilha nos séculos XVII e XVIII;
- b) um contingente de origem portuguesa;
- c) um grupo de remanescentes dos índios Gay Head;
- d) um grupo ecleticamente formados por pessoas de origens inglesa, francesa, canadense, alemã e polonesa.

Ao observar os dados do censo de 1960, Labov (1972) percebeu que a ilha era a mais pobre dos condados de Massachusetts, tendo o mais baixo nível de renda, o maior número de

⁵ “I have resisted the term *sociolinguistics* for many years, since it implies that there can be a successful linguistic theory or practice which is not social” (LABOV, 1972, p. XIII) tradução nossa

pobres e o menor número de ricos, dependendo economicamente do turismo, uma vez que não possuía indústrias e quase todos os seus habitantes trabalhavam no comércio.

A amostra da pesquisa teve um total de 65 informantes. As entrevistas tiveram a aplicação dos seguintes instrumentos: um questionário relativo ao léxico, um questionário relativo a juízos de valor sobre a orientação social do entrevistado e uma leitura especial aplicada na escola.

A análise dos fatores linguísticos permitiu concluir que a consoante que segue esses ditongos - /ay/ e /aw/ - exerce maior influência na centralização que a consoante anterior. Ao analisar tanto os fatores internos quanto os externos, percebeu-se que a centralização dos ditongos aumentou regularmente nos sucessivos níveis de idade – alcançando o máximo no grupo de falantes entre 30 e 40 anos. Assim, percebe-se que os moradores mais velhos passaram a intensificar o uso da variante local, considerada não-padrão e estigmatizada em detrimento com a variante dos veranistas, considerada inovadora e de prestígio.

Percebeu que o fato de os moradores da ilha dependerem economicamente dos turistas fez com que gerasse uma resistência, que é reflexo do sentimento de aversão à cultura dos “invasores”. A centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ seria uma forma de “separar” os moradores da ilha dos veranistas caracterizando a identidade social dos donos do território. Cabe ressaltar que a maior resistência ocorreu nas zonas rurais da parte alta da ilha, região em que a pesca é a principal fonte de renda.

Ao terminar esse seu estudo, Labov (1972) chega à seguinte conclusão: qualquer traço linguístico utilizado por um determinado grupo é marcado em oposição a outro dialeto; é esse traço que irá dar identidade social a esse grupo. Ao se generalizar, estabelece uma norma que é adotada por alguns grupos vizinhos e sucessores.

Percebe-se, nesse estudo, a preocupação do autor em considerar tanto os fatores linguísticos quanto os condicionamentos de ordem social que formam as variáveis que mais determinaram a mudança.

Além desse estudo sobre o inglês falado na ilha de Martha’s Vineyard (1963), vários outros se seguiram: “estudos sobre a estratificação social no inglês falado na cidade de Nova Iorque (1966); a língua do gueto, estudo sobre o inglês dos adolescentes negros do Harlem, Nova York, e estudos sociolinguísticos da Filadélfia, entre outros” (TARALLO, 2000, p.7).

Para Labov, a estratificação social e a avaliação social das variantes linguísticas, tanto no estudo de Martha’s Vineyard quanto o estudo de Nova York foram as chaves para descobrir os padrões que governavam a variação na estrutura linguística. Assim, ao destacar a importância dos fatores sociais para explicar os fenômenos linguísticos como a variação, o

autor estabelece um modelo de descrição e interpretação que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, correlacionando tanto os aspectos linguísticos como sociais.

Um projeto de investigação sociolinguística deve ser construído a partir de dois recursos básicos: (a) uma sociedade que esteja interessada em problemas linguísticos e que esteja disposta a suportar um esforço a longo prazo para resolvê-los, e (2) um linguísta, treinado nas técnicas de descrição, análise e síntese linguísticas. Esse treinamento deve incluir um conhecimento do sistema articulatorio e de seus produtos acústicos e a habilidade de transcrevê-los; um entendimento do princípio de formação da categoria e da distribuição complementar; habilidade em segmentar os morfemas e analisar seus significados; uma consciência refinada da variedade de processos gramaticais e dos meios usados para comunicar o significado; e nessa década, nós devemos adicionar a sensibilidade à complexidade hierárquica das estruturas sintáticas e fonológicas com a habilidade de desvencilhar uma complexa série de regras ordenadas. (LABOV, 1972a, p.4)⁶

Em seu estudo real, a língua exibe duas faces aparentemente contraditórias: a estabilidade, que consiste em um núcleo de estruturas compartilhadas por todos os falantes; e o caráter heterogêneo imanente nas línguas, área variável que não é plenamente compartilhada por todos os falantes de uma comunidade de fala. Assim, há a existência de uma correlação entre homogeneidade/estrutura e homogeneidade/sincronia, através da postulação de que a condição normal de uma comunidade de fala é a heterogeneidade e de que essa heterogeneidade é estruturada.

Essa variação era considerada caótica para os estudiosos da corrente estruturalista, eles a consideravam aleatória e “livre”, não admitindo uma análise rigorosa. Hoje, percebe-se que, na realidade, essa variação é governada por fatores de natureza estrutural e social, sendo vista como regular, inerente e passível de uma análise linguística sistemática. Sabe-se que toda mudança provém de uma variação, mas nem toda variação constitui mudança, pois há casos em que se têm processos de variação a longo prazo, em que as variantes podem coexistir durante séculos, sem que uma vença a outra.

A variação é, portanto, um fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas “de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 2000, p.8), denominadas variantes. Ao conjunto dessas variantes, dá-se o nome de variável dependente. A variável é vista como dependente devido ao fato de seu emprego não ser aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis

⁶ “A sociolinguistic research project must be built upon two basic resources: (a) a society which is interested in language problems and is willing to support a long-term effort to solve them, and (2) a linguist, trained in the techniques of linguistic description, analysis and synthesis. This training must include a knowledge of the articulatory system and its acoustic products, and the ability to transcribe them; an understanding of the principle of category formation and complementary distribution; skill in segmenting morphemes and analyzing their meaning; a sophisticated awareness of the range of grammatical processes and machinery used to communicate meaning; and in this decade, we must also add a sensitivity to the hierarchical complexity of syntactic and phonological structures with the ability to disentangle an intricate series of ordered rules.” (LABOV, 1972a, p. 4) tradução nossa

independentes). Essas, por sua vez, podem ser de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo a sua frequência de ocorrências.

Labov (1972a) detalha a tarefa da identificação e definição de variantes linguísticas da seguinte forma:

O trabalho do linguista agora é dizer algo a mais sobre a variável que já se conhece. Eventualmente pode parecer que falantes instruídos usem uma forma ou outra em um discurso cuidadoso, enquanto outros falantes não podem controlar a variação ou mesmo ouvir a diferença.

(...) O princípio fundamental que guia nossa atividade linguística aqui é o da quantificação: nós queremos ser capazes de indicar a proporção de casos em que uma determinada variante ocorre em relação a todos os casos onde ela poderia ocorrer. Nós podemos então dar sequência a um estudo de mudança em progresso, diferenciação, ou co-variação com outras variáveis linguísticas. (LABOVA, 1972, p.29-32)⁷

A variante pode se manter estável no sistema linguístico durante certo período de tempo, curto ou longo, ou desaparecer, permanecendo apenas uma das alternativas de uso; caso isso aconteça, temos o fenômeno da mudança linguística.

Percebe-se assim que a teoria laboviana procura dar conta da heterogeneidade estruturada e dos processos de mudança das línguas através de uma metodologia específica de coleta de dados em situações gerais de uso e de uma análise que procura correlacionar fatores externos e internos no condicionamento dos fenômenos variáveis. Não se trata de uma teoria sobre a estrutura da língua ou de seus diferentes níveis, mas sim da natureza do funcionamento dessa estrutura dentro da perspectiva da mudança. Sendo assim, não pode prescindir das informações oriundas das diferentes correntes que trabalham eminentemente com estrutura.

Após os primeiros estudos desenvolvidos por Labov, muitos outros surgiram, entre eles, estudos desenvolvidos em Belfast (Irlanda) por Lesley Milroy (1980) e James Milroy (1992). Nesses estudos, os autores abordam questões relativas à natureza social da mudança linguística, para tanto, baseiam-se em três princípios gerais para esse modelo social da mudança linguística, fazendo um paralelo entre esses princípios e os fundamentos empíricos propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006).

Para Milroy (1992), a língua muda no presente da mesma forma que mudou no passado e que a homogeneidade linguística é uma idealização; uma vez que a estrutura da

⁷ “The linguist’s job is now to say something more about the variable than is already know. It may eventually appear that educated speakers shift to one form or another in careful speech, while other speakers cannot control the variation or even hear the difference.

(...) The fundamental principle that guides our linguistic activity here is one of accountability: we want to be able to state the proportion of cases in which a given variant does occur out of all those cases where it might have occurred. We can then go ahead to study change in progress, social differentiation, or co-variation with other linguistic variables.” (LABOVA, 1972, p. 29-32) tradução nossa

língua é, na verdade, heterogênea e é justamente essa heterogeneidade que é de fundamental importância para detectar a variação e o processo de mudança. Segundo ele, alguns estudiosos vêem a variação como uma espécie de doença que fere a língua de tempos em tempos; e a mudança, quando percebida, é vista como erro. A língua é uma heterogeneidade ordenada e essa necessidade que muitos estudiosos têm de provar estados uniformes da língua é, na realidade, uma idealização, uma vez que os estados variáveis da língua são normais.

Seu objetivo é examinar que a origem da mudança linguística pode ser tratada como um fenômeno social. Um dos argumentos que usa para provar essa tese é o fato de a mudança linguística ser produto da atividade do falante no contexto social; devido a isso, ela não pode ser inteiramente explicada dentro do sistema da língua. A língua é um fenômeno social, uma vez que é usada por falantes com o objetivo de conseguirem se comunicar uns com os outros num contexto cultural e social no qual o sistema linguístico (gramática) não é sinônimo de comunicação e interação social; prova da importância das questões sociais é que uma língua que não tem falantes não muda. A língua tem sido, através da história, um fenômeno falado e não escrito, mas como não havia tecnologia para estudar o falante, era muito complexo estudar a língua em uso; devido a isso, a língua escrita sempre foi muito utilizada em estudos linguísticos, mas sempre que possível devemos analisar a língua oral e o contexto em que ela está inserida.

Milroy (1992) sugere os princípios gerais ou fundamentais para o modelo de mudança social que surge da ênfase dessa interação do falante. O discurso é visto como uma atividade social, sendo o seu foco primário a conversação e não a escrita. A conversação se ocupa de dois ou mais falantes no contexto social e a mudança linguística é um fenômeno que é passado justamente de pessoa a pessoa nessas situações. Ao todo o autor trabalha com 3 princípios, mas citaremos apenas os dois primeiros, pois o terceiro trata da mudança linguística, fenômeno esse que não é foco do nosso trabalho.

Princípio 1 Como o uso linguístico (fora do contexto literário e de experimentos de laboratório) não acontece exceto em contextos sociais e situacionais e, quando observado, é sempre nesses contextos, sua análise – para ser adequada – deve levar em conta a sociedade, a situação e a interação falante/ouvinte (MILROY, 1992, p.5-6)⁸

Esse primeiro princípio trata da língua em uso; só podendo ser observado num contexto social e situacional, não podendo ser destituído do contexto. Para Milroy (1992), esse

⁸ “Principle 1 As language use (outside of literary modes and laboratory experiments) cannot take place *except* in social and situational contexts and, when observed, is *always* observed in these contexts, our analysis – if it is to be adequate – *must* take account o society, situation and the speaker/listener” (MILROY, 1992, p. 5-6) tradução nossa

primeiro princípio traz muitas implicações: o contexto situacional em que a língua ocorre pode ser uma abstração, o que nós observamos, na realidade, não é a língua, mas as pessoas conversando; a coleta dos dados e análise dos mesmos é crucial, sendo assim, as descrições do modelo social dependerão da observação de modelos recorrentes e terá de ser sistematicamente comprovada nos dados.

Princípio 2 Uma descrição completa da estrutura de uma variedade (seja ela padrão, dialetal, estilística ou de registro) pode ser bem feita somente se decisões ou julgamentos bem sólidos de teor social forem tomados ao longo da descrição. (MILROY, 1992, p.6)⁹

Esse princípio está estritamente ligado ao fato de não ser possível descrever a estrutura da língua independentemente da sociedade. Ao tratar desse princípio, Milroy (1992) observa que social não significa classe social ou prestígio, mas as normas das variedades ditas, no sentido de que elas podem ser ou não aceitas na sociedade, isso dependerá do consenso do falante dentro de uma comunidade ou interesses em comum e diferirá de uma comunicação para outra. A ocorrência da descrição linguística pode ser vista como próxima de coincidir com a norma de aceitação social de uma comunidade.

Uma outra dificuldade colocada pelo autor é a de se determinar a extensão da comunidade de falantes dentro da qual uma estrutura particular é a norma de consenso. Certas variantes também podem ser válidas em algumas partes da comunidade, mas não para todos os falantes de todos os estilos. Dessa forma, as diferenças, além de serem fatos linguísticos são, antes de tudo, fatos sociais.

Em Milroy (1980), a autora introduz o conceito de rede social como variável independente. Nasce, com esse estudo, a possibilidade de se integrar a análise de rede ao estudo da variação linguística de vertente laboviana. Ao investigar a respeito da variação vocálica no vernáculo de Belfast (Irlanda), verificou-se que o emprego das variantes só poderia ser explicado, no que se refere ao componente social, pela estrutura de rede, uma vez que características como bairro e *status* social eram as mesmas para os informantes considerados. Com o estudo das redes sociais, conhece-se padrões e conflitos das comunidades que possibilitam ao investigador “dar conta das diferenças sistemáticas no uso da linguagem entre indivíduos e entre subgrupos da população os quais, em termos de status social, são homogêneos”¹⁰. (MILROY, 1980, p.17)

⁹ “Principle 2 A full description of the structure of a variety (whether it is “standard” English, or a dialect, or a style or register) can only be successfully made if quite substantial decisions, or judgements, of a social kind are taken into account in the description” (MILROY, 1992, p.6) tradução nossa

¹⁰ “account for systematic differences in language use between individuals, and between subgroups in the population of communities which, in terms of social status are relatively homogeneous” (MILROY, 1980, p.17) tradução nossa

A análise das redes pode ajudar a esclarecer os mecanismos sociais diários que levam os indivíduos a manter sua modalidade de fala, ou seja, que reforçam seu comportamento linguístico.

Redes sociais são representações da morfologia da organização social (Castells, 1999), no que concerne à extensão dos nós da rede – os contatos interindividuais – e à densidade da relação entre os nós – a qualidade das relações interindividuais. Focalizá-la não significa desprezar outros parâmetros de estruturação das relações sociais, mas realizar uma análise transversal a esses parâmetros. Desde os anos 70 do século passado, a rede social, enquanto categoria de pesquisa, tem permitido realizar análises menos comprometidas com generalizações universais e mais próximas à dimensão do cotidiano. Por ser mais flexível do que classe, por exemplo, em relação à dinâmica das relações sociais, possibilita ao pesquisador acompanhar as diferentes comunidades de prática de que as pessoas fazem parte. Já um parâmetro como o de classe social é mais estático, pois está ligado a atores objetivos, menos maleáveis, como propriedade, renda, escolaridade, etc. (BATTISTI *et all*, 2007, p.2)

Esse tipo de estudo tem sido incorporado aos estudos de variação e mudança com a finalidade de explicar a relação entre os padrões da conservação do vernáculo e os de mudança no decorrer do tempo (MILROY e GORDON, 2003), averiguando os mecanismos presentes nas comunidades que tanto facilitam como resistem à mudança, analisando também a maneira pela qual os indivíduos fazem uso dos recursos de variabilidade linguística que estão disponíveis a eles. (MILROY, 1980).

Milroy (1980) controlou, em seus estudos na comunidade de Belfast, variáveis sociais clássicas como idade, gênero e classe social, e também as redes sociais. Verificou que enquanto as variáveis clássicas permaneciam com valores de atuação constantes, quanto mais próxima fosse a rede de um indivíduo em relação à comunidade local, mais a sua linguagem se aproximava do vernáculo local.

Segundo essa teoria, há quatro vantagens metodológicas em se utilizar pesquisas envolvendo redes:

- 1) é uma forma muito útil de se estudar detalhadamente grupos relativamente pequenos e auto-suficientes onde os falantes não são discriminados em função de classe ou *status* social;
- 2) possibilita uma forma de análise em que as categorias de classe social são difíceis de serem analisadas, como no estudo de minorias étnicas, migrantes, populações rurais, *etc.*;
- 3) oferece um procedimento para lidar com a variação no nível dos indivíduos ao invés do grupo;
- 4) pode esclarecer a dinâmica social vinculada ao processo da variação e da mudança linguística.

As redes apresentam, em sua configuração, diferenças em duas dimensões: densidade e multiplexidade; resultando, de um lado, redes sociais densas e múltiplas e, de outro, redes frouxas e com pouca multiplicidade.

A densidade refere-se à quantidade de contatos dos indivíduos; assim, quanto maior o número de pessoas que se conhecem umas às outras na rede, maior será sua densidade. Em contrapartida, uma rede em que poucos indivíduos se conhecem mutuamente, é considerada uma rede frouxa. A figura abaixo ilustra bem isso:

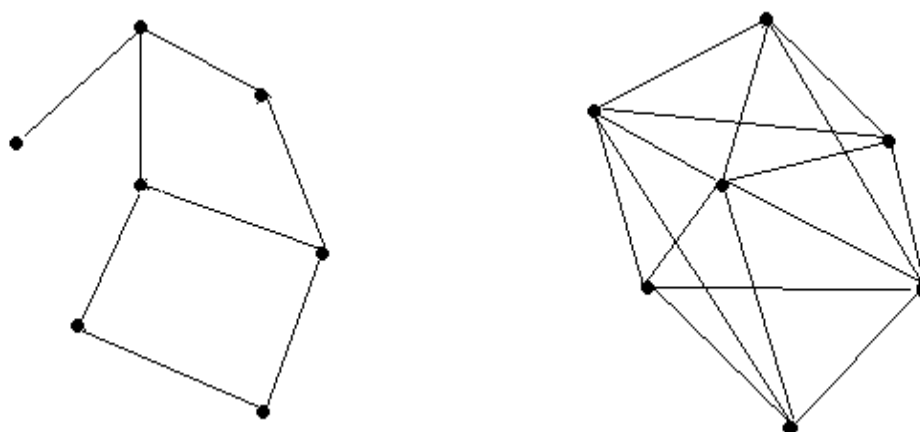


FIGURA 27: Representação da densidade das redes.
À esquerda, uma rede pouco densa (poucos contatos). À direita, uma rede muito densa (muitos contatos).
Fonte: BATTISTI *et al*, 2007, p.4.

A densidade de uma rede pode ser calculada através da seguinte fórmula:

$$D = \frac{100 N_a \%}{N_p}$$

em que **N_a** se refere ao total de contatos reais e **N**, ao número total de contatos possíveis¹¹. O primeiro e mais intenso grau de interação supõe comunicação diária e instância-se em relacionamentos no trabalho, escola ou em casa; o último e menos intenso é o de pessoas que sabem da existência umas das outras, mas não interagem.

Com relação à multiplexidade, o que importa é o fato de os membros da rede conectarem-se uns aos outros por mais de um tipo de relacionamento. Assim, o vínculo será *uniplex* se a relação entre as pessoas ocorrer em apenas um sentido, mas, se os indivíduos se

¹¹ “where N_a refers to the total actual number of links and N the total number of possible links.” (MILROY, 1980, p. 50) tradução nossa

relacionarem de mais de uma forma, a rede será *multiplex*. A figura abaixo serve-nos de ilustração:

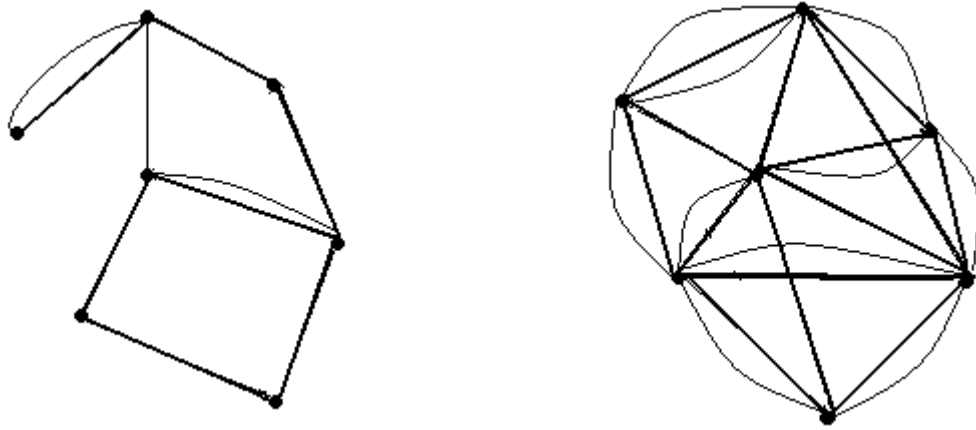


FIGURA 28: Representação da multiplexidade das redes.

À esquerda, uma rede não múltipléxica (poucos indivíduos possuem mais de um tipo de contato). À direita, uma rede múltipléxica (muitos indivíduos possuem mais de um tipo de contato).

Fonte: BATTISTI *et all*, 2007, p.4.

A multiplexidade por indivíduo é calculada pela proporção dos laços múltipléxicos com relação a todos os laços relevantes, sendo essa relação expressa da seguinte forma:

$$Mx = \frac{Nm}{Nr} \times 100 \%,$$

em que **Nm** é o número de contatos múltipléxicos e **N** o número de contatos reais.¹² A autora alerta para o fato de que o número de laços pode variar de um pesquisador para outro.

Com relação a isso, teremos redes sociais constituídas por laços fortes e laços fracos:

Laços fortes constituem redes sociais densas – nas quais todos conhecem todos – e múltiplas – nas quais os indivíduos compartilham mais de um tipo de relação, como amizade e companheirismo profissional (MILROY e MILROY, 1997). Quanto mais densas e múltiplas forem as redes sociais, maior a probabilidade de elas operarem de forma normativa, uma vez que densidade em grau extremo tende a produzir homogeneidade de valores e de normas, incluindo as normas linguísticas. Assim, as redes densas são responsáveis por uma certa estabilidade linguística uma vez que se mantém o vernáculo local, com resistência a pressões linguísticas e sociais de outros grupos. Exemplificando: os relacionamentos em sociedades tribais, vilarejos ou em comunidades de trabalhadores tendem a ser mais densos e múltiplos do que em sociedades industriais e urbanas (MILROY, 1987).

¹² “where Nm is the number of multiplex links and N the number of actual links.” (MILROY, 1980, p. 51) tradução nossa

Por outro lado, laços fracos caracterizam redes com ligações interpessoais frouxas e com pouca multiplicidade as quais operam como canais de transmissão de inovação e de influência de uma rede densa sobre a outra, conectando os grupos coesos à sociedade ampla e estratificada (já as redes frouxas desempenham importante papel na difusão da inovação por ocuparem uma posição periférica nos grupos coesos em função da mobilidade a que estão sujeitos e, assim, estarem mais expostos à influência da norma de prestígio (GRANOVETTER *apud* MILROY, 1987) (SEVERO, 2007, p. 6).

De acordo com Bortoni (1989, p.170), “os estudos antropológicos de redes sociais demonstram conclusivamente que em comunidades de alta densidade e multiplexidade de papéis, desenvolve-se um grande consenso normativo e, conseqüentemente, uma forte resistência de valores exógenos”; assim, redes fechadas são mecanismos de reforço da norma e isso está relacionado à frequência com que as pessoas da comunidade relacionam-se entre si.

3.4 Decisões teórico-metodológicas

Os dados rurais utilizados nesta dissertação foram falados e transcritos; a metodologia aqui adotada propõe utilizar dados reais de língua falada, efetivamente realizados, fidedignamente coletados e armazenados; levando em conta os fatores sócio-históricos que contextualizam a língua. Para Cohen (2008, p.3), “a descrição dos dados vai depender do fenômeno que ressalta desses, seja por um estranhamento, isto é, uma análise implícita entre a gramática do observador e aquilo que ele ouve, seja porque já está numa busca mais amadurecida de um fenômeno determinado”.

Neste trabalho, a razão inicial do estudo baseia-se no estranhamento percebido pelo observador/pesquisador na “gramática” ouvida dos habitantes de uma das cidades vizinhas (Abre Campo), no que diz respeito à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos; a autora percebeu que os moradores de Abre Campo utilizavam menos artigo definido nesses contextos, principalmente quando o antropônimo aparecia em estruturas de genitivo. Assim, esse estranhamento inicial, notado também por outros moradores das duas localidades, resultou na presente pesquisa.

Para se comprovar essa impressão inicial, optou-se por pesquisar a zona rural das localidades de Abre Campo e Matipó, respectivamente no Córrego do Pouso Alto e no Córrego dos Lourenços; essa decisão por efetuar o trabalho de campo na zona rural deu-se devido ao fato da fala rural estar mais “preservada”. Foram realizadas oito entrevistas, quatro em cada córrego, considerando ainda fatores como gênero (masculino e feminino), idade (de 18 a 30 anos e acima de 70 anos) e rede social, conforme a perspectiva de Milroy. Todas as

gravações foram realizadas pela própria pesquisadora, com o consentimento prévio do informante e no córrego de cada um deles, tendo cada entrevista a duração de, no mínimo, 30 minutos cada. Cabe lembrar que essa metodologia de escolha dos informantes e coleta dos dados teve por base os pressupostos teórico-metodológicos na Dialetologia.

Cohen (2008) alerta-nos para alguns questionamentos:

Uma vez coletados , portanto, com critério, como tratá-los? Como analisá-los? É suficiente que sejam pinçados exemplos dessa língua tão criteriosamente coletada? O mesmo rigor deve ser observado na análise dos dados e, e uma vez identificado o objeto da análise, há que se descrever exaustivamente todas as suas ocorrências, inseridas no seu contexto que, preferentemente tem uma unidade de sentido, um tema. Nesse sentido, a análise subsequente é *data driven* (guiada pelos dados). (COHEN, 2008, p.4)

Seguindo essa orientação, os dados foram transcritos pela própria pesquisadora de acordo com as normas do Projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC), como se tratava de um fenômeno sintático, as normas sofreram adaptações para que a transcrição ficasse mais adequada. A análise quantitativa também foi realizada pela própria pesquisadora, por se acreditar que o contato com os dados daria maior sensibilidade no desenvolvimento da pesquisa. Assim, como aconselha Cohen (2008), a análise foi guiada pelos dados e pela sensibilidade linguística da pesquisadora. Essa quantificação e posterior análise seguiram os pressupostos metodológicos da Sociolinguística.

Na análise quantitativa, levaram-se em conta os seguintes grupos de fatores: localidade, gênero, idade, tipo de antropônimo, grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere, antropônimos em estrutura de genitivo, topônimos da cidade natal, tipo de topônimo e rede social.

Como se percebe, a metodologia proposta vai desde a coleta de dados, passando pela análise e correlação de fatores, e tem como objetivo esclarecer se há mesmo a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó, Córrego Pouso Alto e Córrego dos Lourenços, respectivamente. Os procedimentos metodológicos resumidamente citados aqui receberam destaque especial e serão mais bem detalhados na seção 5.1, pois são a contraparte da fundamentação teórica; é através dos procedimentos de coleta de dados e de análise que se pode chegar a responder a questões sobre o funcionamento da linguagem humana em situações reais de uso, em nosso caso, com relação à ausência/presença de artigo no contexto acima citado. Sabe-se que fora do dinamismo que envolve tanto o falante e o ouvinte quanto o contexto, a língua se torna mera abstração, impossibilitando análises que levem a resultados capazes de explicar as relações entre ela e seus usos sociais.

Além desses pressupostos mais gerais nos quais se enquadram a questão diatópica da presente dissertação, no capítulo 4, apresentaremos uma revisão da bibliografia relativa ao sintagma nominal, nomes próprios e artigo definido, que fazem parte do nosso objeto de estudo.

4 REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

Será feita uma revisão bibliográfica concernente aos itens do sintagma nominal em foco na dissertação. Serão descritas questões relativas ao nome próprio na seção 4.1; questões relativas aos antropônimos e topônimos na seção 4.2; a seção 4.3 tratará do artigo definido; a seção 4.4 tratará do sintagma nominal; em seguida, na seção 4.5, serão apresentados trabalhos recentes que trataram da combinação da combinação do artigo definido (presença ou ausência) com nomes próprios (antropônimos), não se teve conhecimento de nenhum trabalho que analisasse a combinação de artigo definido diante de topônimos; esse é o motivo de não haver nenhuma descrição desse tipo nesta seção, essa análise será justamente o ponto que esta dissertação pretende acrescentar aos estudos linguísticos.

4.1 O nome próprio

Esta seção discute questões referentes aos nomes próprios. Na subseção 4.1.1, veremos como eles são vistos à luz da tradição gramatical. Na subseção 4.1.2, falaremos sobre as funções linguísticas, referencial e vocativa que um nome próprio pode assumir e, na última seção, será discutida a função semântica, um dos maiores questionamentos de diversos autores a respeito dos nomes próprios.

4.1.1 O nome próprio visto pela tradição gramatical

Para os gramáticos tradicionais, os nomes próprios distinguem-se claramente dos nomes comuns; estes possuem uma designação genérica, designam a totalidade dos seres de uma espécie e, aqueles, possuem uma designação específica, designando um indivíduo de determinada espécie.

Os seres a que fazemos referência no discurso podem ser entendidos como classes de objetos – *país, planeta, piloto, clube, remédio* -, ou como membros únicos em suas classes – *Portugal, Vênus, Ayrton Senna, Flamengo, Melhoral*. Chamam-se **comuns** os substantivos que, como *país*, denotam os seres na condição de membros de classes ou espécies; e se chamam **próprios** os substantivos que, como *Portugal*, servem para conferir identidade exclusiva a um membro de uma classe ou espécie. Um substantivo como *país* é uma designação comum a várias entidades: *Brasil, Portugal, Paquistão, Bolívia*. Por sua vez, *Portugal* é a designação própria e exclusiva de um único país, *Vênus* é a designação própria e exclusiva de um único planeta, e *Melhoral*

é a designação própria e exclusiva de um único analgésico. (AZEREDO, 2002, p. 106)

Bechara (2001, p.113) aponta que os substantivos próprios podem se aplicar a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Mira Mateus *et al* (1983, p.72-73) relata que os nomes próprios e os nomes comuns possuem um comportamento semântico e morfo-sintático diferente; afirma que na frase “*Galileu* morreu na miséria”, o nome próprio *Galileu*, em um dado universo de referência, “designa **um e um único objecto identificado**”, que o locutor pressupõe identificável pelos alocutários. Já na frase, “O *João* vive em Coimbra”, apesar de existirem muitos indivíduos com o nome de *João*, na dada situação em que o nome foi pronunciado, o termo *João* “designa **um único e o mesmo indivíduo para o locutor e para o(s) alocutário(s)**”. Assim, o nome próprio é visto pela autora como “um designador de um único objecto identificado pertencente à classe dos objectos do universo de referência pressuposto pragmaticamente num dado discurso concreto”.

Para Mansur Guérios (1981), essa distinção entre nomes próprios e comuns é linguisticamente artificial, pois na sua origem – remota ou não – os nomes próprios eram nomes comuns. Para ele, a única distinção concreta é a seguinte: “Todos o vocábulos ou signos possuem ‘alma’, i.e., *sentido* ou *significado*, e “corpo” ou *significante*, que é, na linguagem falada, o som, e na linguagem gráfica e *escrita*.” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.15). Dessa forma, os nomes próprios não lembram o seu sentido original e nem outros; sendo, para o autor, “vocábulos desprovidos de ‘alma’, ou melhor, ficaram ‘petrificados’; apenas conservam o ‘corpo’ ou *significante*.” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.16). Os nomes comuns, por sua vez, poderão ter ou não atualmente as mesmas significações atuais; mas, independentemente do seu significado, possuem “alma”; e quando não possuem as significações originárias, “é porque houve ‘desvio’ ou evolução. Contudo, isso não é absoluto, pois, p. ex., uma localidade que se chama *Bahia*, por excelência, pode traduzir de fato e atualmente uma baía.” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.16).

Michel Bréal afirma que a diferença entre os substantivos próprios e os comuns é apenas uma diferença de grau, que é totalmente intelectual e não gramatical; os substantivos próprios “são, por assim dizer, signos ao quadrado”. (BRÉAL, 1897 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.16).¹³

¹³ “sont, pour ainsi dire, des signes à la seconde puissance” (BRÉAL, 1897 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.16) tradução nossa

Bréal ainda ressalta como característica a distinção fonética entre os nomes próprios e comuns; segundo ele, os nomes próprios “participam um pouco menos das transformações fonéticas” (BRÉAL, 1897 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.16) que os nomes comuns; e que, morfologicamente, os nomes próprios sofrem mais alterações que os nomes comuns, devido ao princípio do menor esforço que abrevia ou cria diminutivos.

Os nomes próprios acabam se transformando em “fósseis da língua que vivem singularmente apenas do exterior, do corpo” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.17). Com o auxílio dos nomes próprios, em particular os antropônimos e topônimos, é possível reconstituir numerosos elementos de uma língua. Os antropônimos são muito menos arcaicos que os topônimos.

O aspecto do sol, as montanhas, os riachos, as margens ficam inalteradas por dois ou três milênios de história; a cidade, mesmo a vila duram séculos. Ao contrário, as gerações se sucedem, rápidas, favorecendo as mudanças e os desaparecimentos de nomes, sobretudo ao longo de períodos turbulentos. Os nomes de família somente se fixaram em épocas de grande organização política e social. Enfim, as variações da moda, tão poderosas para o nome de pessoas, não têm ação sobre os nomes de lugar. (DAUZAT, 1951 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.17).¹⁴

Como se percebe, apesar de as gramáticas analisarem o nome próprio de forma simplificadora, limitando-se em sua maioria a meras classificações, a questão não é tão simples assim.

4.1.2 O comportamento linguístico dos nomes próprios

Lyons (1977) diz que os nomes possuem duas funções características: uma referencial e outra vocativa. Para falarmos da função referencial, precisamos inicialmente analisar o conceito de referente:

(...) um referente não é, pois, um objeto em sua forma material primitiva, mas um objeto, enquanto interpelado por expressões linguísticas em formatos variados. No domínio [pessoas], existem muitos objetos em sua forma primária; eles poderão constituir-se referentes, à medida que pudermos isolá-los de todo o conjunto, através de uma asserção descritiva ou de um nome próprio. Assim, nem o indivíduo (nem a classe de indivíduos) que incorporamos num referente diz respeito, necessariamente, à materialidade de qualquer objeto, mas sobretudo à sua concepção, à nossa experiência de pensá-lo, a partir da linguagem (MARI, 2003, p. 6-7).

¹⁴ “L’aspect du sol, les montagnes, les rivières, les rivages restent fixes à travers deux ou trois millénaires d’histoire; la ville, le village même dure des siècles. Au contraire, les générations se succèdent, rapides, favorisant les changements et les disparitions de noms, surtout au cours des périodes troublées. Les noms de famille n’ont été fixés qu’aux époques de forte organisation politique et sociale. Enfin les variations de la mode, si puissantes pour les noms de personnes, n’ont guère de prise sur les noms de lieux.” (DAUZAT, 1951 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981:17) tradução nossa

Quando alguém diz a frase “Napoleão é corso”, vê-se que o locutor refere-se ao indivíduo *Napoleão* por meio de uma expressão referencial; assim, esse locutor confere a uma expressão uma referência através da realização de um ato de referência. “Se a referência for bem sucedida, a expressão referencial permitirá que o interlocutor identifique o indivíduo em questão: o referente”. (LYONS, 1977, p. 147) De acordo com a concepção de referência adotada por Lyons (1977, p.148), quando alguém pergunta: “A que é que a expressão ‘x’ se refere?”, equivale a perguntar: “A que é que o locutor se refere por meio de ‘x’ (ao enunciar esta ou aquela frase)?”.

O autor estabelece sete tipos de referência: (a) referência singular definida; (b) referência, verdade e existência; (c) sintagmas nominais definidos não-referenciados; (d) referência geral distributiva e coletiva; (e) referência indefinida específica e não-específica; (f) opacidade referencial; (g) referência genérica. Neste trabalho, faremos alusão apenas à primeira – a referência singular definida – por estar ligada aos nomes próprios. Cabe lembrar que essa questão será melhor detalhada mais a frente.

Para Lyons (1977), as expressões referenciais singulares são aquelas que se referem a indivíduos, ao contrário das expressões referenciais gerais que se referem a classes de indivíduos. Ainda faz uma segunda distinção: as expressões definidas, que se referem a um indivíduo específico ou a uma classe; e as expressões indefinidas que, por sua vez, não se referem a indivíduos ou classes de indivíduos.

Analisando por uma ótica gramatical, ele reconhece três tipos principais de expressões referenciais singulares definidas: (a) os sintagmas nominais definidos; (b) os nomes próprios, e (c) os pronomes pessoais.

Russel (1905) classifica os sintagmas nominais definidos como descrições definidas o que implica que podemos identificar um referente, não só nomeando-o “mas também fornecendo ao auditor ou leitor uma descrição suficientemente pormenorizada, no contexto de enunciação particular, que permita distingui-lo de todos os outros indivíduos no universo do discurso” (LYONS, 1977, p. 149). Assim, ao dizer, num contexto de enunciação dado “o homem alto ali na frente”, o sintagma pode ser visto como uma descrição definida que identifica um único referente.

Apesar dessas três expressões singulares definidas – sintagmas nominais definidos, nomes próprios e pronomes pessoais – estarem diferenciados no plano gramatical e serem formas distintas de se identificar a pessoa a que o locutor se refere num dado contexto de enunciação, há casos limítrofes. Segundo Lyons (1977), existem nomes de lugar e de família que tiveram sua origem em descrições definidas ou em títulos; e, ao mesmo tempo, certos

nomes próprios são regularmente convertidos em lexemas descritivos e usados como tal em expressões referenciais ou predicativas. Como exemplo de títulos honoríficos que vieram de descrições definidas e tornaram pronomes pessoais, o referido autor cita a palavra espanhola “Usted”.

Jespersen (1965) fala sobre essa mudança de categoria ou da transformação de uma descrição definida em nome próprio e afirma que muitos nomes próprios têm-se originado total ou parcialmente de nomes comuns especializados; apresenta o seguinte exemplo: “a estrada de Dover” cujo significado original é “a estrada que leva a Dover” não é originalmente um nome próprio; mas, com o decorrer do tempo, pode vir a ser; assim como um dos parques de Londres que é chamado por alguns por “the Green Park” e, por outros, apenas por “Green Park”, tornando-se, nessa segunda versão, em que o nome próprio não é marcado pelo artigo definido, como “Central Park”, em Nova York. O autor chega a dizer, com base em certos nomes próprios toponímicos como os já citados, que, na língua inglesa, a ausência de artigo transforma-se numa marca pela qual se pode saber que o nome próprio veio de um nome comum.

Câmara Júnior (1968), em posição contrária à de Jespersen, informa que os nomes próprios antroponímicos, de uma forma geral, tiveram sua origem a partir de substantivos comuns ou de adjetivos para atribuir a um sujeito uma determinada qualidade, como exemplo, cita o nome grego Sófocles, que é a junção do adjetivo *sophos* – sábio – com o nome comum *Kléos* – glória.

Lyons (1977) afirma que há três tipos de expressões nominais referenciais existentes em todas as línguas e ao se perguntar sobre qual delas é a mais básica ou mais essencial, afirma que:

Por vezes não sabemos o nome de uma pessoa ou lugar e, contudo, podemos fazer-lhe referência de um modo natural e satisfatório, por meio de uma descrição definida, e se a linguagem deve ser usada, como de facto acontece, para fazer referência a um número infinitamente vasto de indivíduos, deve também fornecer os meios necessários para os identificar sem ser por intermédio dos nomes próprios. Efectivamente, é mais fácil conceber uma língua sem nomes próprios do que conceber uma que opere sem recorrer à descrição definida. Mas, de qualquer modo, não há dúvida de que a combinação dos nomes próprios com a descrição torna a linguagem um sistema semiótico extremamente eficiente e flexível. (LYONS, 1977, p.149)

Continua dizendo que, já que a referência é uma noção dependente do enunciado, sempre que dizemos que uma frase é dotada de referência, estamos partindo do pressuposto de que essa mesma frase foi ou podia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado. Dessa forma, para que uma referência seja bem sucedida, é necessário que o locutor escolha uma das três expressões referenciais singulares definidas e a

empregue de acordo com as regras do sistema linguístico, tornando assim o ouvinte apto a escolher o referente entre os referentes potenciais de um determinado contexto.

Segundo ele, o uso de um nome comum precedido de artigo definido torna dispensável uma descrição suplementar, mesmo que o referente tenha sido anteriormente mencionado; pois, pelo contexto, o auditor saberá qual dos referentes está se fazendo referência. Assim, se um inglês pronunciar a expressão “a rainha” ou um americano pronunciar a expressão “o presidente”, num contexto em que ainda não se falou de nenhum deles, saberemos que se trata da rainha da Inglaterra e do presidente dos Estados Unidos; certas expressões, em um contexto apropriado, adquirem o estatuto de títulos de referência única, como a expressão “o Papa”.

A função vocativa, também conhecida como função de chamada, é aquela utilizada para atrair a atenção da pessoa que está a ser chamada ou intimada, chamar a atenção do interlocutor para a presença de alguém ou para lembrar a existência ou importância dessa pessoa.

Lyons (1977) ainda distingue o uso referencial ou vocativo dos nomes próprios e sua atribuição aos seus portadores através dos enunciados apelativos, dando para esse fenômeno o termo técnico de nominação. Existem dois tipos de nominação: a didática e a performativa.

Entende-se por nominação didática quando alguém ensina a outrem um nome particular que está associado por alguma convenção preexistente a uma pessoa ou lugar particular, quando alguém nomeia uma pessoa como “João”, entende-se que esse alguém atribui o nome “João” a essa pessoa. O autor ainda observa que “a nominação didática não apenas opera na aquisição da linguagem, como é uma função semiótica essencial na nossa utilização da linguagem”. (LYONS, 1977, p. 179). Quando nos apresentamos ou apresentamos alguém estamos realizando um ato de nominação. Ex: Apresento-te o João, Ele chama-se João Silva, Chamo-me “Zé”.

Por nominação performativa, o referido autor usa um dos exemplos utilizados por Austin (1958) para ilustrar essa noção, quando alguém diz: *Batizo este barco Queen Elizabeth*, não se está descrevendo a cerimônia, mas realizando-a efetivamente. É interessante observar que esse tipo de nominação pode assumir várias formas e não incluir apenas a atribuição de nomes pessoais no batismo ou em outras cerimônias formais, mas também em atos semióticos de definição de termos; com a atribuição de alcunhas na escola, diminutivos na família, nomes afetivos entre namorados *etc.*

4.1.3 A função semântica dos nomes próprios

Searle (1981) afirma que, à primeira vista, nada parece mais fácil de ser compreendido do que o nome próprio; mas, na realidade, as coisas não são tão simples assim. Um dos maiores questionamentos a respeito dos nomes próprios diz respeito à sua função semântica. No século XIX, J. Stuart Mill dá aos nomes próprios uma relação meramente distintiva e não significativa; dessa forma, os nomes próprios servem apenas para identificar pessoas ou objetos. Para Mill (1964), os nomes próprios

não são conotativos: designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam nem implicam atributo como pertencente a estes indivíduos (...), sempre que os nomes dados a objetos comunicam qualquer informação, isto é, sempre que têm um significado, esse significado não reside no que designam, mas no que conotam. Os únicos nomes de objetos que nada conotam são os nomes próprios; e estes não têm, estritamente falando, nenhuma significação. (MILL, 1964, p. 153 *apud* DICK, 1990, p. 181)

Os nomes próprios são vistos por Mill como “rótulos” ou marcas de identificação individual. O argumento utilizado pelo autor para provar sua afirmação é que enquanto “uma descrição definida se refere a um objecto, unicamente pelo facto de descrever alguns *aspectos* desse objecto, um nome próprio não *descreve* o objecto” (SEARLE, 1981, p.215). Para se fazer uma descrição definida a respeito de um objeto, torna-se necessário conhecer esse objeto, saber o seu nome não implica que se conheça algum fato relacionado a ele; afirma ainda que estamos sempre aptos a transformar uma descrição definida (expressão referencial) em uma expressão predicativa comum e isso não acontece com o nome próprio.

Searle (1981, p. 216) coloca que temos tendência de dizer que “o nome próprio não se liga a um outro dos *aspectos* do objecto, como o fazem as descrições, mas que ele se liga ao próprio objecto”. Assim, as descrições representam aspectos ou propriedades de um objeto, enquanto que os nomes próprios representam o objeto real. Isso nos leva à noção de substância e faz-nos acreditar que existe uma distinção metafísica fundamental entre objetos e propriedades ou aspectos dos objectos, derivando tudo isso da suposta diferença entre nomes próprios e descrições definidas. Para Searle (1981, p.127), essa tese acima citada leva-nos à replica: “os objectos não passam de colecções de propriedades”. O autor afirma que ambas não possuem sentido, uma vez que não existe lógica em acreditar que “um objecto seja constituído pela combinação de seu ‘ser’, sem propriedades, e suas propriedades; não tem sentido, da mesma forma, supor que um objecto é uma reunião ou coleção de propriedades”.

O referido autor ainda faz três objeções com relação à tese de que os nomes próprios não têm um sentido.

- 1) os nomes próprios são usados em proposições existenciais. Uma afirmação não se refere a um objeto para estabelecer que ele existe, mas para exprimir um conceito e afirmar que há uma instância em que ele é verdadeiro para um objeto. Dessa forma, se ele ocorre nesse contexto existencial, é porque ele tem um conteúdo conceptual ou descritivo.
- 2) as frases que contêm nomes próprios podem ser utilizadas para afirmar a identidade; transmitindo informação não só linguística, mas também fatural. Assim, os nomes próprios devem ter um conteúdo descritivo, um sentido.
- 3) o princípio de identificação exige que o enunciado do nome próprio seja uma descrição, da mesma forma que uma descrição definida faz, realizando uma referência completa.

Essas três objeções levam à conclusão: os nomes próprios são descrições definidas abreviadas. Searle (1981) afirma que essa conclusão além de errada e implausível, é incompatível com as verdades evidentes. Cita ainda que esse é um belo exemplo de problema filosófico:

Dum lado o bom senso faz-nos concluir que o nome próprio não é uma espécie de descrição, mas que é uma realidade *sui generis*, e de outro, pelo contrário, uma série de considerações teóricas levam-nos à conclusão de que o nome próprio deve ser uma descrição definida abreviada. Entretanto, também a esta tese, podemos opor argumentos sólidos. (SEARLE, 1981, p.219)

Afirma que qualquer um que utilize um nome próprio deve estar preparado para substituir uma descrição identificadora do objeto referido por um nome próprio. É exatamente isso que leva Frege a dizer que o nome próprio tem um sentido, sendo esse sentido constituído pela descrição identificadora.

Jespersen (1965) discorda dessa posição e afirma que os nomes próprios possuem significação. Critica Mill por colocar muita ênfase no que pode ser chamado de valor de dicionário, desconsiderando a situação contextual em que ele foi produzido. Para Jespersen, um nome próprio, ao ser usado, faz o ouvinte pensar em todo um conjunto de qualidades distintas, conotando o maior número de atributos. Assim, na primeira vez que alguém ouve ou lê o nome de uma pessoa, esse nome próprio não traz nenhuma informação ao ouvinte/leitor; mas, à medida que se ouve ou se vê o nome, ele passa, aos poucos, a ter um significado, pois as informações a respeito dessa pessoa vão aumentando.

Lyons (1977) relata ser essa uma das questões mais debatidas hoje e afirma que a perspectiva filosófica mais aceita hoje em dia é a de que os nomes próprios podem ter referência, mas não têm sentido, e não podem ser usados predicativamente enquanto nomes próprios. É essa a perspectiva adotada pelo autor para quem, salvo algumas exceções, a distinção entre nomes próprios e comuns na fala dos adultos, é tranquila. Admite, porém que

em qualquer cultura ou sociedade, “os nomes podem adquirir associações mais ou menos definidas, de tal modo que um nome acaba por simbolizar a eloquência ou a beleza arquitectónica”. (LYONS, 1977, p.180). Para exemplificar essa afirmação, declara que os nomes próprios podem, com o tempo, tornarem-se comuns e cita a palavra italiana “cicerone” que deriva do nome próprio “Cícero” e que, atualmente, significa “guia de museu” em línguas como o francês, o inglês, o português, entre outras.

Mas, alerta que isso não faz com que os nomes próprios tenham sentido. Para Lyons (1977), a afirmação de Jespersen a respeito dos nomes próprios na qual diz que os nomes próprios “conotam o maior número de atributos”, tira proveito de um equívoco entre o sentido corrente e o sentido filosófico da palavra “conotação”; Jespersen, ao usar o sentido não-filosófico do termo, acredita que os nomes próprios tenham conotações ou associações muito específicas. Lyons afirma que as conotações que diversas pessoas associam a um nome são diferentes para cada indivíduo e que essas conotações só podem ser constantes caso se trate de um lugar ou pessoa histórica, política ou culturalmente proeminente – *Cícero, Atenas, Judas, Napoleão, Shakeaspeare, Meca, Camões etc.* –, e as associações sejam feitas por membros de uma comunidade linguística que partilhe da mesma cultura.

Estas descrições de identificação, ou uma das suas disjunções, fornecerão aos nomes o que Searle (1958, 1969, p. 162 seg.) chama um suporte descritivo, de tal modo que os nomes próprios em questão (embora não tenham sentido) estão ‘logicamente ligados às características dos objetos a que se referem’. O suporte descritivo de um nome próprio pode servir de base à utilização predicativa do nome em frases como ‘Ele não é nenhum Cícero’ (em que ‘Cícero’ simboliza eloquência). (...) Há vários problemas ligados à formalização desta noção de suporte descritivo dos nomes. Em particular, não é evidente o que é que deve contar como as características essenciais do indivíduo a que um nome se refere. Nem é óbvio que desta maneira todas as asserções existenciais e de identificação possam ser analisadas de forma satisfatória. Porém, há muitos exemplos de utilização dos nomes próprios nessas asserções em que uma análise em termos do seu suporte descritivo parece ser apropriada. (LYONS, 1977, p. 181)

Lyons (1977) não invalida, porém, o princípio dos nomes próprios não terem sentido, pois a nomação performativa – formal ou informal – pode ser determinada por algumas condições culturalmente prescritas de conveniência semântica. Existem convenções a respeito de nomes como *João* que são geralmente empregues a pessoas do sexo masculino, da mesma forma que *Maria* seria empregue para pessoas do sexo feminino. Porém, nada impede que em alguma cultura o emprego seja diferente do usual, até porque há nomes que são atribuídos a crianças de ambos os sexos.

Para Dubois *et alii* (1998), o nome próprio é uma subcategoria de nomes formada de termos que, semanticamente, referem-se a um objeto extralinguístico, específico e único, destacado pela denominação dos objetos da mesma espécie. Desse modo, para esses autores,

um nome próprio não possui outra significação que não seja a do nome dele próprio, uma vez que não é possível reconhecer as propriedades do indivíduo que o classifiquem como membro da classe.

Guimarães (2002), por sua vez, diz que o funcionamento referencial dos nomes é produzido pelo processo enunciativo que se dá como procedimento de identificação social. Alerta também para o fato das pessoas confundirem e tomarem como sinônimos as seguintes palavras: nomeação, designação e referência. Para ele, nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome.”; a designação “é o que se poderia chamar de significação de um nome. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística simbólica remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.”; a referência é “a particularização de algo na e pela enunciação”. (GUIMARÃES, 2002, p. 9-10)

Para ele, dar um nome próprio é falar segundo a deontologia do espaço enunciativo de uma língua.

A capacidade referencial não é assim o fundamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Quando um nome próprio funciona ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui um passado. (GUIMARÃES, 2002, p.42)

Mari (2003) afirma que enquanto um nome comum tem função descritiva, o nome próprio tem função designativa, ou seja, o seu papel é nomear objetos. Desse modo, “o nome próprio é índice em virtude da sua natureza designativa; o nome comum fixa condições de pertinência para uma classe em virtude de propriedades descritivas”. (MARI, 2003, p.15).

Foucault (2002) apresenta o conceito de nome próprio e a função singular que ele desempenha no interior da linguagem; assim tem-se “dois eixos ortogonais: um que vai do indivíduo singular ao geral; outro que vai da substância à qualidade. No seu cruzamento reside o nome comum; numa extremidade, o nome próprio; na outra, o adjetivo”. (FOUCAULT, 2002, p. 137). Fala ainda da necessidade de se distinguir os nomes próprios dos nomes comuns, pois essa distinção permite eliminar a confusão de idéias e facilitar a relação de sentido e representação entre as palavras e as coisas.

A palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito. Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma: “Se tivéssemos por substantivos somente

nomes próprios, seria preciso multiplicá-los ao infinito. Essas palavras, cuja multidão sobrecarregaria a memória, não poriam ordem alguma nos objetos de nossos conhecimentos, nem, por conseguinte, em nossas idéias, e todos os nossos discursos estariam na maior confusão”. Os nomes podem funcionar na frase e permitir a atribuição somente se um dos dois (o atributo ao menos) designar algum elemento comum a várias representações. A generalidade do nome é tão necessária às partes do discurso quanto à designação do ser; à forma da proposição. (FOUCAULT, 2002, p. 136).

Para Dauzat (1943), “os nomes próprios são os mais individuais, os mais significativos de todos; são os substantivos por excelência”¹⁵ (DAUZAT, 1934, p.3 *apud* DICK, 1990, p. 181). Porém, os nomes foram, aos poucos, afastando-se cada vez mais dos focos primitivos de irradiação, deixando de exercer os predicados semânticos iniciais, ou seja, os significados foram se perdendo com o tempo.

A moderna teoria da língua vê, atualmente no designativo individual, uma classe meramente identificadora de indivíduos, sem o aparato circunstancial que se lhe outorgava antes. Se os nomes não mais significam como antigamente, não se quer com isso dizer que a teoria antroponímica deve deixar de lado o seu estudo, porque o seu objeto está “fossilizado”, como diz Dauzat, ou como dizemos nós, cristalizado em formas vazias. Estas, porém podem e devem ser cuidadosamente interpretadas para que se entenda esse complexo mecanismo que envolveu o nome pessoal, em suas origens. Não acreditamos, entretanto, que a concepção mágica do nome esteja completamente extinta pelo predomínio de uma mentalidade moderna, mais racional e lógica. Ainda há vestígios dela, remanescentes seus que persistem na preferência maior ou menor que se confere a diversos vocábulos antroponimizados. (DICK, 1990, p. 201)

O sentido originário dos nomes próprios perdeu-se, só podendo ser revelado por inteiro através “da recomposição de formas de linguagem procedentes, oculta-se, sem sombra de dúvidas, na opacidade dos registros contemporâneos” (DICK, 1990, p. 181). Atualmente, o que se percebe é que, ao nomear, as pessoas preocupam-se apenas com modismos e esquecem-se do seu significado; assim, se os nomes próprios possuíam significado, hoje eles estão vazios de seu sentido etimológico.

Como se percebe, os autores dividem-se quanto à questão de os nomes próprios terem ou não terem sentido. Neste trabalho, adotaremos a posição de Lyons (1997), já citada, de que os nomes próprios têm referência, mas não têm sentido. E, se eles realmente um dia tiveram sentido, eles esvaziaram-se desse suposto sentido (DICK, 1990, p.201), tornando-se opacos e passando a ter apenas referência, como afirma Lyons (1977), não possuindo outra significação que não seja a dele próprio, conforme Dubois *et alii* (1998).

¹⁵ “les noms propres sont les plus individuelles, le plus significatifs de tous; ce son les substantives par excellence” (DAUZAT, 1934:3 *apud* DICK, 1990, p. 181) tradução nossa

4.2 Os antropônimos e os topônimos

Nesta seção, os nomes próprios serão vistos pela perspectiva da Onomástica, tratando especificamente os nomes próprios de pessoa – antropônimos – e os nomes próprios de lugar – topônimos. Assim, a subseção 4.2.1 retrata a Onomástica e sua relação com a Lexicologia e o *onoma* grego; a subseção 4.2.2 refere-se aos antropônimos e suas subdivisões; na última seção, o conceito de topônimo será detalhado.

4.2.1 Onomástica

A Lexicologia é o estudo científico do léxico, o estudo de todas as palavras de uma língua, levando-se em consideração sua estruturação, funcionamento e mudança. Integrada à Lexicologia temos a Onomástica, que estuda os nomes próprios e possui duas sub-áreas: a Antroponímia e a Toponímia, conservando, as duas, antigos estágios denominativos.

Pode-se dizer que a lexicologia é o estudo científico do léxico, isto é, propõe-se a estudar o universo de todas as palavras de uma língua, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança, cabendo-lhe, entre outras tarefas: definir conjuntos e subconjuntos lexicais; examinar as relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural; conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a *lexia* –, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma “visão de mundo”, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais; analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí decorrentes. (OLIVEIRA e ISQUERDO, 1998, p. 07 *apud* SEABRA, 2004, p.36).

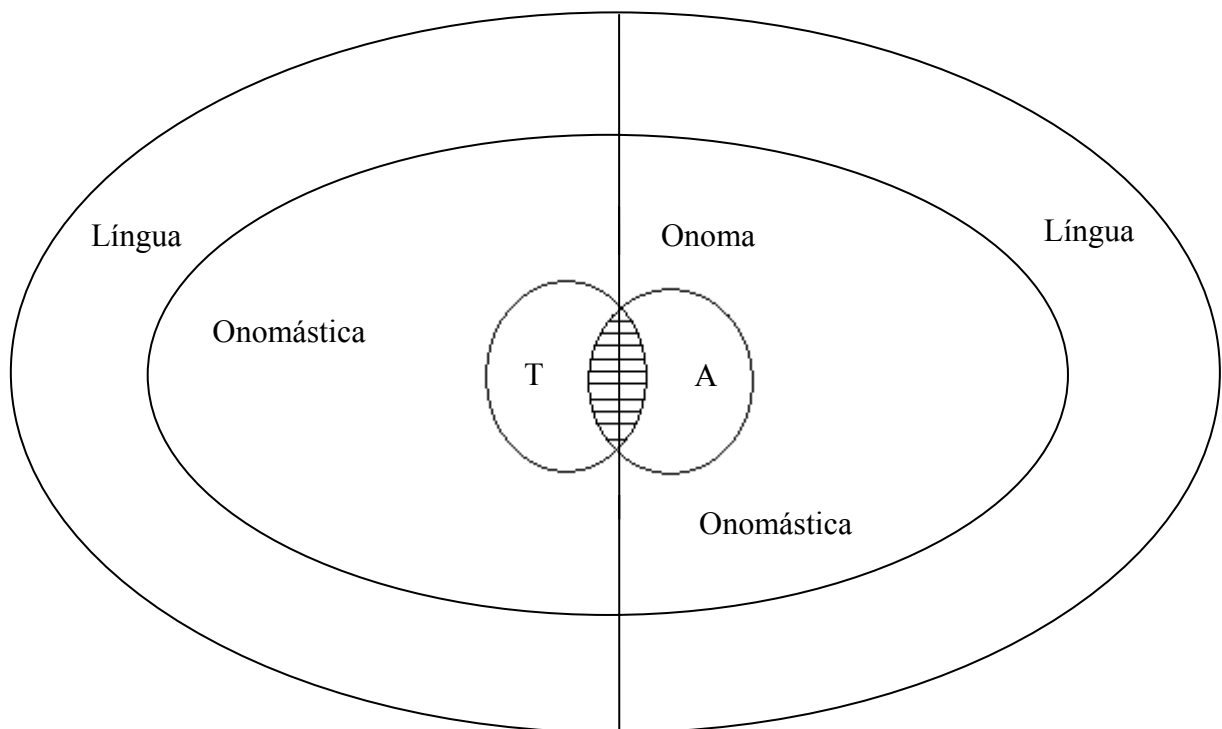
Gramáticos antigos como Dionísio da Trácia, já no século II a.C., consideram o *onoma* grego a parte declinável da oração, usado tanto comumente como individualmente; os filósofos da língua interrogavam-se a respeito da forma como os nomes se ligavam aos objetos por ele mencionados. “Da idéia de uma ‘conexão natural’ entre o nome e o objeto por ele simbolizado (Platão), passou-se à ‘postura convencionalista’ (Aristóteles): o *onoma* é a união do som e de um significado, estabelecida através de uma convenção, ‘uma espécie de contrato social’” (DICK, 1990, p. 190)

Vasconcellos (1928) já estabelecia conceitos e classificação acerca da ciência que estuda os nomes próprios:

Temos, como se vê, muitas espécies de *nomes próprios*. A seção da Glotologia que trata d’eles (origem, razão de emprego, forma, evolução, etc.), convieram os filólogos em a designar por *Onomatologia*, que, de acôrdo com aquelas espécies, deverá decompor-se em tres disciplinas secundarias:

- 1) Estudo de nomes locais, ou *Toponímia*, na qual se inclui igualmente o elemento líquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, como árvores, penedos, que dão frequentemente nomes a sítios (a *Toponímia* é pois Onomatologia geográfica).
- 2) Estudo dos nomes de pessoas, ou *Antroponímia*, expressão que o autor pela primeira vez propôs e empregou em 1887, na *Revista Lusitana*, I, 45.
- 3) Estudo de vários outros nomes próprios, isto é, de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios, cousas: Panteonímia (de παντός, que quer dizer “de toda espécie”, “variado”). No estudo dos nomes de seres sobrenaturais nada nos impede de chamar Teonímia (Theonymia) ao dos nomes de deuses. (VASCONCELLOS, 1928, p.02)

Por a Onomástica abarcar tanto os nomes próprios de pessoa, quanto os de lugar *etc.*, como já se viu acima, percebe-se que há uma relação de inclusão, uma vez que o *onoma* é o denominador comum, a área de inclusão; “o vocábulo, ao deixar seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas e complementares”. (SEABRA, 2004, p.37). Isso pode ser observado na figura abaixo:



$$T \cap A$$

T = Toponímia

A = Antroponímia

$T \cap A$ = Interseção

FIGURA 29: Onomástica

Fonte: DICK, 1999, p.145.

Interessa, portanto, à Onomástica o nome. Os nomes de lugar – topônimos – e os nomes de pessoa – antropônimos – são antes de qualquer coisa, nomes próprios e, assim, devem ser inicialmente considerados.

4.2.2 Antroponímia

A Antroponímia tem como objeto de estudo o antropônimo – nomes próprios individuais, nomes parentais ou sobrenomes e alcunhas ou apelidos. Essa designação foi proposta pela primeira vez por Leite de Vasconcellos, em 1887, na *Revista Lusitana*, I, 45. Para ele, de todas as classes de nomes, a que está mais próxima do homem tanto no campo moral quanto no campo social é essa, uma vez que lhe pertence intimamente. (VASCONCELLOS, 1928, p.3)

Câmara Júnior (1984) afirma que:

Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antroponímicos que formam uma locução. Aí, se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o sobrenome, que situa melhor o indivíduo em função da sua procedência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral de uma circunstância de nascimento. (CÂMARA JÚNIOR, 1968, p.53-54).

Guimarães (2002), ao falar sobre o funcionamento da designação dos nomes próprios de pessoa, relata que ao pensar a respeito deles, fica-se diante da relação nome/coisa, estando diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único; desse modo, esse nome único está relacionado com aqueles que falam – que são sujeitos no dizer. “Isto por si só resignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito” (GUIMARÃES, 2002, p. 33).

Essa relação nome único para uma pessoa única, leva-nos a pensar, segundo o autor, na unicidade do nome sendo, na verdade, uma construção em que um sobrenome determina um nome. Essa unicidade é efeito do funcionamento do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia. Conclui-se que “há uma constituição morfossintática do nome próprio de pessoa e ela se dá como relações de determinação que especificam algo como sobre o que se nomeia” (GUIMARÃES, 2002, p. 34). Desse modo, no nome próprio *João Belchior Marques Goulart*, *Marques* e *Goulart* determinam *João Belchior*, informando que esse *João Belchior* é da família *Marques Goulart*; percebe-se então que a posição de um nome ou sobrenome a outro faz com que surja uma relação de determinação interna.

Para o autor, há ainda nomes chamados por ele de terceira classe – Júnior, Filho, Neto, Sobrinho – que também possuem um valor determinativo. No nome *Joaquim Mattoso Câmara Júnior*, percebe-se que é o *Joaquim Mattoso Câmara*, que é filho de um outro *Joaquim Mattoso Câmara*.

Representado pela doação de um nome, a criança vê-se obrigada a familiarizar-se com a expressão sonora que a representa. “O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade.”(DICK, 1990, p. 18). Resta lembrar que o nome nem sempre era imposto no momento do batismo, pois, muitas vezes, o indivíduo era batizado já adulto e já possuía obviamente um nome.

Foi depois do séc. III, ou por esse tempo, que o nome começou a dar-se no batismo. Vid.: Giry, p. 358; *La Grande Encyclop.*, v, 312; e Duffaut, p.181. – Na Roma antiga era no oitavo dia, contado do do nascimento, que as crianças do sexo masculino, e no nono as do sexo feminino, recebiam o *praenomen*: este dia chamava-se *lustricus*, por causa da purificação (*lustratio*) que então se fazia das crianças, com a celebração de um sacrifício. Quinto Acévola, porém, diz que o *praenomen* nos rapazes só tinha validade pública depois da imposição da toga viril, e nas raparigas depois do casamento. Vid. Hubner, *Römische Epigraphik*, § 21. (VASCONCELLOS, 1928, p.29)

Atualmente, em nossa sociedade, o ato de dar nome a uma pessoa é obrigação dos pais. A lei estabelece que os pais devem registrar o recém-nascido através da certidão, solicitada ao cartório, que é, na verdade,

Um texto sustentado pela lei, que nomeia e inclui o nomeado no Estado, com as obrigações e direitos advindos desta inclusão. Dar nome a uma pessoa se faz, então, do lugar da paternidade (locutor-pai) que se configura como um lugar social bem caracterizado. Não é a paternidade biológica que interessa no processo, embora o direito coloque a relação biológica como elemento do lugar da paternidade. Mas os pais nomeiam como aqueles que escolhem, segundo querem, um nome. Temos, então, um enunciador-individual. A representação desse enunciador apaga a constituição do locutor pela rede jurídica que o instala como pai, no espaço enunciativo da Língua Portuguesa, com certas obrigações de dizer (dar nomes aos filhos, por exemplo). (GUIMARÃES, 2002, p. 36)

Desse modo, para o autor, ao dar o nome aos filhos, os pais tomam-lhes como sujeito; identificando um indivíduo biológico como um indivíduo para o Estado e a sociedade. Ao nomear *Antônio Cândido de Melo e Souza*, o pai está o colocando na relação social como portador desse nome, identificando-o entre os demais.

Para Leite de Vasconcellos, a palavra nome, quando aplicada a uma pessoa, tem quatro acepções: 1) o nome próprio, designação que uma pessoa recebe no batismo, no registro; 2) nome completo, conjunto formado pela designação individual propriamente dita, acompanhada de outras designações que se juntam; 3) nome, qualquer dos elementos do

nome, pois a um apelido, ou a um sobrenome, pode também, em linguagem menos precisa e usual ter essa denominação; 4) alcunha, designação acrescentada ao nome para ressaltar uma particularidade ou uma qualidade física ou moral. (VASCONCELLOS, 1928, p. 8-9)

4.2.2.1 O nome próprio de pessoa

Vasconcellos (1928) observa que os nomes próprios

nascerem, em regra, de expressões da língua comum, isto é, ou de palavra simples, de derivados e de compostos, ou de frases ; e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, a cousas e fenomenos da Natureza, ao tempo (como duração), á geografia, a qualidades físicas e morais dos individuos, a circunstancias, necessidades e occupações da vida ordinária, á religião, ou á magia, á guerra, a domínio (em todo o sentido) a estados sociais, etc. (VASCONCELLOS, 1928, p.23)

Os nomes nascem, quase sempre, de substantivos conhecidos da língua comum, de adjetivos e participios e são análogos ou iguais a outros inscritos nas catacumbas romanas, encontrados como usuais *praenomina*, *nomina*, *cognomina*.

Quer num caso, quer no outro, os fiéis da Lusitânia adaptaram-nos à manifestação de sentimentos religiosos, de fé, humildade, esperança, afecto, por exemplo: *Amanda*, *Donata*, *Felix*, *Optatus*, *Servanda*, *Simplicius*. Plausivelmente também a *Abundantis*, *Exuperius*, *Faustinus* e *Hilarinus* se ligava a ideia do contentamento que resultava de entrarem no seio da Igreja os respectivos individuos. Por outro lado a mór parte dos nomes eram-no de santos, e por consequência reputados de bom agouro, o que principalmente os devia adoptar. De *Marturius* = *Martyrius*, diz P.^o Delehay que foi mui frequente do séc. IV em diante, como testemunho de honra prestada aos mártires cristãos, considerados no conjunto: *Origenes du culte des martyres*, Bruxelas 1912, p.167. *Paulus* (= *Paullus* = *paulus* ou *paullus* “pequeno”) é sabidamente cognome latino; aqui porém teve-se de certo em mente *S. Paulo*.

Como efeito do natural esquêcimento das origens dos nomes, quando estes se transmitem de geração em geração, acontece que alguns dos mencionados, postoque applicados a Cristãos, são o mais pagãos possível: *Tiberius*, por exemplo, relaciona-se etimologicamente com *Tiber*, como deus fluvial (vid: Usener, p.357; Schulze, p. 470). Por outro lado, *Armiger* indica originariamente profissão: “o que leva armas de outrem”, “escudeiro”. *Glandarius* vem nos dicionarios apenas como adjectivo de *glans*-, *-dis*, “lande” ou “bolota”, o que é curioso notar, por ser o Alentejo, onde a inscrição apareceu, região de landes e *boletas*; mas aqui póde.

Corresponder a um substantivo originario, que exprimisse também profissão: “o que negocia nelas”, idéia paralela á que se contém nos substantivos *ficarius* (negociante de figos), *lactucarius* (negociante de alface), *vinarius* (taverneiro), *gallinarius* (o que cuida de galinhas ou as vende), *porcarius* (o que cuida de porcos). *Senatrix* ou *Senatrix*, não obstante significar “senadora” (mulher de senador), suponho que na nossa inscrição não passa do feminino do usual cognome *Senator*, que figura, por exemplo, no *Corpus*, II, 5629 (inscrição de Galiza), 1959 (inscrição de Cadiz). (VASCONCELLOS, 1928, p. 26-27)

A escolha por determinados nomes variam de acordo com a época; por volta de 1128-1185, os nomes provindos de santos vigoram; o que mostra a importância que a Igreja adquiriu como instituição nacional. Aos poucos, os notários começaram a substituir nos documentos o português ao latim, e conexasmente aparecem os nomes próprios com genuína

nitidez morfológica. Em documentos do século XV e primeiro quartel do século XVI, aparecem inúmeros nomes relacionados com os romances cavaleirescos. Inicialmente, os nomes seguiam um princípio de significação rigorosa:

quem pela primeira vez se chamou *Manarius*, é que de facto era guerreiro. Com o tempo a significação apagou-se ou perdeu-se a quaisquer pessoas, ainda áquelas ás quais a antiga significação não convinha de modo algum, ou era absolutamente desconhecida. Já no sub-parágrafo *a* vimos um fenomeno analogo, e adiante, na parte respectivas aos apelidos, tambem veremos que outros se produzem muitas vezes em português. O obscurecimento, a que me refiro, da significação dos nomes germânicos fazia que por vezes se formassem maquinalmente nomes binários cujos membros não se ligavam pelo sentido, e até se criassem nomes híbridos, isto é, latino-germanicos. A seu tempo se nos depararão exemplos. Cf. também o que se lê no *Polyptique*, p.264 sgs., e em Bähnisch, pp. 28-29. (VASCONCELLOS, 1928, p.28)

Com o tempo, à medida que os nomes foram sendo repassados de geração a geração, a sua origem foi sendo esquecida e o seu significado foi se perdendo. Para Vasconcellos (1928), várias são as razões para se escolher um nome próprio, assim temos: a razão religiosa, a devoção particular, a razão de família ou de amizade, a razão política ou, muitas vezes, os nomes proveem de arbítrio, acaso, superstição, fantasia, moda, gosto, patriotismo local *etc.*

Guimarães (2002) coloca que a “escolha” do nome não é uma escolha, pois sua “origem” não está nem no lugar social (locutor-pai) nem no lugar de dizer (enunciador individual). Na realidade, ao escolher o nome Bruno – nome predominante para os meninos cerca de quatro ou cinco anos antes do autor publicar o seu livro de acordo com uma reportagem de jornal – o locutor apresenta-se como

um enunciador-contemporâneo, que se caracteriza por enunciar tal como se “escolhe” enunciar num certo momento. Ou seja, a “escolha” do nome se dá segundo um agenciamento enunciativo específico. Este acontecimento de nomear recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época. Assim, se este enunciador apaga o lugar do pai, o significa, ao mesmo tempo, como moderno. (GUIMARÃES, 2002, p. 36-37).

No caso do nome *Bruno*, o autor diz que o pai apenas cita a enunciação de tantos outros pais e de pessoas que se dizem modernos engajados no presente. A posição do sujeito ao dar o nome de *Bruno* ao filho é a jurídico-liberal – nomeia-se por obrigação do estado –; já no caso do nome *Donizete*, tem-se duas posições: a jurídico-liberal e a de sujeito religioso. Uma nomeação pode então cruzar diferentes regiões do interdiscurso e o “agenciamento enunciativo específico é afetado pela memória do dizer, pelo interdiscurso”. (GUIMARÃES, 2002, p.37)

Antigamente, o processo de nomeação era diferente, era comum o indivíduo usar um nome avulso, ou seja, sem sobrenome ou apelido, “se não usavão muyto as alcunhas e

apelidos, que só os patronimicos servião; e ainda ás vezes se não punha mais que o nome próprio” (BRANDÃO, 1690, p.171 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p.85).

Em geral os Gregos também tinham um só nome, acompanhado do do pai em genitivo: Δημοσθένης Δημοσθένους “Demóstenes, filho de outro” (Salomon Reinach, *Épigr. Grecque*, p.508). Nas aldeias ainda hoje se encontram pessoas, sobretudo mulheres, que não têm mais que um nome, seguido ás vezes de um complemento que designa o pai ou o esposo: Maria do Bernardo (vid. infra, parte II: sobrenomes tirados de nomes de pessoas). As crianças naturalmente só têm o nome próprio. (VASCONCELLOS, 1928, p.95).

Porém, o que se vê atualmente é que o nome individual vem sempre acompanhado de um sobrenome ou de um apelido, ou até de vários. O uso de multiplicidade de nomes é visto por Vasconcellos (1928, p. 357) como próprio da dinastia de Bragança, só sendo encontrado por ele exemplos de Dona Maria I em diante; o que não significa que antes não houvesse. A rainha em questão chamava-se Maria Francisca Isabel Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana; em que “em Josefa poderemos ver alusão a seu pai D. José I, e em Joana alusão a seu avô D. João V; quanto aos outros sobrenomes, nada certo posso informar”. (VASCONCELLOS, 1928, p.357).

4.2.2.2 Sobrenome

O sobrenome é um patronímico, ou seja, um nome representado por um genitivo derivado do nome do pai, o qual, na Idade Média, indicava a filiação; nome de pessoa; expressão religiosa ou outra; que se junta imediatamente ao nome individual.

Costume muito antigo, nos povos indo-europeus, e noutros, era o de, quando numa narração se mencionava um indivíduo, ou este assinava um documento, indicar seguidamente ao nome d’ele o do pai. Circunscrevendo-nos nas inscrições lusitano-romanas, como fonte mais directa do que adiante vai expor-se, aí encontramos, por exemplo: *Camalus Born filius*), no AP, II, 130; *Avita Marci filia*), ib., XV, 322; ou sem “f”: *M. Frontonius Frontoni*, ib., XXV, 10. A idade-média continuou o mesmo costume de pospor ao nome do individuo o nome paterno em genitivo. Os documentos dão-nos muitos exemplos, do século IX em diante, como veremos; e já de séculos anteriores devia haver outros.

A filiação exprimia-se: 1) ou por um genitivo em *-i*, que era comum a outras relações, e bem assim em *-e* (e *-ae*), *-is*, *-onis* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*); 2) ou por um genitivo com sufixo proprio, isto é, em *-az*, *-oz*, *-uz*, e em *-iz* (tornando depois, *-ez*, *-es*, etc), ainda que nem todos com igual frequência. Aos nomes formados d’este modo, e agregados aos nomes de batismo, como significativos de estirpe paterna, costumam os gramaticos chamar *patronimicos*. Chamam especialmente assim aos que têm sufixos próprios (...)(VASCONCELLOS, 1928, p. 101-102).

Em meados do século XV, principia a decadência desse sistema de nomeação através do patronímico, chegando esse sistema totalmente desorganizado no séc XVI. Mas o que ocasionou a decadência e o desaparecimento do patronímico? Uma das principais causas é a

confusão que provinha de fazer de apelido um simples patronímico: Afonso Fernandez. Quantos Afonsos não havia cujos pais se chamassem Fernando? Como distinguir tantas pessoas umas das outras? Esta confusão existiu sempre, porém com o tempo aumentou. Seria importante verificar em que região ou localidade a confusão era maior, e onde pois começou a decadência do sistema. Naturalmente começou em Lisboa, como povoação cosmopolítica, tanto mais que do séc. XIV em diante é a Extremadura a província onde a população parece ter crescido mais: Gama Barros, *Hist. da admin.*, II, 152. Em 1490 inculca-se acréscimo considerável no número dos habitantes de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes: Gama Barros, *ib.*, II, 298. A confusão a que acima se fez referencia obrigava á adunção de alcunhas ou apelidos geograficos, os quais como já em parte temos visto, iam substituindo e suplantando os patronimicos. (VASCONCELLOS, 1928, p. 117-118).

O referido autor ainda coloca que a esse fator, deve-se somar o fato de, no século XV, Portugal começar a se relacionar com a África e outros países; esse contato com forasteiros fez com que surgissem novos apelidos, contribuindo também para modificar o sistema antigo de denominação, fazendo com que, com o tempo, as pessoas deixassem o antigo sistema de nomeação e substituíssem-no por outro. Cabe lembrar que o patronímico não deixou de existir, continuou existindo, mas degenerado, perdendo o seu primitivo papel.

Ana Maria Alves (1983), em seu livro *Onomástica de Lisboa Quinhentista. Subsídios para um estudo de mentalidades na 2ª metade do século XVI*, coloca também como motivo a alta concentração de certos nomes, tais como: *António, João, Pedro, Francisco, Manuel, Domingos*; aliado à extrema monotonia dos nomes de família. Segundo ela, isso produziu o que se poderia chamar de ‘um empastelamento’ da individuação e uma necessidade absoluta de recorrência a outros dados para uma identificação completa do indivíduo. (ALVES, 1983, p.130-131 *apud* DICK, 1990, p.184)

Muitas vezes, utilizava-se também o sobrenome igual ao nome próprio de pessoas ou sobrenomes propriamente ditos, isto é, não declinados. “As vezes, em lugar de patronimico, ou de genitivo, junta-se ao nome de um individuo um nome simples, que, quando não vem acompanhado de *cognomentum*, ou expressões sinônimas (...), parece ser designativo do pai”. (VASCONCELLOS, 1928, p. 128).

Desse modo, por mais que o patronímico perdesse seu papel primitivo, deixou um vestígio ideológico: o nome dos pais passou a ocupar o lugar ocupado por eles, como se fosse um sobrenome.

Quando um pai tem varios filhos, póde dar-se o caso de cada um d’eles, e não só um, receber como sobrenome o nome d’aquêle. Sei de um indivíduo, chamado *Salvador de tal*, com quatro filhas, que se chamam respectivamente: *Branca Salvador, Beatriz Salvador, Isabel Salvador, Conceição (sem Maria) Salvador*; de outro chamado *Adriano Machado*, com três filhos, cada um dos quais se chama respectivamente: *José Adriano Machado, Aníbal Adriano Machado, Alfredo Adriano Machado*; de outro, chamado *João Alves de Carvalho*, com dois filhos e uma filha, que se chamam respectivamente: *Simão João Alves de Carvalho, Manuel João de Carvalho, Benta João Alves de Carvalho*. Isto mais confirma a idéia acima exposta de que o sobrenome moderno representa historica ou instintivamente o

patronímico medieval, que pela natureza das coisas era também comum a irmãos. (VASCONCELLOS, 1928, p. 131-132).

Começaram também a surgir sobrenomes perifrásticos, relacionados com a família de quem os usa; era comum nas aldeias indicar uma pessoa por uma perífrase em que, a modo de sobrenome, entra no nome de alguém de família, principalmente se essa pessoa for importante. Assim, tem-se: “(...) a *Maria do Bernardo*, isto é, filha do *Bernardo de tal*; o *José da Maria José* (filho da *Maria José*), o *João da Inês* (filho de *Inês de tal*); a *Maria da Rosa do Joaquim da Luísa* (filha de uma *Rosa*, que é mulher de um *Joaquim*, filho de uma *Luísa*)” (...) (VASCONCELLOS, 1928, p. 135).

O uso de mais de um sobrenome, ou seja, um sobrenome composto só começou a ser usado como moda depois do século XVI. A respeito disso, tem-se um trecho da *Carta de Guia dos Casados*, de D. Francisco Manuel de Mello, do século XVII em que cita:

Quando, Senhor N., Deos der filhas a V. m., não lhes consinta mais que hum só nome liso, aquelle que lhe ditar a devação, ou obrigação. Tenho por grande leviandade esta ladainha de nomes (dissera melhor: carta de nomes) que hoje se usa, pondo em camouço huns sobre os outros, deixando os de mais barafunda para o cabo. Derão as mulheres nesta nova casta de damaria: e acontece que a que nasceo, e se criou mera Domingas ou Francisca, lança sobre si meia dúzia de Jacintas, Leocadas, Michaelas, Hippolytas, e outros nomes exdruulos, só porque virão chamarem-se assi, pouco mais ou menos, as suas vizinhas. Acho graça nesta historia. Fora a bautizar em hum lugar desta minha vizinhança a filha de um escudeiro; e porque ouvio que a outra de hum titulo tinha sua mãe mandado pôr na pia três nomes: como a elle lhe custava barata grandeza, ficou hum furo mais á vaidade, e mandou bautizar a menina com quatro nomes. Ouvio-os todos o Cura, e disse aos padrinhos: - Senhores, escolhão hum só nome, que sou fraco de memória, ou juro a tal, que lhe bautize sem nome, ou lha mande para casa como veio, até que lá se resolvão no que melhor lhes parecer. (MELLO, 1916, p. 129-130 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 146).

4.2.2.3 Apelido

O apelido é uma designação de família transmitida de geração a geração. Vasconcellos (1928, p.12) relata que a diferença fundamental entre um apelido e um sobrenome é que este é individual, ou apenas comum a vários irmãos e, as vezes, transmissível a filhos; já aquele, é genealógico, sendo comum na essência de toda a família. Cabe lembrar que, inicialmente, os apelidos pertenciam quase que só a nobres e não a plebeus.

O referido autor classifica os apelidos da seguinte forma:

- a) apelidos precedentes de patronímicos e iguais a eles: após a degeneração ocorrida no fim do século XV e início do século XVI, os patronímicos passaram a funcionar como meros apelidos, passando a serem usados por qualquer pessoa.

- b) apelidos procedentes de nomes próprios de pessoas e iguais a eles: juntava-se a um nome próprio um sobrenome formado por outro nome próprio – José Antônio – com o tempo, pode se esquecer o motivo de junção e o sobrenome ser deslocado para o meio ou para o fim do nome, passando a funcionar como apelido.
- c) apelidos procedentes da religião: muitas vezes, resultam de deslocamento de sobrenomes – José Marques do *Carmo*, filho de Joaquim do *Carmo*; outras vezes, nasceram de circunstâncias nem sempre redutíveis a classes: Ruy Vaasques *Coreesma* ou Padre João Adelino Monteiro *Vácondeus*.
- d) apelidos de origem geográfica e étnica: os apelidos geográficos são formados dando um nome próprio ou comum de lugar, de sítio, de região *etc.* a uma pessoa (ex: *Bragança* e *Souza*, apelidos recebidos por indivíduos provenientes desses locais); já os étnicos, juntam-se a um adjetivo (ex: *Pereirão*, o sufixo *-ão* tanto pode ser étnico como familiar). O autor ainda coloca que quando o apelido geográfico é dado com aspecto de alcunha, houve uma elipse mental ou teórica: O Mirandela, como se se quisesse dizer: o de Mirandela; figurando assim uma antonomásia.
- e) apelidos procedentes de alcunhas e iguais a elas: inicialmente, torna-se necessário definir o termo alcunha:

Alcunha, do arabe al-cunia (“sobrenome”, e “renome de linhagem”), é hoje uma designação acrescentada ao nome normal do indivíduo (2ª acepção) por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral digna de nota, ordinariamente jocosa ou insultuosa, mas também séria (...) (VASCONCELLOS, 1928, p. 9)

As alcunhas podem se juntar logo ao nome, sobrenome, apelido ou serem introduzidas por intermédio de uma palavra simples (substantivo, participio), ou de uma oração. Vasconcellos (1928) cita ser comum entre o povo, no trato familiar uma alcunha ao invés de um apelido. Dispõe também uma relação de tipos de alcunhas que deram origem a apelidos:

- α – Alcunhas alusivas ao homem (considerado em geral), e bem assim a parentesco, mês e condição de nascimento, idade, fases da vida e estado.
- β – Alcunhas alusivas a estados sociais, cargos, ofícios mecanicos, outras profissões, e navegação.
- γ – Alcunhas alusivas a qualidades físicas e morais, expressas directa ou indirectamente.
- δ – Alcunhas que significam habitos.
- ϵ – Alcunhas que significam vestuario e ideias conexas.
- ζ – Alcunhas relacionadas com ideias magicas e religiosas.
- η – Alcunhas varias.
- θ – Alcunhas expressas por frases.
- ι – Alcunhas geograficas. (VASCONCELLOS, 1928, p. 178)

As alcunhas pessoais, assim como os apelidos, eram transmitidas de pais a filhos ou parentes desde a Idade Média; quando isso acontecia, perdiam, ao serem transmitidas ao herdeiro, a significação chistosa, rude ou outra de quando foi imposta; a partir daí, tornaram-se apelidos. Assim, a cada acepção pejorativa ou benévola, pode nascer uma alcunha e dessa um apelido.

A principal razão para a adoção de um apelido é familiar. Antigamente, o mais comum era um indivíduo continuar usando o apelido do pai, mas poderia também usar o da mãe ou de ambos. Naquela época, também já poderia a criança adotar apelidos dos avós maternos ou outros parentes, bem como as mulheres passarem a usar apelidos dos maridos. Um indivíduo podia também tomar um apelido de um padrinho ou de um protetor ou até da própria esposa como era e é o caso da Suíça. (VASCONCELLOS, 1928, p. 326)

Actualmente há muita liberdade na escolha do apelido: cada pessoa toma, por assim dizer, o apelido que lhe parece, de que gosta, ou lhe convem. Não era assim outr'ora. Numa *ordenação*, de D. Manuel, de 31 de março de 1520 (liv. II das Ordenações, tit. 37, § 13), diz o Rei: "... ninhūma pessoa, de qualquer condiçam que seja, d'aqui em diante nom tome apelido de fidalguo de solar conhecido, que tenha terras em jurisdiçam em nossos reynos, nom lhe pertencendo, nem vindo da dita linhagem; e os que ao presente se chamam de semelhantes apelidos, os nom trespassem a seus filhos, nem descendentes, nem os ditos descendentes se possam chamar, nem nomear pelos ditos apelidos, posto que seus pays se chamassem, se na verdade lhes nom pertencia, nem vinham da dita linhagem; e quem o contraíro fezer perderá a fazenda, metade pera quem o acusar, e a outra metade pera os cativos, e mais perderá todo privilegio, que por sua linhagem e pessoa tever, e ficará plebeu, como emcima dito he". – Os Cristãos-Novos estavam isentos do que aqui se estabelece (...). (VASCONCELLOS, 1928, p. 327)

Como se percebe, à medida que o patronímico ia perdendo o uso, os apelidos – reforçados pelas alcunhas e apelidos geográficos – foram tomando força e passaram a ser cada vez mais empregados.

Muitas vezes só pelo apelido se distinguíam as classes. Em regra as pessoas das classes populares usavam um unico apelido, nascido repetidamente de patronímico ou alcunha. As pessoas das classes altas usavam com frequencia mais de um, isto é, um patronímico seguido de um ou mais apelidos geográficos, ou usavam sòmente apelidos d'esta ultima espécie; quando usavam um único apelido, este distinguia-se não raro pela sua quantidade, ou por vir acompanhado de um "de" locativo, ou de um titulo. Sem embargo, não estavam de todo excluidas alcunhas dignificadas. As mulheres nobres usavam com frequencia também um só apelido ou um só nome, mas nos dois casos precedido de "Dona": cf. o que neste particular diz o D.^{or} João de Barros, *Geographia* (escrita em 1548), ed. Da Biblioteca do porto, p.102. (VASCONCELLOS, 1928, p. 328-329).

Com a decadência da nobreza e o surgimento dos ideais de igualdade e liberdade proclamados no século XVIII, houve o nivelamento das classes e da utilização dos apelidos. A nobreza entrou em decadência e os apelidos multiplicaram-se. Não havia ordem rigorosa na junção dos apelidos, existindo hoje apelidos iguais a nomes próprios de pessoas, não se

estranhando que indivíduos tenham hoje um nome composto apenas de nomes próprios. Ex: Custódio José Duarte, Caetano Frederico Gaspar.

Cabe lembrar que os apelidos provenientes de patronímicos, de nomes próprios de pessoas, da religião, não indicam necessariamente parentesco, o que não significa que também não existisse. Os apelidos se formam de circunstâncias que nada têm de especial. “Basta que um individuo se chamasse ou chame *Rodrigo*, ou *Álvaro* para que o filho recebesse o sobrenome de *Rodriguez* ou *Alvarez*.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 334)

4.2.2.4 O nome completo

A partir de tudo que foi visto, percebe-se que um nome poderia ter vários outros nomes. Como exemplo disso temos: “Quinto Fabio Maximo Ovícula. O primeiro podemos hoje chamar nome próprio, o segundo sobrenome de família, o terceiro apelido, e o quarto também alcunha” (VASCONCELLOS, 1928, p.13). Em lugar de alcunha, um nome completo pode receber no final um epíteto (cognome, designativo de idade, como no exemplo abaixo que data do século XIII-XIV):

Martim	Affonso	de Merloo,	o Velho
(nome)	(sobrenome)	(apelido)	(epíteto)

e *Dom Affonso* por sobrenome *Moço*, onde *Velho* e *Moço* correspondem provavelmente a *Sênior* e *Júnior*, que hoje se usam alatinadamente para distinguir dois membros da família, de diversa idade, sobretudo pais e filho, quando têm o mesmo nome (*nome inteiro*). Cf., na linguagem popular do Alentejo: o *velho* Saial, a *velha* Antonia, com o epíteto preposto (*Rev. Lusit.*, IV, 49). Na Povia de Varzim distinguem-se dois nomes iguais pela adjunção da palavra *Novo* (vid. *Portugalia*, II, 525). Do séc. XV menciona G. Frutuoso, *Saudades da terra*, IV, I, 38, Gonçalo Vaz, o *Grande*, por oposição a Gonçalo Vaz, o *Moço*. (VASCONCELLOS, 1928, p.17).

4.2.2.5 Nome vocatório

Segundo Vasconcellos (1928), entende-se por nome vocatório aquele pelo qual se costuma chamar ou designar uma pessoa. Pode ser utilizado o nome individual, o nome próprio e o sobrenome, o nome próprio somado ao apelido, apenas o apelido, tanto falando em terceira pessoa quanto em segunda pessoa (vocativo).

Guimarães (2002) cita que ao lado da nomeação dada pelos pais, existe outra que é dada a partir da enunciação dos pais, ou seja, o nome que é dado pelo pai é alterado no processo de vida social. Cita como exemplos o fato de *Antônio Cândido de Melo e Souza* ter sido registrado assim e tornar-se *Antônio Cândido* através de um trabalho enunciativo sobre essa enunciação inicial; e também, o fato de *Maximino de Araújo Maciel* tornar-se *Maximino Maciel*. Percebe-se que o nome inicialmente dado pelo pai é renomeado. “Este jogo de enunciar a partir de outras enunciações refaz a atemporalidade do primeiro acontecimento, exatamente por tomá-lo diretamente como o rememorado que o presente do segundo acontecimento modifica”. (GUIMARÃES, 2002, p. 38)

Há duas direções diferentes operando então: a da “individualização” e a da relação de família. Alguém de nome *João Rodrigues* pode vir a ser chamado de *João* ou de *Rodrigues*; ocorre, portanto, uma desmontagem da determinação do sobrenome sobre o nome.

Esta diferença está, para mim, ligada à diferença entre nome e sobrenome na Língua Portuguesa. No espaço de enunciação do português no Brasil há uma distribuição da língua tal que renomear pelo *nome* inclui no lugar de renomeação o próprio renomeado. É como um *nós*, do qual o renomeado faz parte. Por outro lado, renomear pelo sobrenome é falar do lugar de um acordo genérico no qual se diluem o lugar que diz e a pessoa renomeada. (GUIMARÃES, 2002, p. 38)

Somado ao nome, também pode vir um prenome honorífico, isto é, um título honorífico; segundo Vasconcellos (1928), esse elemento, pode se incorporar ao nome no princípio ou imediatamente antes do nome próprio, como exemplo, temos: *Dona Maria I*, *Dom Afonso Henriques*, *Monsenhor Ferreira*, *Padre Adriano etc.*; o autor cita que, apesar de raro, um título pode vir antes de outro: *Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas* (Bispo de Beja e Arcebispo de Évora)

Percebe-se então que a enunciação não é unívoca, pois uma pessoa não tem durante sua vida social um único nome, podendo ter até vários nomes vocatórios. Percebe-se então que apesar do nome próprio funcionar como único, ele não é, uma vez que há lugares enunciativos diferentes que levam a diversas nomeações.

4.2.2.6 Nomes Hipocorísticos

Segundo Vasconcellos (1928), a palavra hipocorístico foi usada pela primeira vez por Adolfo Coelho, em 1881. O uso de nomes hipocorísticos é muito usado na linguagem infantil e na das pessoas que lidam com criança por representar insuficiência de pronúncia pela criança ou afeto. Ex: Quim, Lulu. “A nossa língua abunda de hipocorísticos. Há-os de duas

espécies: hipocorísticos correspondentes a um só nome, ou nome simples (...); e correspondentes a dois, isto é, a um nome duplo (ou a simples nome e sobrenome) (...)” (VASCONCELLOS, 1928, p.454).

Um hipocorístico também pode servir pela necessidade de se resumir uma palavra, por brevidade de expressão ou por outros motivos. Sua origem geralmente resulta da ação das mães, babás e de atos instintivos das próprias crianças.

Os hipocorísticos têm emprego fundamentalmente infantil. Quando continuam pela vida fôra, isso nasce de hábitos familiares, adquiridos desde o berço. Portanto é nos primeiros tempos da existência que os hipocorísticos nascem. Apenas o infante começa a balbuciar, a mãe ou ama vai-o habituando a pronunciar palavras, e de par o nome d’ele, e os dos irmãos ou de membros da família. (VASCONCELLOS, 1928, p.499)

O autor ainda cita Jespersen, na sua obra *Die Sprache*, que distingue duas classes de encurtamento de palavras: os encurtamentos devido a crianças que, por não se lembrarem de uma palavra toda, conversam apenas a parte final, como um eco que ouviram e o encurtamento devido a adultos, que conhecem perfeitamente, na íntegra a palavra que mutilam e a reduzem as sílabas iniciais ou finais. (JESPERSEN, 1926, p. 87-88 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p.503). Relata ainda que essa idéia enunciada por Jespersen não está em contradição ao que ele coloca, pois, segundo ele, o impulso para a formação de hipocorísticos infantis parte da criança, mas depois são os adultos que imitam esse mesmo sistema.

4.2.3 Toponímia

A Toponímia tem por objeto de estudo os nomes próprios de lugar. Configura-se como o estudo dos nomes, no espaço, no tempo, e também como um signo linguístico que revela a cultura e os costumes de um grupo social. O topônimo surge da necessidade de se indicar algo; diferente dos nomes comuns, que tem a função de significar algo; assim, ao se “batizar” uma localidade, o que era arbitrário linguisticamente, transforma-se, no ato do batismo, em um termo essencialmente motivado.

Salazar-Quijada (1985) define a Toponímia como “aquele ramo da Onomástica que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, sócio-

econômicos e antroponômicos, que permitiriam e permitem que um nome de lugar se origine e subsista”¹⁶ (SALAZAR-QUIJADA,1985, p. 18).

Dick (1990), por sua vez, define-a como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. O mecanismo de nomeação é causado por um vínculo estreito entre o objeto denominado e o seu denominador. Essa motivação tanto pode ocorrer por causas claras como subjetivas; por isso, o que inicialmente é transparente, pode, com o tempo, perder a sua relação com a etimologia primitiva. Isso ocorre, como já foi dito, pois, no primeiro momento da nomeação é o homem quem escolhe o nome, “permitindo a averiguação de todos os impulsos que sujeitaram o ato mediador, num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos” (DICK, 1990, p.26).

Ao designar, tradicionalmente, o nome próprio de lugar, o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao acidente geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores.

Dessa simbiose, depreendem-se dois dados básicos, um, que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambos no sintagma toponímico, de forma justaposta (rio das Amazonas) ou aglutinada (*Parauna*, “rio negro”), conforme, portanto, a natureza da língua que os inscreve. (DICK, 1990, p.10)

À medida que a realidade local é retratada nas denominações dos acidentes humanos e físicos, torna-se possível, por meio do estudo toponímico, resgatar aspectos da memória social de um povo, sem deixar de considerar seu contexto histórico, geográfico, social e étnico. Dessa forma, a Toponímia busca resgatar também a atitude do homem frente ao meio que o cerca, isso porque não se configura apenas como o estudo da origem e do significado dos nomes próprios de lugares, visto que a sua concepção como apenas uma lista de nomes geográficos foi há muito superada. Essa ciência leva em consideração o aspecto humano envolvido no processo da escolha ou da criação do termo usado para nomear algo.

Dick (1990, p.10) afirma que o aparecimento da Toponímia como corpo disciplinar sistematizado ocorreu na França, por volta de 1878. O fato se deu quando August Longnon introduziu os seus estudos, em caráter regular, na *École Pratique des Hautes-Études* e no colégio de França, desse curso ministrado, surgiu a obra *Les noms de lieu de la France*, obra publicada postumamente por seus alunos em 1912, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados. Com a morte de Longnon, Albert Dauzat retomou, em

¹⁶ “aquella rama de la Onomástica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antroponômicos, que permitieren y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista.” (SALAZAR-QUIJADA,1985, p. 18) tradução nossa

1922, os estudos onomásticos e organizou, em 1938, o “I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia”, que contou com a participação de 21 países.

De um modo geral, a Toponímia do Brasil sempre centrou mais seu interesse em estudar as línguas nativas – o tupi antigo em especial – deixando o processo denominativo português para segundo plano. Ao lado dessa busca pelas etimologias e significado das palavras indígenas, buscavam-se também as influências que o meio local produzia na vida do falante, através do processo denominativo de rios, morros, serras, animais, vegetais *etc.*; isso foi aos poucos sendo descoberto pelo contato que os primeiros viajantes tiveram com os indígenas, desde os primeiros tempos, até o século XIX. Aos poucos, esses topônimos iniciais iam sendo substituídos por outros designativos portugueses ou mesmo europeus que “apareciam nesse contexto à medida que a necessidade, o medo ou o temor do sobrenatural lhes impunha a reverência a Deus, a devoção aos santos e anjos, o respeito, obediência e lealdade aos seus reis e à sua realeza”. (DICK, s.d, 03)

Por muito tempo, a Toponímia brasileira conviveu pacificamente com dois processos linguísticos; a Toponímia nativa, própria do território e a Toponímia advena, vinda de fora. Isso gerou um bilinguismo assimétrico: o rio São Francisco era o *Paraupaba* dos tupinambás antigos, a Vila de São Paulo era chamada *Piratininga*. (DICK, s.d, 04).

DICK (1980) classifica os topônimos de acordo com sua formação em:

- a) topônimo ou o elemento específico simples: aquele que é composto por apenas um formante (substantivo ou adjetivo, preferencialmente), podendo se apresentar por meio de sufixações: *Amazonas, Americana, Brasília*.
- b) topônimo composto ou elemento específico composto: aquele que é composto por mais de um elemento formador, de origens diversas entre si: *Lava Roupa, Cachoeira Maravilhas dos Macacos, Apertada da Hora*.
- c) topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências; “a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa” (DICK, 1990, p.14): *Lajinha do Mutum, Matriz de Camaragibe, Lambari do Meio, Marabá Paulista*.

Para o denominador, o signo não é arbitrário: ao fazer sua escolha na hora da nomeação, encontra sentido e faz associação entre objeto e nome. O topônimo cristaliza uma época, perpetua os costumes de um grupo, o que pode ser percebido pela falta de preocupação dos indivíduos em mudar os nomes estabelecidos por outros povos, o que faz com que muitos lugares mantenham seus nomes por muitos e muitos anos. Desse modo, o duplo aspecto da motivação toponímica transparece em dois momentos:

- primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;
- e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas. (DICK, 1990, p.18)

Ao ser criado, o topônimo está sujeito às consequências do tempo: às influências, às modificações e até ao desaparecimento de seu significado original, uma vez que isso escapa da memória e da consciência do povo. Esses aspectos dão ao topônimo uma dupla dimensão: do referente espacial geográfico (função toponímica) e do referente temporal (memória toponímica). Assim, percebemos que:

(...) a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, (...), vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares mas a identificação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contidos na denominação. (DICK, 1990, p.24)

Percebe-se então um caráter pluridisciplinar do signo toponímico, sendo ele um meio de se conhecer a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região; as características físico-geográficas da região; as particularidades sócio-culturais do povo (o denominador); os extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desaparecem e relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

Cabe lembrar que, apesar de possuir essa motivação, o onomástico toponímico, ao ser usado em seu contexto normal, não carrega essa motivação; ou por ela já ter se perdido ao passar dos anos ou por, na hora de ser usado pelo informante, o topônimo vir carregado apenas pela referência, tendo a sua motivação e significado esquecida.

4.3 O artigo definido

Aspectos relativos às funções gramaticais, discursivas e interacionais serão discutidos neste capítulo, dando-se ênfase ao que os teóricos postulam a respeito de seu uso diante de antropônimos e topônimos. A revisão bibliográfica de trabalhos que focalizam o artigo definido sob diferentes perspectivas é relevante, já que as pesquisas aqui retomadas, de cunho discursivo e variacionista permitem-nos verificar algumas propriedades do artigo definido que serão posteriormente retomadas.

4.3.2 O artigo visto à luz das gramáticas tradicionais

De acordo com quase todas as gramáticas tradicionais pesquisadas, o artigo é a classe de palavras responsável pela determinação e indeterminação do substantivo. Como se percebe, as gramáticas tradicionais definem o artigo como um modelo conceitual e funcional, limitando-se ao âmbito da sentença. Quase todas as regras e as conceituações apresentadas são anacrônicas e não consideram as variações regionais, as situações de registro e nem o nível discursivo.

Assim, para Rocha Lima (1980, p. 84), o artigo é visto como a classe que se associa ao substantivo “para indicar que se trata de um ser claramente definido entre outros da mesma espécie”, um ser que o ouvinte ou o leitor já conhecem. O artigo indefinido, por sua vez, é empregado de maneira a não individualizar o ser entre outros da mesma espécie, impossibilitando o leitor ou o ouvinte de identificar precisamente o referente. Na abordagem de Cegalla (1981, p. 135), o artigo é a classe que se antepõe aos substantivos para determiná-los de modo preciso, particular (artigo definido) ou de modo vazio, impreciso, geral (artigo indefinido). Segundo Cunha (1975, p. 144), dá-se nome de artigo definido às palavras o (com variações a, os, as), que se antepõe aos substantivos para indicar que se trata de um ser claramente definido.

Chaves de Melo (1978) também discorre a respeito, segundo ele,

Serve o artigo para destacar, dentre uma vaga multidão de seres da mesma espécie, um ou alguns, determinando-os. Se se trata de um indivíduo, de espécime já conhecido do sujeito falante, usa-se de regra o artigo definido, **o, a**; se se trata de exemplar desconhecido do falante, recorre-se ao artigo indefinido, **um, uma**. Comparem-se estas três frases: “Saiu para chamar médico”; “Saiu para chamar um médico”; “Saiu para chamar o médico”. No primeiro caso, fica entendido que o fulano saiu à cata de qualquer médico, de homem capacitado legalmente a diagnosticar e a tratar; no segundo caso, entende-se que o fulano foi atrás de um certo médico, que ele sabe quem e nós não; no terceiro caso, o fulano foi buscar fulano, o Dr. X, que todos nós sabemos quem seja. (CHAVES DE MELO, 1978, p.165)

Percebe-se que, no primeiro exemplo, o termo *médico* utilizado não é referencial e, pelo jeito, não vai ser retomado no decorrer da narração. Já no segundo, ele só admite a leitura na qual a palavra *médico* seja referencial, ignorando que também essa palavra pode ser vista nesse contexto como não-referencial, uma vez que o tal *médico* citado possa ser um *médico* qualquer que também não seria retomado no discurso. No terceiro exemplo, ele parte do pressuposto que tanto o falante quanto o ouvinte conhecem o referente em questão.

Bechara (2001) chama atenção para o valor atualizador do artigo:

O artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraíndo-o de entre os objetos de mesma classe como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte quer através do discurso (que dele faz menção) quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos. (BECHARA, 2001, p. 153).

Como se percebe, as gramáticas tradicionais não colocam nada de novo ao tentar definir essa classe de palavras. Quase todos os gramáticos ressaltam apenas a questão da determinação ou indeterminação e a variação em gênero e número. Não fica claro em nenhuma delas o exato alcance desse conceito de determinação e indeterminação. A tradição gramatical falha “não somente por reduzir a noção de artigo aos parâmetros da determinação e indeterminação do substantivo, mas também por pouco explorar (ou ignorar) a dimensão discursiva nesse estudo.” (MOISÉS, 1995, p.34)

4.3.3 O artigo visto à luz de teorias modernas

O artigo é visto, para Halliday e Hasan (1976), como um elemento coesivo responsável pela referência, que é uma relação semântica que indica que os itens referenciais não são interpretados por si mesmos; a informação recuperada é o significado referencial.

A coesão é vista por eles como uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento que é relevante para a sua interpretação. Dentro dessa perspectiva, a referência pode ser recuperada tanto pelo texto, quanto pela situação. A referência situacional é geralmente conhecida como dêixis, mas os autores chamam de exófora; já a referência textual, geralmente conhecida como anáfora, é vista por eles como endófora. Os autores avisam que só se preocupam com a referência textual, pois só ela é coesiva.

Apontam três tipos de referência: pessoal, demonstrativa e comparativa; o artigo está incluído no segundo tipo, que é uma forma de indicação verbal na qual o falante identifica o referente e localiza-o em uma escala de proximidade.

O artigo definido é neutro quanto à sua localização e é tido como único “parente” linguístico do artigo indefinido; mas, segundo os autores, apresenta semelhanças com determinantes específicos – demonstrativos e possessivos. Esses determinantes são seletivos semanticamente e contêm um elemento referencial que identifica determinado termo. Nos possessivos, o elemento de identificação é a pessoa; nos demonstrativos, a identificação é feita através do parâmetro de proximidade. Ao contrário dos demonstrativos e possessivos, o artigo não tem nenhum parâmetro dessa natureza, apenas indica que o item em questão é

específico, identificável e que a informação necessária à sua identificação é recuperável na situação ou no texto. Assim, ao se dizer: “Não vá! O trem está vindo.”, a palavra *trem* pode ser entendida como “o trem que estamos esperando”.

O artigo definido é um dêitico referencial não-seletivo ou não-marcado, não possuindo somente a função de coesão. É um dêitico referencial não-seletivo ou não-marcado. Não contém a informação em si mesmo, assinala a definição, mas não contribui ele próprio para a definição e nem diz onde a informação será encontrada no contexto. Nesse caso, segundo os autores, a palavra contexto deve ser entendida num sentido amplo, incluindo a estrutura, o texto, a situação e a cultura.

Cabe retomar que os autores citados analisam o artigo do ponto de vista da coesão e essa não é a principal função do artigo; portanto, essa abordagem não dá conta de analisar qualquer situação em que o artigo apareça.

Lyons (1977), por sua vez, retoma o conceito de dêixis, dizendo que a palavra vem do grego e significa “indicar”, “apontar”; é usado na linguística para se referir à função dos pronomes demonstrativos e pessoais, do tempo e de outros traços gramaticais e lexicais relacionados ao espaço e ao tempo. Adverte que, em grego antigo, não havia distinção entre as funções semântica e sintática e quanto à forma das seguintes classes: artigo definido, pronome demonstrativo e pronome relativo; devido a isso, o termo “artigo” foi aplicado indistintamente a todos eles.

Para ele, o termo dêixis

significa a locução e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades sobre as quais se fala, ou a que se refere, em relação ao contexto espaço-temporal criado e sustentado pelo ato de fala e a participação nele, caracteristicamente, de um único falante e pelo menos um ouvinte. (LYONS, 1977, p.637).

4.3.4 O artigo definido diante de nomes próprios

O artigo definido, como já foi visto, é a classe de palavras que define, individualiza e delimita o substantivo a que se refere. Pelo fato de o nome próprio já ser individualizante, ele pode dispensar o uso do artigo definido. Por razões diversas que tentaremos detalhar aqui, o nome próprio pode vir sim acompanhado de artigo quebrando a norma lógica da língua. Primeiramente, analisaremos o que dizem diversos autores a respeito do emprego diante dos antropônimos e depois analisaremos o mesmo emprego em relação aos topônimos.

4.3.4.1 O artigo definido diante de antropônimos

A gramática tradicional nos apregoa que, em muitas regiões do Brasil e de Portugal, “o do artigo diante do nome de pessoa confere um certo tom de familiaridade ou afetividade” (FARACO e MOURA, 1987, p. 187); outros gramáticos nos dizem que “a pertinência do artigo definido pode depender, portanto, de que ele ative no conhecimento do interlocutor um dado previsível no contexto de comunicação” (AZEREDO, 2002, p. 125)

Outros gramáticos tradicionais nos dizem que,

Os nomes próprios de pessoa não levam artigo, porque aquele a quem falo em geral não conhece, uma por uma, as pessoas que eu conheço (...) Na linguagem de intimidade (...) antepõe-se com frequência o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos. (SAID ALI, 1964, p.186).

É frequente no Brasil e em Portugal o uso do artigo definido antes de nomes de batismo, o que lhes daria um tom de afetividade ou familiaridade (CUNHA e CINTRA, 1975, p. 218).

Costumam levar artigo os nomes próprios de pessoas e animais conhecidos dos ouvintes, ou de muita nomeada (neste caso, porém, o não emprego do artigo é frequentemente e talvez mesmo preferido na língua literária) (SOUZA DA SILVEIRA, 1960, p. 192).

(...) junto de nomes próprios denota nossa familiaridade (neste mesmo caso, pode o artigo também ser omitido) (BECHARA, 2001, p. 247)

O artigo é usado antes de nomes próprios de pessoas íntimas por relações de parentesco ou políticas (ALMEIDA, 1973, p. 117)

Como se percebe, para todos os gramáticos citados, o uso do artigo diante de nomes próprios de pessoa funciona tendo por base a intimidade com relação à pessoa referida; o problema é que uns gramáticos entendem que essa intimidade esteja ligada ao falante – observar Bechara e Almeida – ou ligada ao ouvinte – observar Souza da Silveira e Said Ali – ou até mesmo, ligado aos dois (falante e ouvinte). Visto dessa forma, o fator intimidade ou familiaridade torna-se insuficiente para postular as condições de uso do artigo diante dos antropônimos.

Vasconcellos (1928), ao analisar a questão sintática dos antropônimos portugueses, considera também que o uso de artigo diante de antropônimos é caso de familiaridade:

Familiarmente dizemos *o Adriano, o Chico, a Micas*, quando falamos de pessoas muito conhecidas d'aquela a quem nos dirigimos. Cf Epiphanyo Dias, *Synt. hist.*, § 120, b. Igualmente como apelido: *o Garret, o Teixeira Lopes*.

Em italiano *il Tasso*: cf. M. –L., *Gram. d. l. roman.*, III, § 150, onde cita outros exemplos românicos. Falando de estrangeiros, os Italianos fazem o mesmo: o falecido Prof. D'Ovidio, com quem tive relações, costumava, ao referir-se ao nosso comum amigo e meu chorado mestre o S.^{or} Epiphanyo Dias, dizer sempre *il Dias*. Da França em particular diz Dauzat, p. 3: “Les parles de notre Midi disent *le Pierre et la Marie*; à Paris même, lê peuple appelle *la Durand* la femme de Durand”. (VASCONCELLOS, 1928, p.559)

Quanto ao uso de artigo diante dos títulos honoríficos, Vasconcellos (1928) fala que o título também deve vir precedido de artigo conforme o grau de intimidade e que as alcunhas também devem vir acompanhadas de artigo, pois sem o artigo, ela se confunde com um apelido.

Mencionam corretamente os titulares, proferindo o título precedido do artigo: *o Margaride* (= o Conde de Margaride); *o Montedôr* (= o Visconde de Montedôr); *os Braganças*. E tratando com eles, diremos *ó S.^{or} Conde*, ou *ó Conde*, conforma o grau de intimidade. Do mesmo modo: *S.^{or} Cônego*, *S.^{or} General*. Em terceira pessoa: *o Cardial Neto*, *o Cônego Fulano*. (VASCONCELLOS, 1928, p.445).

Posto que agregada ao nome, sob a fôrma, como se viu, de aposto ou continuado, a alcunha pode estar precedida do artigo definido: Exemplos colhidos nas *Linhagens*: Dom Gonçallo de Sousa *o Bom*, p.355; D. Mendo *o Sousão*, p.152 (geográfico: vid.supra) (...).A par d'estes exemplos, expressos com artigo, há-os sem artigo: Gonçalo Veegas *Magro*, p. 159; D. João Pires *Redondo*, p.159; Pero *Velho*, p. 155; Lourenço Rodrigues *Espadeiro*, p.199; Alvaym Calvo, p.257. Se a alcunha vem assim, sem artigo, quase se confunde com apelido, sobretudo se adicionada imediatamente ao nome, como em Pero *Velho*. (VASCONCELLOS, 1928, p.179)

Outra questão que deve ser analisada diz respeito ao fato de que se o fator intimidade é o que determina o uso do artigo diante de antropônimos, precisa-se descobrir o que bloquearia esse sentimento de intimidade em textos medievais em que o artigo não ocorre e também, atualmente, na fala de alguns habitantes de determinadas regiões do país.

O que não se pode pensar é que portugueses e brasileiros sejam desprovidos de afetividade ou incapazes de intimidade, em qualquer época de sua história. Se a intensificação do uso se verifica ao longo da história do português, seria necessário descobrir os fatores condicionantes, fora do âmbito emocional, afetivo, tarefa que não parece fácil. (CALLOU, 2000, p.13)

Neves (2000, p. 404) justifica que o artigo definido é utilizado antes de antropônimos de pessoas conhecidas ou famosas, especialmente no registro coloquial. A autora reconhece, entretanto, que esse é um uso ligado a costume regional, familiar e, por isso, também há ocorrências de antropônimos sem o artigo.

Em relação às outras línguas românicas, o artigo também é empregue em certas circunstâncias:

para o francês de Paris, espanhol europeu e o cubano, o uso se aplicaria apenas à mulher e se daria quando o falante se referisse, por exemplo, a uma pessoa célebre, ou com intenção deprecativa. Quanto ao italiano, a prática é semelhante, embora seu uso se estenda aos homens, mas com sobrenomes. Em Florença, é de uso geral, sobretudo, em função de sujeito, e, em outras posições, é dependente da preposição. Dauzat (1930, p. 405/406) considera o seu uso vulgar, tendo sido proscrito no século XVI. Martinez, (1986, p. 119) considera que o uso foge à norma e não é representativo, embora frequente em determinadas regiões da Península Ibérica. Na fase moderna da língua portuguesa esse uso intensificou-se. (CALLOU, 2000, p. 14)

Mira Mateus *et al* (1983, p. 72-73), postula que “Nomes próprios de individuais que não pertencem à memória histórico-cultural colectiva (...) são, em geral, precedidos de artigo definido”. Cita como exemplo as seguintes frases: “*Galileu* morreu na miséria”, “*O João* vive em Coimbra”; assim, tem-se *Galileu*, personagem de nossa memória histórico-cultural coletiva, vindo sem artigo; e *João*, que não faz parte dessa memória coletiva, vindo acompanhado de artigo definido. Ainda afirma que os “nomes próprios que designam individuais pertencentes à memória histórico-cultural colectiva ocorrem sem especificador”. Ainda coloca que “um nome próprio é sempre totalmente determinado”, não necessitando devido a isso de complementos frásicos ou adjetivais de valor restritivo: “ * *Galileu que era físico* nasceu em Pisa.” e “ * *O João inteligente* vive em Coimbra”. As frases acima são consideradas por ela agramaticais. Para ela, quando precede os nomes próprios, “o artigo não funciona como operador de definitização e singularização”, essa função passa a ser assegurada pelo nome próprio.

4.3.4.2 O artigo definido diante de topônimos

O uso do artigo definido diante de topônimos é muito variável, o que se nota de acordo com a definição dos gramáticos é que existem alguns nomes que repelem e outros que exigem artigo, mas não dão nenhuma regra para separá-los nesse agrupamento. Almeida (1952) nos diz que o artigo é usado “salvo exceções, que não são poucas, com os nomes próprios geográficos: o Rio de Janeiro, a Argentina, os Estados Unidos”. Cegalla normatiza que alguns locativos que repelem artigo deixarão de repelir “sempre que vierem caracterizados por adjetivo, locução adjetiva ou oração adjetiva: O velho Portugal, a Roma dos Césares, a Atenas de Péricles, a soberba Catargo, (...)” (CEGALLA, 1981, p. 452)

Silveira Bueno (1955) nos diz que até hoje essa regra varia muito, notando-se que a maioria está pelo uso do artigo, mormente se o nome geográfico antes de ser um nome próprio era um nome comum; assim, diz-se: a Bahia, o Recife, a Paraíba, mas São Paulo, Santa Catarina.

Na língua arcaica a nota predominante é a omissão do artigo, uso que se estendeu por todo o período clássico. Duarte Pacheco, escrevendo obra de geografia, ministra-nos muitos exemplos em seu “Esmeraldo de Situ Orbis”: “... há grandeza d’Africa e asy d’Asia (18) (...)

Nota-se mesmo uso em João de Barros: Levantando-se em terra de Arábia aquele Anti-Christo Mafamede (Dec. I-5) – “... em espaço de cem annos conquistaram em Ásia toda Arábia... Deus quis simular os pecados de Hespanha” (...) “concorrem

muitos mercadores do Cairo, de Tunes, de Ourão, Tremecem, Fez, Marrocos e de outros Reynos, etc.”

Nesses exemplos de dois escritores que trataram de assuntos geográficos e históricos, vemos que, predominando a omissão de artigo, não é contudo absoluta porque num e noutro caso aparece o determinativo. Camões, porém ainda disse no episódio dos doze de Inglaterra: “Porque serei comvosco em Inglaterra” (Lus. VI-57) (SILVEIRA BUENO, 1955, p. 229)

Para Mira Mateus (1983, p. 73), em português, “o artigo definido precede a maioria dos nomes próprios geográficos (*a Espanha, Os Himalaias, o Pacífico, o Sado, ...*). Exceptuam-se os nomes de cidade – salvo os formados historicamente a partir de nomes comuns (*Porto, ...*) – e os nomes de alguns países (*Portugal, Angola, Cabo Verde, Cuba, Moçambique, S. Salvador, S. Tomé e Príncipe*). (cf. CUSTEA e LUZ 80, p.464)”

Sacconi (2006, p.2-3) normatiza que o artigo definido diante de topônimos deve ser usado nos seguintes casos: 1) antes de nomes próprios de lugar: *o Brasil, o Tocantins, o Mato Grosso do Sul, o Uruguai, a França, os Estados Unidos etc.*, e aponta algumas exceções: *Portugal, Goiás, Sergipe, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso etc.*; 2) antes de nomes próprios de mares, rios, montes e constelações: *o oceano Pacífico, o mar Morto, o Amazonas, o Tietê, o Himalaia, a Via Láctea etc.*; 3) antes de nomes de alguns bairros: *a Penha, a Lapa, a Tijuca, o Leblon etc.*; tendo como exceções os seguintes nomes: *Copacabana, Cascadura, Catumbi, Santa Teresa, Itapuã, Piatã, Perdizes, Pinheiros, Santana*. O artigo não deve ser usado nos seguintes casos: 1) antes de nomes de cidades: *Lisboa, Coimbra, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Lajes, Londres, Paris*; sendo exceções os seguintes nomes: *o Porto, o Rio de Janeiro, o Cairo, o Recife, o Aracaju* (sendo que *Recife e Aracaju* podem ainda dispensar artigo); 2) antes de nomes de planetas: *Mercúrio, Saturno, Plutão, Júpiter, Vênus, Marte, Netuno*, funcionando as seguintes palavras como exceções: *a Terra, o Sol, a Lua*. O autor relata ainda casos em que o uso do artigo é facultativo, dizendo que antigamente, os nomes *Europa, Ásia e África* não eram acompanhados de artigo, assim como os de alguns países: *Espanha, França, Inglaterra, Escócia, Holanda e Flandres* que podem vir desacompanhados de artigo quando estiverem regidos pela preposição: “Vim *de Europa* ontem”, “Morei *em Holanda* muito tempo”, “Ela chegou *de França* há pouco”. “Estivemos *em Escócia* o ano passado”.

Como se percebe, o que normatizam as gramáticas a respeito do emprego do artigo diante de topônimos é insuficiente para explicar o fenômeno, uma vez que as regras são superficiais. Ao tentar normatizar ao seu respeito, na maioria das vezes, fundam regras sem embasamento que são, na realidade, meras listagens contendo casos que se encaixam ao que é postulado e inúmeras exceções. Cabe lembrar que alguns gramáticos nem citam a questão.

4.4 O sintagma nominal (SN)

Nos enunciados, os signos linguísticos ligam-se uns aos outros de acordo com leis determinadas, formando grupos, chamados sintagmas. De acordo com Dubois-Charlier (1977), o sintagma “é uma associação de elementos compostos em um conjunto, organizados em um todo, funcionando conjuntamente (...) sintagma significa, por definição, organização e relações de dependência e de ordem à volta de um elemento essencial.” (DUBOIS-CHARLIER, 1977, p. 224)

Segundo Azeredo (2002, p.186), o sintagma nominal “é uma construção cujo núcleo é ocupado por um substantivo ou por um pronome substantivo”. É um constituinte sintático endocêntrico, suas propriedades combinatórias são idênticas as de seu núcleo, e o resto de suas propriedades sintáticas também estão determinadas pelas características do núcleo. Assim, muitas vezes, um sintagma nominal (SN) pode ser substituído apenas pelo núcleo.

Quando precedido de artigo definido, o SN pode ser classificado como uma expressão definida (SEARLE, 1981), podendo também ser usado como referência indefinida ou genérica (LYONS, 1977). Mais amplamente, acredita-se que toda ocorrência de um SN seja uma expressão referencial (THRANE, 1980), sustentando-se sua aplicação para referenciar objetos, pessoas, ocorrências *etc.* Essa idéia de referência definida foi discutida de forma mais aprofundada na subseção 4.1.2.

Segundo Perini (1986), os SN's constituem uma classe gramatical com comportamento sintático de sujeito, de objeto direto e, se precedido de preposição, com comportamento de adjunto adnominal e de objeto indireto.

Nesta dissertação, só se trabalhará com os SN's referenciais, os casos de não referencialidade foram excluídos e listados na subseção 5.1.5; para distinguir os casos de referencialidade, adotou-se a noção de SN referencial adotada por Du Bois (1980), segundo a qual um SN só pode ser considerado referencial quando é suficientemente relevante a ponto de permitir a abertura de arquivos mentais, os quais, por sua vez, possam garantir, desde que necessário, a identificabilidade de menções subsequentes a ele relacionadas. A adoção dessa definição deve-se ao fato de se acreditar que o objeto de estudo em questão esteja ligado a questões de referência.

Mendes (2000), ao realizar uma descrição da estrutura interna do sintagma nominal, apóia-se em Perini (1996) e em Mateus *et alii* (1989); segundo Mendes (2000) nenhuma das duas descrições sozinhas deu conta de descrever a estrutura interna do sintagma nominal, por

isso utiliza aspectos das duas descrições. Assim, assume a descrição da área esquerda do SN de Perini (1996), mas propõe uma nova função, a de Qualificativo (Qv), e a descrição da área direita de Mateus *et alii* (1989) integralmente. Aqui se focará mais na descrição interna do sintagma nominal; mas cabe lembrar que na subseção 4.5.5 esse trabalho será mais bem detalhado.

A função de Qualificativo (Qv) é uma posição fixa que, na maioria das vezes,

é exercida por títulos honoríficos quais sejam: *senhor, dom, doutor, cônego, reverendo, padre, vigário, desembargador, brigadeiro, tenente, capitão, coronel, sargento, sargento mór, alferes, guarda, guarda-mór, presidente, tabelião, professor*. Optou-se pelo nome Qualificativo, por designar termos que na literatura específica são conhecidos como títulos honoríficos e por acreditar que itens como *mulher (no sentido de esposa), marido, tio, filho, irmão, primo*, etc possam desempenhar esta função o que não ocorria como os títulos, este termo é, portanto, mais abrangente que *títulos honoríficos*. (MENDES, 2000, p.86)

A posição dos Qv's com relação ao nome próprio é rígida, isto é, ao lado esquerdo dos antropônimos; entretanto pode aparecer outro ou outros Qv's entre eles.

De acordo com a proposta de Mendes (2000), o SN poderia ser descrito de acordo com o seguinte esquema:

QUADRO 1

Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)

Det	PV4	Poss	PV3	Ref	PV2	Qf	PV1	PNE	PNI	Qv	NSN	SA _{adj}	Complementos		
												SPrep	Frase	Epíteto	
Área esquerda											Área direita				

Fonte: MENDES, 2000, p.88.

A área esquerda engloba todas as funções até o NSN e a área direita todas as funções a partir do NSN. É essa a proposta que será adotada e com base nela que serão realizadas as análises do capítulo 5 desta dissertação.

4.5 Outros estudos linguísticos

Nesta seção, será realizada uma revisão bibliográfica de trabalhos que focalizam o artigo definido de diferentes perspectivas – histórica, discursiva, variacionista – com o

objetivo de verificar algumas propriedades do artigo definido para a fundamentação de grupos de fatores. Como possuem perspectivas diferentes, fez-se questão de detalhar os pressupostos teórico-metodológicos de cada pesquisa. Cabe lembrar que essas obras serão retomadas em seções posteriores.

4.5.1 Du Bois (1980)

Analisando uma descrição do artigo sob o prisma discursivo, encontramos o texto *Beyond Definiteness: the trace of identity in Discourse*, de Jonh Du Bois (1980), que trata o fenômeno da definitude de forma mais aprofundada, descrevendo os recursos linguísticos através dos quais sintagmas de ocorrência intermitente são usados pelo falante do inglês para introduzir e dar continuidade à identidade de certos elementos ao longo do discurso.

O autor critica o fato de a literatura se restringir a analisar a definitude pelo critério formal considerando apenas a relação entre o artigo definido e o indefinido, alertando para a necessidade de dar relevância para o critério funcional, uma vez que a escolha do falante entre o uso ou não do artigo está associada a fatores pragmáticos e semânticos como a referenciação ou não-referenciação e a identificabilidade ou não-identificabilidade.

A literatura sobre definitude geralmente lidou apenas com o artigo definido e, contrastivamente, o artigo indefinido: ao mesmo tempo isolou a definitude de maiores considerações acerca da estrutura do discurso como um todo. Porém, o conjunto de itens referenciais contrastivos é bem maior do que as duas formas de artigo, e muitos fenômenos cruciais relativos à definitude não são encontrados e nem reconhecidos facilmente no plano de exemplos de uma ou duas sentenças como tipicamente é feito. A limitação é remediada pelo estudo da totalidade de narrativas produzidas naturalmente. (DU BOIS, 1980, p. 204-205)¹⁷

Assim, o autor ressalta que a continuidade dos referentes é assegurada pelo emprego de recursos específicos. Dentre esses recursos, destaca-se o uso do artigo, levando em consideração a oposição definido/indefinido e o uso do artigo-zero tanto com substantivo no singular quanto no plural.

Baseia seu estudo no exame de narrativas orais baseadas no filme “The Pear Stories”, dando ênfase aos aspectos relativos ao modo como os falantes do inglês introduzem e

¹⁷ “The literature on definiteness has often dealt only with the definite article and, for contrast, the indefinite article: at the same time it has isolated definiteness from larger considerations of discourse structure as a whole. But the range of contrasting reference items is much greater than the two article forms, and many crucial phenomena related to definiteness are either not found or not easily recognized within the domain of the one-sentence or two-sentence examples which are typically used. The limitation is remedied through the study of whole, naturally produced narratives.” (DU BOIS, 1980, p. 204-205) tradução nossa

tracejam objetos no discurso; em sua análise, utiliza apenas as referências aos personagens e aos objetos do filme. Após levantar e classificar os dados, “flagra” os fenômenos que atuam no emprego do artigo que escapam à análise da tradição gramatical. Mostra que as formas de referência não se restringem apenas à definitude ou à indefinitude, sendo determinada também pelo emprego dos gêneros narrativo e descritivo e por traços semântico-pragmáticos dos SN’s: caráter referencial ou não-referencial, genérico ou particular dos objetos e pessoas envolvidos e a utilização de *frames* como forma de apresentar informações.

Percebe-se que o uso do artigo está associado a aspectos de especificidade ou com o *status* informacional “dado”, isto é, se a informação é nova/desconhecida ou se é velha/conhecida, ou seja, se provocam no ouvinte a abertura de um novo arquivo mental ou se remetem a arquivos anteriormente abertos. Analisa também que o índice de definitude não está na presença do artigo, mas no próprio referente, que será considerado identificável se o locutor puder identificá-lo.

Quando um objeto importante aparece pela primeira vez no discurso, ele geralmente é introduzido pelo falante de forma descritiva, dando todas as informações necessárias ao ouvinte; posteriormente, o referente é retomado pelo falante, avançando assim a narrativa. Dessa forma, para que os SN’s possam ser chamados de referenciais, eles devem ser suficientemente importantes a ponto de abrir um arquivo mental, garantindo assim a identificabilidade de outras menções que vierem relacionadas a ele.

Uma menção não-referencial como *ninguém* não é capaz de mostrar a abertura de um arquivo mental a ser retomado depois. O efeito humorístico aparece quando o falante o toma como referencial, como mostra Lewis Carroll:
 “Eu não vejo ninguém”, disse Alice. “Eu só gostaria de ter esses olhos”, observou o Rei, “para ser capaz de ver ninguém e ainda a essa distância!”. (quoted in Halliday and Hasan, 1976, p.79)¹⁸ (DU BOIS, 1980, p.210)

Apesar de nem sempre ser possível distinguir as menções referenciais das não-referenciais, o autor ressalta que as menções não referenciais são geralmente marcadas pelo artigo-zero; aparecendo em construções do tipo: verbo + objeto incorporado. Essa construção, apesar de ser não-referencial, pode, no decorrer da narrativa, evocar um *frame* do objeto permitindo usos definidos posteriores:

¹⁸ “A nonreferential mention like *nobody* establishes no mental ‘file’ that can be referred to later, so that a humorous effect may arise when a speaker treats it as though it could be referred to, as Lewis Carroll shows: ‘I see nobody on the road’, said Alice. ‘I only wish I had such eyes’, the King remarked, ‘To be able to see nobody – and at that distance too!’” (quoted in Halliday and Hasan, 1976:79) (DU BOIS, 1980, p.210) tradução nossa

“Eles saíram para colher pêras ontem, mas as pêras estavam verdes e não vendiam.” (DU BOIS, 1980, p.221)¹⁹

Nota-se que na primeira menção focaliza-se o conjunto pêras, dando ênfase à ação de colhê-las. Já na segunda menção, o importante deixa de ser a ação, passando a dar ênfase às pêras e ao fato de estarem verdes.

A análise da narrativa das pêras levou também o autor a concluir que as menções envolvendo o modo narrativo tendem a ser referenciais e as menções envolvendo o modo descritivo tendem a ser não-referenciais.

4.5.2 Moisés (1995)

Orientado por uma abordagem funcionalista, este trabalho trata do uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte tentando investigar algumas condições de ocorrência; além de estabelecer diferenças entre as funções do artigo-zero, do artigo definido e do artigo indefinido no discurso; tem por base o trabalho anteriormente citado de Du Bois (1980). Trata também de casos prescritos pela gramática tradicional como facultativos ou com princípios pouco claros ou imprecisos como a relação dos antropônimos com a idéia de intimidade ou familiaridade.

Parte-se da hipótese de que o uso do artigo, dentre outros fatores, é governado pelo conhecimento que tem o falante a respeito das informações de que dispõe o ouvinte; assim, a eficácia da comunicação depende do falante conseguir marcar, sem equívocos, cada um dos itens de sua fala.

O artigo é visto com relação ao que postulam as gramáticas tradicionais, destaca-se o caráter meramente descritivo delas que somente indicam a pertinência ou não do uso do artigo sem descrever as reais condições de seu funcionamento; o artigo é visto apenas como responsável pela determinação ou indeterminação do substantivo. De acordo com a autora, “para a compreensão do uso do artigo também são imprescindíveis, além de dados discursivos, informações ligadas ao tipo de nome ao qual o artigo se liga.” (MOISÉS, 1995, p.25). Esse tipo de tratamento também é dado ao emprego do artigo diante dos nomes próprios; nesse caso, as gramáticas postulam que o seu uso funciona como um índice de intimidade de tratamento com a pessoa referida, o que é insuficiente, uma vez que um mesmo

¹⁹ “They left to pick pears yesterday, but the pears were green and they weren't sold.” (DU BOIS, 1980, p.221) tradução nossa

falante referindo-se a uma mesma pessoa para um mesmo ouvinte pode usar ora artigo, ora não. Em seguida, o artigo é analisado pelo prisma do discurso; essa análise parte do estudo de Du Bois (1980) que demonstra que a garantia da continuidade da identidade dos referentes é assegurada pelo emprego de recursos específicos, tendo destaque especial os artigos.

O *corpus* compõe-se de dois conjuntos de textos orais de naturezas distintas: o primeiro formado por 10 narrativas orais referentes a um filme de curta-metragem produzido para esse fim (num total de 50 minutos de gravação) e, o segundo, por 30 minutos de gravação de conversa espontânea envolvendo 6 falantes; todos os informantes têm formação universitária, idade entre 21 e 39 anos e são residentes em Belo Horizonte há, pelo menos, 8 anos. Foi verificado o ambiente sintático-oracional de figuração do artigo, catalogando todas as ocorrências que, em seguida, foram separadas e quantificadas para depois serem analisadas. A autora deixa claro que pretendeu verificar a pertinência, para o português, da seguinte afirmativa de Du Bois:

O uso do artigo indefinido, numa 1ª menção, maracá a não-identificabilidade do referente e estabelece um arquivo na “consciousness” do ouvinte. A abertura de um arquivo tende a levantar a expectativa de que o arquivo continuará a ser usado. Isso, porém, pode não acontecer. Parece, então, ser importante sinalizar casos em que o arquivo terá pouca ou nenhuma utilização. Assim, parece haver uma certa tendência a se utilizar o pronome indefinido (alguém, alguns) mais do que o artigo indefinido para marcar a introdução de um participante não-importante, sobre o qual não se falará muito (DU BOIS, 1980, p. 221 *apud* MOISÉS, 1995, p. 87)

Os dados analisados levaram a autora a constatar que: (i) itens novos recusam o artigo definido numa primeira menção, a não ser que as informações necessárias à sua identificação sejam fornecidas, logo em seguida, através de oração relativa ou locução adjetiva; (ii) itens dados ou absolutamente inferíveis ou pressupostos não se usam com o artigo definido; (iii) itens ligados a *frames* ativados pelo falante podem receber, numa primeira menção, tanto marcas definidas quando indefinidas.

Apenas o segundo *corpus* registrou ocorrências significativas de nomes próprios com ou sem artigos, sendo apenas desse *corpus* os dados contendo antropônimos analisados abaixo. Encontram-se nos dados 76% de ocorrências de artigo definido antes de nomes próprios contra 24% de artigo-zero; constata-se que o artigo definido com nome próprio de pessoa não é regulado pelo princípio da intimidade/familiaridade como os gramáticos normatizam; uma vez que um mesmo falante pode, num dado contexto discursivo, usar um mesmo nome próprio ora articulado, ora não articulado. Percebe-se uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo, mais nitidamente flagrada quando esse ocorre à esquerda do verbo: “o SN1 com N próprio de pessoa, com a função de sujeito ou de

tópico de sentença, recebe mais facilmente a marca do Art Def.” (MOISÉS, 1995, p. 144-145).

Quanto ao SN-tópico, todos os casos registrados com nomes comuns incluem-se em casos de SNs dados, o que, como já expresso para o nome comum determina o uso de artigo definido. Por outro lado, foram significativos os números referentes ao SN-tópico com nome de pessoa, todos eles articulados. Percebe-se que quando à esquerda do verbo, o antropônimo tende a ocorrer articulado, havendo uma tendência atual do português de Belo Horizonte ao uso do artigo definido junto ao nome próprio de pessoa.

4.5.3 Callou e Silva (1997) e Callou (2000)

Em Callou e Silva (1997), o uso do artigo é analisado em dois contextos: possessivos e nomes próprios, tentando traçar, entre eles, um paralelo; toma-se por base *corpora* de língua escrita, textos de Portugal e Brasil e *corpora* de língua oral, falantes com curso universitário completo das cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, relacionados com o Projeto NURC/Br.

O fenômeno é visto como não estigmatizado nem valorizado socialmente, prendendo-se “não só a aspectos teóricos sobre *definitude*, mas também à questão da mudança linguística, razão pela qual se observa a sua evolução através dos tempos” (CALLOU e SILVA, 1997, p.12). A hipótese inicial era de que “o uso variável do artigo nesses contextos estaria relacionado a princípios comuns, reduzindo-se os dois fenômenos, a um só, (...)”.(CALLOU e SILVA, 1997, p.13) o que pode ser explicado por fatores de natureza semântica e pragmática.

Ao se observar o contínuo diacrônico, as autoras perceberam que o uso do artigo diante de nomes próprios cresce gradativamente do século XIV até os nossos dias e que é nos últimos três séculos que se processa um aumento significativo, apresentando maior frequência tanto no Brasil quanto em Portugal, sendo o uso do Brasil maior do que o de Portugal.

Em análise mais recente do *corpus* oral, ampliando as entrevistas do projeto NURC nas cinco capitais brasileiras já citadas, segundo a metodologia da sociolinguística variacionista quantitativa laboviana e utilizando o programa computacional VARBRUL, foram estabelecidos como grupos de fatores que favoreceram o uso do artigo: a) a presença de preposição; b) função sintática; c) grau de familiaridade; d) região de origem; e e) prosódia.

Quanto à presença de preposição, verificou-se o forte condicionamento do artigo em relação à presença de preposições; constatou-se também que as preposições *de, em, para, a* aceitam mais artigo, favorecendo mais a presença de artigos. Em relação a nomes próprios, o fator preposição está em terceiro lugar, estando certas preposições já amalgamadas com relação à sua possível aglutinação com o artigo.

A função sintática mostrou-se atuante quando o possessivo ocupa a posição de sujeito ou tópico, objeto ou predicativo. Com relação a nomes próprios, não há a mesma distribuição em relação à função sintática, tendo sido selecionado como segundo grupo em importância – nesse caso, a função sintática de tópico (82%) e a de adjunto adnominal (76%) são as que mais favoreceram a presença de artigo. As autoras ressaltam que o uso de artigo diante de nome próprio na função de sujeito era muito frequente até o século XVII e que foi nessa posição que se registrou pela primeira vez o seu uso.

Em relação ao tipo de possuído, considerado pelas autoras como único fator que as gramáticas, principalmente as de Portugal, mencionam para explicar a ausência de artigo diante de nomes de parentesco com relação aos possessivos, percebe-se que as relações humanas fomentam menos o uso do artigo do que os objetos. O grau de familiaridade, posto pelos gramáticos como fator condicionador do uso do artigo diante de nomes próprios, só se mostrou relevante no Rio de Janeiro.

O fator região de origem revelou que as capitais do Sul e Sudeste utilizam o artigo com maior frequência. E o fator prosódia apontou uma preferência pelo uso do artigo em vocábulos de até duas sílabas. As autoras levantam a hipótese de a distribuição regional do fenômeno apoiar-se na diferença rítmica de fala do Norte/Nordeste e Sul/Sudeste o que levaria à conclusão de que a ocorrência do artigo pode ter uma explicação que vai além do fenômeno de definitude, chamando a atenção para o fato de se realizar menos o artigo onde há maior conservadorismo linguístico, “quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo.” (CALLOU e SILVA, 1997, p. 20). Além disso, afirmam que “não se pode deixar de lado a noção de *identificabilidade, familiaridade*, mas não se pode esquecer que, em alguns contextos, o uso do artigo, *per se*, é suficiente para determinar a região de origem do falante”. (CALLOU e SILVA, 1997, p.25)

Em Callou (2000), a autora fala a respeito do uso do artigo diante de antropônimos no português do Brasil. Inicialmente, ela discute a respeito da variação linguística e da difusão da língua portuguesa no território brasileiro e de alguns estudos realizados.

Ao identificar seu objeto de estudo, deixa claro que tratará apenas do uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa, deixando o estudo dos nomes próprios locativos

para outra análise, uma vez que eles apresentam comportamento diverso, variando conforme o item lexical.

A autora diz que, pelo que tudo indica, o emprego do artigo definido está ligado ao fenômeno da definitude, apesar de que em algumas línguas essa marca superficial do *status* definido que corresponde ao próprio artigo não exista.

Dentre as línguas que possuem artigo, algumas estenderam o uso do artigo aos nomes próprios; embora não seja necessário, uma vez que os nomes próprios apresentam o traço [+definido] em si mesmo, sem necessidade de determinantes específicos.

Assim, as hipóteses que norteiam o trabalho foram as seguintes:

- a) o uso do artigo estar relacionado ao seu status definido, ou melhor, ao fenômeno da “definitude”;
- b) o português estender esta marca de “definitude” aos nomes próprios, embora esses já apresentem, até certo ponto, o traço [+definido];
- c) este uso específico do artigo ser mais recorrente na linguagem falada que na escrita;
- d) o uso, na língua falada culta, obedecer a uma distribuição regional sem estar sujeito a um processo de estigmatização. (CALLOU, 2000, p.13)

Após uma reconstituição histórica não só do artigo, mas também do porquê de os nomes próprios não necessitarem de artigo, CALLOU (2000) passa para a análise quantitativa e qualitativa dos dados. Esclarece que os dados foram analisados pelo pacote de programas VARBRUL (Pintzuk, 1988) e que esses dados fazem parte de um *corpus* oral – 33 entrevistas informais realizadas nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, num total de 580 ocorrências de nomes próprios de pessoa e de um *corpus* escrito formado por textos antigos de autores portugueses e brasileiros (séc. XIII ao XIX) e textos contemporâneos (séc. XX).

Foram consideradas todas as ocorrências de nomes próprios, distribuídos em função de cinco variantes: nome próprio com artigo; nome próprio sem artigo, nome próprio precedido de determinante (não artigo), nome próprio com artigo mais determinante, nome próprio com determinante que exclua artigo.

Foram estabelecidos os seguintes grupos de fatores que poderiam funcionar como condicionadores linguísticos ou sociais:

época, identificação do texto por autor ou editor, origem, situação discursiva – haver indicação ou não de ser pessoa da intimidade dos interlocutores, ou se tratar de nome de domínio público, ou, ainda, no caso dos textos escritos, fazer parte do discurso do narrador ou dos personagens em discurso direto, dimensão e acentuação da sílaba inicial do vocábulo, presença de preposição, função sintática do nome próprio. (CALLOU, 2000, p.16).

Através dos textos escritos em diferentes épocas, percebe-se que “1) o percentual de uso do artigo diante de nome próprio de pessoa cresce gradativamente do séc. XIII até os dias

atuais, e 2) que nos últimos três séculos (entre os séculos XVIII e XIX) que se processa um aumento significativo” (CALLOU, 2000, p. 16).

Após várias análises, a autora aponta as seguintes considerações:

- 1) a frequência de uso do artigo obedece a uma distribuição por região;
- 2) se confirma a ausência categórica de artigos em vocativos, ausência também referida em Silva (1987), quando trata do artigo frente a possessivos. Vale lembrar que esta ausência tem sido atribuída ao alto grau de especificidade dessa função. Poder-se-ia explicar o aumento de frequência em adjuntos adverbiais, de menor grau de especificidade, por raciocínio semelhante, o uso do artigo correspondendo, assim, a um processo compensatório de intensificação do traço [+específico];
- c) o grau de familiaridade referido pelos gramáticos como condicionador do uso do artigo só se mostrou relevante nos dados do Rio de Janeiro, fato já assinalado no trabalho de Silva (1989), em relação aos falantes de menos grau de escolaridade;
- d) embora esse uso tenha sido atribuído a uma característica da língua falada, e até mesmo à linguagem popular, verifica-se que na linguagem escrita (literária) do século XX, o uso do artigo nesse contexto apresenta resultados percentuais muito próximos: 34% na escrita e 36% na falada, estando sujeito aos mesmos condicionamentos. (CALLOU, 2000, p. 26)

Afirma que esses resultados confirmaram suas hipóteses iniciais e permitiram formular outras, uma vez que descobriu que “o uso do artigo diante de nomes próprios se iniciou em um contexto específico [art + det + NP], numa determinada posição, a de sujeito, e numa determinada estrutura vocabular, isto é, em vocábulo de duas sílabas”. (CALLOU, 2000, p. 26). A partir daí, houve uma ampliação dos contextos de ocorrência e um espraiamento.

4.5.4 Costa (1998)

Costa (1998) analisa o uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa no período arcaico. Seu trabalho possui três objetivos: (i) estabelecer os contextos morfossintáticos responsáveis pela variação do uso do artigo definido com relação ao possessivo e ao nome próprio de pessoa; (ii) observar os elementos morfossintáticos que favorecem a ausência ou presença de artigo definido em documentação do período arcaico; (iii) confrontar estruturas do passado com o que ocorre no português contemporâneo, no que se refere ao uso facultativo do artigo definido nos contextos acima referidos.

A autora preocupou-se em selecionar textos que cobrissem todo o período arcaico da língua – século XIII a meados do sécul XVI – e que houvesse uma diversidade de estilo nos escritos que seriam objeto de estudo. Para representar a língua falada nesse período, foram selecionados os seguintes textos: Textos selecionados por Clarinda Maia (TCM), Crônica de Dom Pedro (CDP), Diálogo da viciosa vergonha (DVV) e Diálogo em louvor da nossa linguagem (DLNL). Após a escolha dos textos, foi realizado um exame aprofundado do

corpus, levantando-se todas as ocorrências de nome próprio de pessoa e possessivo, dividindo-as em grupos distintos, a depender da antecedência ou não do artigo definido nessas estruturas. A interpretação dos dados foi o passo subsequente para que se pudesse estabelecer o que favoreceria a ausência ou presença do artigo nos supraditos contextos. Os resultados alcançados na análise de cada texto foram confrontados entre si para que se pudessem detectar as possíveis semelhanças e/ou diferenças ocorridas dentro do próprio período arcaico. Na sequência, os dados do período arcaico obtidos nessa análise foram confrontados com dados de sincronia contemporânea do português brasileiro obtidos através dos trabalhos de Callou (1992), Silva (1996), Callou e Silva (1997).

Com relação às conclusões chegadas na dissertação de Costa (1998), ressaltaremos apenas as relacionadas ao uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa, uma vez que o uso de artigo diante de possessivo não é foco de nossa pesquisa. Assim, observa-se que:

1. De um total de 1466 ocorrências analisadas (desprezando-se os casos de **art. + det. _ NPP**: 87 oc.), 1464 ocorrências (99,86%) foram de nome próprio de pessoa não antecedido de artigo definido. Houve, portanto, apenas dois casos (0, 13%) de nome próprio de pessoa antecedido de artigo definido.

Confirma-se, assim, a informação de Silva (1996, p.138) de que o uso desta estrutura em linguagem escrita é muito baixo, já que é tida como própria da linguagem oral;

2. Só houve duas únicas ocorrências de **NPP c/ art.** Em todo o *corpus*: uma, no *Diálogo da viciosa vergonha* (... conseguiu el-rei Ezequias (...)) e a *Madalena*...); a outra, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (... Foi o **Vergílio** ...). Ou seja, ambas pertencentes a textos do final do período arcaico (meados do século XVI);

3. É interessante assinalar que, nos dois únicos casos de **NPP c/ art.**, esses desempenham a função sintática de sujeito. Callou e Silva (1997, p.199) dizem o seguinte:“(...) Vale lembrar que o uso do artigo diante de nome próprio na função de sujeito era muito frequente até o século XVII e que nesta posição que se registrou pela primeira vez o seu uso (...)”

4. A ocorrência de nome próprio de pessoa antecedido de artigo definido encontrada em DVV (... e a *Madalena*...) tem em Celso Cunha (1982) a sua explicação. Diz o autor que o nome próprio antecedido de artigo é utilizado para caracterizar classes ou tipos de indivíduos que se assemelham a um vulto ou personagem célebre, caso em que vale por um nome comum;

5. Nos textos de Clarinda Maia (séculos XIII, XIV e XV) e na Crônica de D. Pedro (1ª metade do século XV), não houve ocorrências de nome próprio de pessoa antecedido de artigo definido. Encontramos aí, porém, apenas a estrutura **art. + det. + NPP** (TCM: 14, 68%; CDP: 0,27%). Callou (1992:20) já havia observado que nos primeiros textos escritos em língua portuguesa não há ocorrências de artigo diretamente ligado ao nome próprio, mas sim precedendo um determinante ligado ao nome vindo esse, então, seguido de nome personativo.

Em DVV, também houve uma ocorrência da estrutura **art. + det. + NPP**;

6. Em relação ao uso do nome próprio de pessoa antecedido de artigo definido, a presença da variável preposição mostrou-se irrelevante, uma vez que não houve ocorrências de **NPP c/ art.** antecedido de preposição. (COSTA, 1998, p.124)

A autora ressalta ainda que no que se refere à documentação por ela estudada, o uso do nome próprio de pessoa antecedido de artigo definido ocorreu de forma bastante restrita e em casos bastante específicos.

4.5.5 Mendes (2000)

Nesse trabalho, a autora propõe-se a investigar se a ausência de artigo definido diante de nomes próprios (NPr) de pessoas no português da cidade mineira de Barra Longa, cidade da Zona da Mata, caracteriza-se por ser um estrutura que reteve traços de períodos pretéritos da língua portuguesa. A escolha dessa localidade se deu por a pesquisadora, desde o primeiro contato com habitantes da região, ter notado o elevado número de ocorrências de estruturas marcadas pela ausência de artigo.

Os pressupostos teórico-metodológicos desse trabalho investigam o fenômeno como um possível traço de retenção linguística pretérita. A concepção de Linguística Histórica que norteia o trabalho é a de Bynon (1977), procurando investigar e descrever o modo pelo qual as línguas mudam ou mantêm uma estrutura através dos tempos.

Após um breve relato histórico a respeito da cidade de Barra Longa, é apresentado o *corpus* de língua escrita pretérita (LEP) composto por documentos notariais e paroquiais, em sua maioria, classificados como prosa não-literária, pertencentes ao período da primeira metade do século XVIII à primeira metade do século XIX; a autora evidencia a importância de documentos notariais e eclesiásticos para os estudos diacrônicos e identifica o critério utilizado para se analisarem os dados, uma vez que são textos formulaicos. Logo após, os critérios utilizados na composição do *corpus* de língua oral contemporânea (LOC) são descritos: relata-se que tentou seguir os critérios estabelecidos pelo Projeto Filologia Bandeirante, mas que nem todos puderam ser seguidos; esclarece também a respeito do estilo de entrevista adotado e dos critérios utilizados para transcrever as fitas. Em seguida, para se averiguar condicionamentos para a ocorrência ou não de artigo diante de nome próprio é proposta a descrição da estrutura interna do SN somando-se as propostas de Perini (1996), área esquerda do SN, e Mateus et alii (1989), área direita do SN, essa descrição está mais detalhada na seção 4.4.

Vale destacar, ainda, que para esta descrição leva-se em conta a posição que o NPr ocupa no SN, procurando identificar quando se trata de um NPr regido pelo preposição **de**. A opção por esse tipo de postura, isto é, descrever a estrutura interna do SN do qual o NPr é um constituinte, e considerar a posição que NPr ocupa no SN, deve-se à atitude empirista frente à Linguística Histórica adotada nesta pesquisa. Pois, desde os primeiros contatos com a LEP, os dados indicavam um condicionamento para ocorrência ou não do artigo, no que diz respeito a itens que estivesse à esquerda do NSN – NPr; era preciso, então, verificar se o mesmo ocorria na LOC. Além disso, a ausência de artigo diante de NPr regidos pela preposição **de** mostrou-se muito saliente tanto na LOC quanto na LEP. (MENDES, 2000, p. 16-17)

Cabe lembrar que a autora apresenta uma proposta para contribuir para a caracterização do sintagma, pois mesmo somando as propostas dos autores citados acima, elas se mostraram insuficientes para analisar os títulos honoríficos; devido a isso, propõe uma outra posição fixa na parte esquerda do SN e, respectivamente, mais uma função – qualificativo (Qv). Para ela, essa posição é rígida, só podendo ser quebrada quando se introduz outro ou outros Qv(s). Durante todo o resto do capítulo, são descritos os dados de LEP e LOC, considerando todos os SNs cujos núcleos são preenchido por um nome próprio (NPr).

Na parte final de seu trabalho, discutem-se os resultados: a partir da análise dos dados da língua escrita pretérita e da língua oral contemporânea, identificam-se, comparam-se os resultados alcançados e discutem-se os aspectos sintáticos recorrentes e não recorrentes em cada um dos recortes. Além das considerações semânticas referentes ao NPr, encontram-se também considerações de ordem sintática e discursiva. As análises descritas dos dados da LEP e da LOC são realizadas, em seguida, segue-se uma comparação desses resultados apresentando os traços sintáticos convergentes e divergentes.

A partir desses traços, a autora propõe os seguintes questionamentos:

- (a) como se explica a existência de NPr não articulados tanto na LEP quanto na LOC configurando-se como uma retenção pretérita?
- (b) qual o papel do Qv ‘dona’ nesta relação?
- (c) por que na LOC são encontrados NPr precedidos por demonstrativos?
- (d) por que na LOC os nomes próprios aparecem articulados, mesmo que entre o artigo definido e o NSN-NPr não ocorra nenhum item léxico, e o mesmo não ocorra na LEP? (MENDES, 2000, p. 141)

Como resposta à primeira pergunta, a autora propõe que, tanto na LEP quanto na LOC, o sistema linguístico preservou o traço semântico + definido dos NPr devido à função referencial dos NPr, havendo assim uma relação entre a função referencial dos NPr e a ausência de artigo definido. Quanto ao questionamento do papel do Qv ‘dona’ propõe que esse Qv se junta ao NPr formando uma única referência, ele não se articula por que se comporta como um NPr nu à esquerda. Quanto à terceira questão, o artigo não se desenvolveu num ambiente anafórico diante de NPr, pois o NPr já faz esse tipo de referência; além disso, o pronome IPSE após o rearranjo no sistema demonstrativo do latim vulgar, passou a assumir a posição de ISTE e, com isso, ganhou características anafóricas; a autora ainda acredita que, em LOC, o demonstrativo, num ambiente anafórico, junto a um NPr preserva uma estrutura que antecede à gênese do artigo definido. Em resposta à última indagação, a autora propõe a hipótese de que, na LOC, o artigo definido está ampliando a sua área de atuação no SN ao assumir posições que não ocupava.

Em suas conclusões, MENDES (2000) retoma os principais resultados alcançados e conclui que, tanto a LEP quanto a LOC da comunidade de Barra Longa retiveram uma estrutura pretérita da língua latina.

4.5.6 Amaral (2003) e (2007)

Em Amaral (2003), o autor descreve, em sua dissertação de mestrado, a variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha (no Sul de Minas), Minas Novas (no Vale do Jequitinhonha) e Paracatu (no Noroeste do Estado).

O objetivo desse estudo foi o de fazer uma descrição da variação da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimo na língua oral contemporânea dos habitantes dessas localidades mineiras, identificando fatores favorecedores e desfavorecedores das variantes. A hipótese inicial baseia-se no fato de que o fenômeno constitui um caso de variação regional, cuja distribuição no espaço geográfico de Minas não se enquadra na divisão dos falares de ZÁGARI (1998).

Os pressupostos teórico-metodológicos do estudo foram baseados na Dialectologia, propostos por Wenker e Gilliéron, e da Sociolinguística Variacionista, propostos por Labov. A escolha das cidades para a coleta de dados deu-se inicialmente por se situarem na região compreendida pela divisão de falares de Zágari, foi evitada a escolha de cidades novas uma vez que se buscavam informantes nascidos na região e preferencialmente filhos de pais também da região e esse tipo de informante dificilmente seria encontrado em municípios novos. As três cidades escolhidas – Campanha, Minas Novas e Paracatu – são do século XVIII; além disso, constituíram pontos secundários da mineração.

Para a obtenção dos *corpora*, foram selecionados entrevistados de duas faixas etárias – 18 e 30 anos e acima de 50 anos – e de dois níveis de escolaridade – o primeiro constituído de pessoas analfabetas ou com os primeiros anos de escolaridade e o segundo, de pessoas com ensino médio ou ensino superior.

Além dos grupos de fatores citados, foram selecionados, ainda, os seguintes: grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada; ausência/presença de título; posição do antropônimo no turno conversacional; presença do antropônimo em estrutura de genitivo;

antropônimo como item de uma enumeração. O tratamento dos dados deu-se a partir do programa computacional GOLDVARB 2001.

Verificou-se que cada localidade apresentou um conjunto diferenciado de fatores atuantes e, em relação à variação areal, comprovou-se a existência da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no estado de Minas Gerais, já indicado pelos trabalhos de MOISÉS (1995) e MENDES (2000).

Em Campanha, encontraram-se mais casos de presença de artigo (75%); os fatores que se mostraram estatisticamente relevantes foram: posição do antropônimo no turno conversacional (a presença do artigo foi favorecida quanto o antropônimo não estava na posição inicial do turno conversacional e desfavorecida quando estava no início) e intimidade (a presença do artigo é favorecida quando os falantes se referem a pessoas públicas da região e a pessoas do meio social em que vivem e desfavorecida quando se referem a pessoas famosas nacionalmente). Em Minas Novas, aparece mais ausência de artigo (61%); os seguintes fatores foram considerados como favorecedores: faixa etária (a presença é favorecida pelos falantes de 18 a 30 anos e desfavorecida pelos informantes com mais de 50 anos) e intimidade (a presença do artigo é favorecida quando os informantes de Minas Novas referem-se a pessoas famosas nacionalmente ou a pessoas públicas na região e desfavorecida quando se referem a pessoas do meio social em que vivem). Em Paracatu, 52% dos dados apresentam-se sem artigo; os fatores tidos como relevantes estatisticamente foram: faixa etária (a presença é favorecida pelos falantes de 18 a 30 anos e desfavorecida pelos informantes com mais de 50 anos); nível de escolaridade (pessoas analfabetas ou com apenas os primeiros anos de escolaridade tenderam a utilizar o artigo enquanto que pessoas com ensino médio ou ensino superior deixaram de usar) e posição no turno conversacional (a presença do artigo é favorecida quando o antropônimo não está na posição inicial do turno e é desfavorecida quando está no início).

O autor compara os resultados obtidos nas três localidades e percebe que, com exceção do fator escolaridade, que foi selecionado só em Paracatu, localidade em que a diferença entre ausência e presença de artigo definido é pequena, todos os outros fatores – faixa etária, nível de escolaridade e posição no turno conversacional – foram significativos em mais de uma localidade. Ao se cruzar o fator escolaridade com o faixa etária em Paracatu, percebe-se que a presença de artigo definido antes de antropônimos é maior entre os informantes jovens que possuem ensino médio ou ensino superior. Apesar de a mudança em progresso não ser objeto de sua pesquisa, Amaral (2003) supõe que o fenômeno abordado seja um caso de mudança linguística tanto em Minas Novas quanto em Paracatu, uma vez que a ausência é maior entre

os informantes mais velhos (são eles que mais tendem a conservar traços na língua). Em relação ao turno conversacional, verifica-se que foi considerado relevante tanto em Minas Novas como em Paracatu, confirmando a hipótese de que a posição inicial é favorecedora da ausência do artigo. Quanto ao fator intimidade do falante com a pessoa mencionada, percebe-se que em Campanha, cidade em que predomina a presença de artigo, a ausência é favorecida quando os falantes se referem a pessoas famosas nacionalmente e que em Minas Novas, cidade em que predomina a ausência, a presença é favorecida quando os falantes se referem a pessoas famosas nacionalmente.

Logo após, ele compara seus resultados com os obtidos por Moisés (1995) e Mendes (2000), ao contrastar com a divisão de falares feita por Zágari (1998), percebe-se que a ausência/presença diante de antropônimos tem uma distribuição no espaço mineiro diferente daquela apresentada pelo autor.

Em trabalho posterior, Amaral (2007) utiliza dados do trabalho anteriormente citados para mostrar a importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Apenas os dados de Campanha e Minas Novas foram utilizados, uma vez que em Paracatu, o fator intimidade não se revela como importante.

Para estabelecer os fatores externos da análise, resolveu investigar a questão da intimidade que o falante tem com o referente. Assim, os antropônimos mencionados nas gravações foram divididos em três categorias: pessoa do meio social do informante, personalidade famosa e com prestígio na região do informante, e personalidade famosa nacionalmente.

Em Campanha, 75% das ocorrências apresentaram artigo definido e 24% não apresentaram ausência. Em Minas Novas, 38% dos dados apresentaram artigo e 61% não estavam articulados (percebe-se um possível erro de arredondamento por parte do autor). Apesar de aparentemente contrários, Amaral (2007) analisa a distribuição da ausência/presença de artigo e chega ao seguinte resultado:

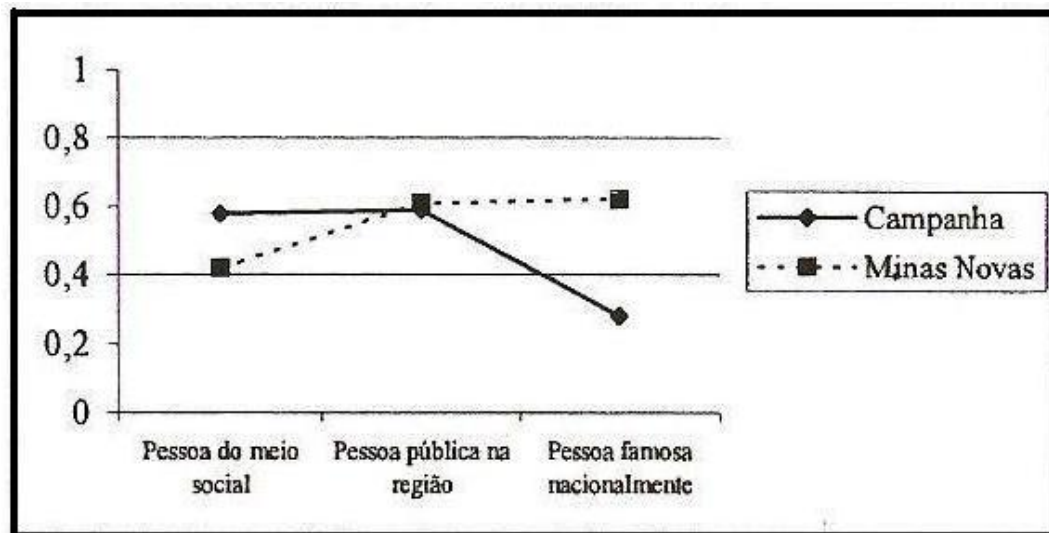


GRÁFICO 1 – Distribuição da presença do artigo definido em função da intimidade nos dados de Campanha e Minas Novas.

Fonte: AMARAL, 2007, p.123.

Com relação aos valores referentes às pessoas públicas em Campanha, predomina a mesma variante utilizada com relação ao grupo de pessoas do meio social; já em Minas Novas, a variante predominante para as pessoas públicas é a mesma utilizada para pessoas famosas nacionalmente. Como os resultados obtidos em Minas Novas não eram esperados, o autor afirma ser necessário um futuro trabalho incorporando noções de rede para compreender o que condicionou esse comportamento linguístico.

Percebe-se assim que a intimidade que o falante tem com a pessoa referida é importante para se investigar o fenômeno, apesar de não se manifestar em todas as localidades. O tipo de antropônimo não pareceu ser fator relacionado diretamente com a questão intimidade do falante com a pessoa referida. Amaral (2007, p.125) relata ainda que apesar de divergentes, os resultados mostraram uma uniformidade nos dois municípios “os falantes tendem a usar a variante predominante (seja ela ausência ou presença) quando se referem a pessoas conhecidas, com as quais tenham um alto grau de intimidade”. Paralelo a isso, os falantes “tendem a usar a variante não-predominante (ausência ou presença) para fazer referência a pessoas com as quais não têm nenhum grau de intimidade” (AMARAL, 2007, p.125). As variantes estudadas servem, portanto, para marcar o tipo de contato que o falante tem com o indivíduo ao qual se refere refletindo uma classificação de natureza pragmática.

4.5.7 Almeida Mendes (2006)

Em Almeida Mendes (2006), apresentei uma análise preliminar do fenômeno da ausência/presença do sujeito diante de antropônimos nas localidades limítrofes de Matipó e Abre Campo; essa análise foi realizada à luz do modelo sociolinguístico variacionista proposto por Labov. A escolha dessas duas cidades ocorreu devido ao fato das localidades, apesar de serem próximas (22 km), possuírem sua fala marcada pela ausência/presença do artigo definido diante dos antropônimos. A hipótese inicial baseou-se na observação preliminar da ausência de artigo definido no contexto de antropônimo parecer predominar na fala dos moradores de Abre Campo e da presença de artigo definido, nesse mesmo contexto, parecer predominar na fala dos moradores da cidade de Matipó.

O *corpus* foi composto por 4 narrativas orais de falantes idosos com mais de 70 anos. Essas entrevistas foram realizadas na zona rural das cidades de Matipó e Abre Campo; duas delas foram realizadas apenas com a presença do pesquisador e do informante, uma vez que eram pessoas conhecidas; para as outras duas, foi-se necessário a presença de uma terceira pessoa que apresentou os informantes e presenciou a realização da entrevista.

Esses dados foram submetidos a uma análise quantitativa realizada com a utilização do sistema VARBRUL e criado por SANKOFF (1975). Conforme a literatura na área, foram considerados como fatores estruturais o tipo de sintagma em que o antropônimo encontra-se (sintagma nominal ou sintagma preposicionado), a referência (introduzido pela primeira vez no discurso ou retomado discursivamente), a função textual (presente em narrativas ou enumerações) e como fatores não-estruturais o grau de intimidade entre os falantes (pessoa pública ou pessoa conhecida) e a localidade residente pelo informante (Matipó e Abre Campo).

Ao se analisar esses dados, encontram-se algumas questões importantes:

- Na cidade de Abre Campo, o fator que mais se destacou como condicionador da ausência de artigo definido foi a presença de preposição; em 87% dos dados analisados encontrou-se a ausência de artigo no contexto de antropônimo diante de preposição. Ao se referir a uma pessoa pública, 75% dos dados dos informantes apresentaram ausência de artigo. Nas enumerações, ocorreu o contrário, a presença de artigo nesse contexto foi de 73% do total.
- Na cidade de Matipó, encontramos uma situação bem diferente. Quanto ao tipo de sintagma, os falantes empregam mais artigo definido em estruturas em que o antropônimo não se encontra preposicionado (76%). Nas estruturas com preposição, o

índice é de 51%. Quanto à referência, os falantes tendem a utilizar menos artigo definido ao introduzir o novo referente no discurso (61%); enquanto que, na hora de retomá-lo, utilizam mais estruturas com artigo (97%). Os informantes também tendem a utilizar o artigo ao se referir a pessoas públicas (55%). Nas narrativas, os informantes utilizam mais estruturas com artigo definido (65%); enquanto que nas enumerações ocorre o inverso: 77% dos dados dos informantes apresentaram a ausência de artigo nesse contexto de antropônimo.

4.5.8 Alves (2008)

O trabalho em questão trata da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro, focalizando a fala dos jovens da cidade mineira de Barra Longa que residem em Belo Horizonte.

O objetivo dessa pesquisa foi o de verificar como os jovens da comunidade de Barra Longa comportam-se com relação à variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Baseando-se em trabalhos anteriores – Moisés (1995) e Mendes (2000), nos quais aquele constata que, em Belo Horizonte, há uma tendência ao emprego do artigo definido e este constata que a comunidade de Barra Longa preserva, em sua fala, a ausência do artigo como traço linguístico que remonta à língua latina; percebe-se então, que as duas cidades, apesar de não muito distantes, possuem padrões divergentes em relação a essa variação.

Alves (2008) parte do pressuposto de que os jovens em questão mantêm em sua fala, a estrutura da comunidade de origem, uma vez que o processo de manutenção ocorre de forma variável e que essa variação pode ser entendida através da análise das redes sociais em que se integram os informantes.

A base teórico-metodológica da pesquisa segue a Teoria da Variação ou Sociolinguística proposta por Labov (1972), segundo a qual a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental para a sistematização e análise do comportamento humano. Os conceitos de manutenção linguística (Milroy, 1992) e de redes sociais (Milroy, 1980) são integrados pela autora nesse estudo da variação linguística de vertente laboviana. Nesses dois últimos trabalhos citados, a idéia de variação e mudança linguística são resultados da interação entre os falantes em contextos sociais, que não pode ser explicada apenas pelo

sistema linguístico ou por fatores sociais que não levam em conta o contexto situacional em que se dá a interação entre os falantes de uma comunidade linguística.

Os dados foram submetidos à utilização do programa estatístico para computadores GOLDVARB/ VARBRUL 2001. Foram utilizados dois *corpora*: o primeiro denominado grupo de Belo Horizonte, sendo constituído de 16 informantes da cidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte, em que foram obtidos 1.163 dados, sendo que a ausência de artigo definido diante de antropônimos correspondeu a 85% dos dados e, a presença, 15%; o que significa que os jovens que residem em Belo Horizonte estão preservando o padrão de sua comunidade de origem. O segundo grupo, denominando grupo de controle, constituído de 4 jovens que permaneceram em Barra Longa, em que foram obtidos 340 dados, nos quais, 95% são de ausência de artigo definido no contexto de antropônimo e apenas 5 % de presença.

Foram controlados 10 grupos de fatores: cinco de natureza linguística – forma como aparece o antropônimo, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do SN, item de uma enumeração e função sintática – e cinco de natureza extralinguística – grau de intimidade do entrevistado com o referente, gênero, convívio com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de origem e tempo de residência em Belo Horizonte.

Alves (2008) menciona que apenas 5 fatores foram selecionados pelo programa e, deles, quatro são extra-linguísticos: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade do entrevistado com o referente, pertinência a redes ligadas a Belo Horizonte, gênero; e apenas um linguístico: função sintática. Para ela, o fato de apenas um fator linguístico ter sido considerado relevante na análise, evidencia a correlação desse fenômeno com variáveis extra-linguísticas.

O grau de intimidade entre o entrevistado e o referente do antropônimo é o único grupo de fator estatisticamente relevante para a análise do fenômeno na fala dos jovens que permanecem em Barra Longa. A presença é favorecida quando o antropônimo refere-se a pessoas consideradas públicas para o informante. A autora ainda percebe que os jovens residentes em Belo Horizonte começam a distanciar do padrão de Barra Longa quando ao antropônimo refere-se a pessoas mais próximas.

O índice de presença de artigo é mais saliente na fala dos homens do que na fala das mulheres, o que contrariou a hipótese da autora de que as mulheres seriam mais sensíveis à variante inovadora.

Ao se observar as redes sociais dos informantes, através da análise do grau de contato com a cidade de Barra Longa, nota-se que o fator gênero só é relevante com relação ao grupo que vai a Barra Longa com frequência, mantendo assim laços fortes com as pessoas da

comunidade de origem. Nesse caso, as mulheres, ao chegarem a Belo Horizonte, passariam a usar a estrutura predominante nessa cidade. Quanto aos jovens que não convivem diariamente com pessoas de Barra Longa em casa ou no trabalho, tendem a usar mais o artigo, passando a preservar menos o padrão de origem do que aqueles que têm contato diário. A análise do fator indivíduo revelou que alguns informantes favorecem a presença de artigo indefinido em sua fala, permitindo estabelecer um vínculo entre seu comportamento linguístico e a alta frequência de contato com a comunidade de origem. Desse modo, Alves (2008) afirma que a atitude de preservar mais ou menos o padrão de Barra Longa está ligada a variáveis sociais, ou seja, àquelas ligadas ao indivíduo ou ao meio em que ele vive.

Na seqüência, teremos o quinto capítulo que trará a apresentação e análise dos dados, trazendo uma descrição sincrônica dos dados extraídos da fala dos moradores da zona rural das cidades de Matipó e Abre Campo, Córrego do Pouso Alto e Córrego dos Lourenços, respectivamente.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo divide-se em três seções: uma sobre a apresentação dos dados (5.1), outra que analisa (5.2) e a última, sobre a discussão dos resultados (5.3). A primeira seção subdivide-se em cinco subseções que apresentam respectivamente a constituição do *corpus*, a coleta dos dados, os critérios utilizados para transcrição, o tratamento realizado com esses dados e os casos que foram excluídos da análise quantitativa. A segunda seção, por sua vez, traz a descrição dos dados em cada localidade, analisando-os sob diversas perspectivas com o objetivo de verificar os fatores condicionantes do fenômeno da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo e de Matipó. A terceira seção trata da discussão dos resultados, trazendo tabelas que resumem todos os dados retratados na seção anterior mostrando os que mais se evidenciaram em cada uma das localidades tanto com relação aos antropônimos quanto em relação aos topônimos.

5.1 Apresentação dos dados

5.1.1. A constituição do corpus

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos da fala de oito informantes: quatro deles moradores da zona rural de Abre Campo e quatro moradores da zona rural de Matipó; na zona rural de cada um desses municípios foi escolhido um córrego específico. Em Abre Campo, todas as gravações foram realizadas com informantes residentes no Pouso Alto; enquanto que, em Matipó, as gravações foram realizadas com informantes residentes no Córrego dos Lourenços.

Além do fator localidade, analisado acima, levou-se em consideração mais três fatores extralinguísticos: gênero, idade e rede social; de acordo com Milroy (1992) esses são fatores intrínsecos ao ser humano. Apesar de o fator escolaridade não ter sido controlado, cabe lembrar que todos os informantes são analfabetos ou semi-analfabetos, tendo, no máximo, cursado até a metade do Ensino Fundamental; isso vai ao encontro do perfil dos informantes do projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), que busca informantes alfabetizados que cursaram, no máximo, até a quarta-série do Ensino Fundamental. Assim também como no

Projeto ALiB, todos os informantes são nascidos nas localidades pesquisadas e de pais também da mesma localidade. O perfil desses informantes pode ser justificado a partir do princípio da representatividade, segundo o qual, “um informante bem escolhido representaria a fala de sua comunidade” (AMARAL, 2003, p. 81).

Com relação à idade do informante, como não se pretendia verificar se havia ou não uma mudança em progresso, mas apenas descrever uma provável variação entre os falantes de faixas etárias diferentes, foram estabelecidas, então, apenas duas faixas etárias e não três, como é de costume nas pesquisas sociolinguísticas. São elas:

Faixa etária 1: de 18 a 30 anos

Faixa etária 2: acima de 70 anos

Não houve problemas para se encontrar informantes que se encaixassem nesse perfil, todos eles se enquadraram no perfil procurado. As tabelas abaixo mostram a relação dos informantes entrevistados para a constituição do *corpus* desta pesquisa.

TABELA 1
Informantes de Abre Campo

Número	Informante	Sexo	Idade
1	I1F87AC	Feminino	87 anos
2	I2F28AC	Feminino	28 anos
3	I3M70AC	Masculino	70 anos
4	I4M29AC	Masculino	29 anos

TABELA 2
Informantes de Matipó

Número	Informante	Sexo	Idade
5	I5F95Mt	Feminino	95 anos
6	I6F30Mt	Feminino	30 anos
7	I7M29Mt	Masculino	29 anos

8	I8M70Mt	Masculino	70 anos
---	---------	-----------	---------

Os rótulos utilizados acima para classificar os informantes apresentam a numeração, o gênero, a idade e a localidade; dessa forma, em I1F87AC, I1 é o informante número um, F é o sexo feminino, 87 é a sua idade e AC é morador da zona rural da cidade de Abre Campo.

Assim como no Projeto ALiB, optou-se por apenas um informante por célula para a constituição da amostra; uma vez que um dos objetivos principais deste trabalho é a descrição dos dados. Do ponto de vista da sociolinguística também, temos BRAGA e NARO (s.d.) que, ao falarem a respeito do número de falantes para constituir uma amostra, dizem que, muitas vezes, o pesquisador sempre pensa em um número imenso de falantes, caindo num estado de depressão profundo do qual dificilmente poderá se libertar:

A mensagem que queremos transmitir é a de que este estado de depressão não se justifica porque o número total de falantes é, de fato, totalmente irrelevante. Do ponto de vista da precisão ou confiabilidade dos resultados obtidos não importa quantos falantes foram relegados ao esquecimento. Importa sim o número dos que foram efetivamente estudados bem como sua distribuição, isto é, se são representativos do grupo, não sendo apenas casos extremos ou pouco comuns. Repetindo, é o número de falantes estudados, isto é, uma amostra de N informantes será tão boa ou tão ruim para uma população de 100 quanto para uma população de 1.000 ou de 1.000.000, as outras coisas sendo iguais. Mas, ainda assim, resta o problema principal: “quantos falantes?”. A resposta depende do grau de variabilidade do fenômeno sob estudo: um fenômeno relativamente uniforme poderá ser estudado com menos falantes do que outro que varia muito de falantes para falante. (BRAGA e NARO [s.d.], p. 1)

Este trabalho ocupa-se mais com a descrição dos dados, por isso levou-se mais em consideração a metodologia de escolha de informantes do Projeto ALiB.

5.1.2 A coleta dos dados

Para os estudos dialetológicos, Ferreira e Cardoso (1996) reconhecem que as entrevistas e as aplicações de questionários podem ser realizadas *in loco* ou por correspondência. Já os estudos sociolinguísticos, requerem uma pesquisa fundamentada no levantamento de dados de discurso real em seu contexto social, o que pressupõe uma pesquisa de campo em que a coleta de dados deve ser realizada no próprio lugar em que ele se manifesta, constituindo-se como uma das etapas mais importantes para o estudo de determinado fenômeno. Essa coleta pode ser realizada pelo próprio pesquisador ou por uma terceira pessoa.

Optou-se, neste trabalho, pela pesquisa *in loco*, realizada pela própria pesquisadora. A presença do pesquisador é a melhor forma de se garantir o tempo mínimo de duração da entrevista, “controlar os tópicos da conversa e elicitare realizações da variável em que está interessado” (TARALLO, 2000, p.20). O fato de a pesquisadora ser moradora de uma das localidades em questão e conhecer as pessoas da outra localidade, integrando assim as duas redes sociais, fez com que se minimizasse o efeito negativo causado pela presença do gravador, facilitando essa neutralidade e a obtenção de uma boa qualidade de amostra de língua vernácula.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio do informante, sendo registrada na própria gravação da entrevista a autorização dos informantes para o uso dos dados. Não lhe foi revelado que o objeto de estudo era o estudo da fala da comunidade em questão, pois isso poderia vedar qualquer possibilidade de se obter amostras de fala espontâneas; a pesquisadora apresentou-se como interessada em pesquisar a história da comunidade, as festas, os hábitos e os costumes da região, entre outras coisas.

As entrevistas tiveram a duração mínima de 30 minutos, durante os quais a pesquisadora tentou extrair do informante o máximo de espontaneidade, através de um clima de conversa informal garantido pela fala descontraída. Tentou-se evitar ao máximo, durante a entrevista, as perguntas diretas, pois elas quase sempre resultam em respostas monossilábicas por parte do entrevistado; tentou-se, na medida do possível, sugerir os temas através de comentários e perguntas indiretas que tinham como objetivo levar o entrevistado a narrar fatos de sua experiência pessoal. Segundo Tarallo (2000, p.22), essas narrativas fazem com que o informante esteja “tão envolvido emocionalmente com *o que* relata que presta o mínimo de atenção ao *como*”. Assim, ao narrar suas experiências pessoais, o informante praticamente deixa de se preocupar com a forma, dando mais atenção ao referente da conversa.

Percebeu-se que, muitas vezes, ao se falar a respeito de um assunto, obteve-se uma resposta rápida seguida de uma pausa em que o informante, ao refletir mais sobre o assunto, retoma sua fala com outra narrativa; a pesquisadora, nesses momentos, optou por manter-se em silêncio aguardando a conclusão do informante. Já em outros momentos, houve a necessidade da pesquisadora narrar, de forma sintética, experiências pessoais para estimular e/ou descontrair o informante.

5.1.3 A transcrição dos dados

As entrevistas foram gravadas com gravador digital de voz (DVR-1920) e depois transcritas; cabe lembrar que essas entrevistas fazem parte do apêndice que se encontra digitalizado no encarte desta dissertação. Como o propósito era o de analisar um fenômeno sintático – estruturas com antropônimos e topônimos precedidas ou não de artigo definido – optou-se por uma transcrição ortográfica que pudesse abarcar algumas marcas de oralidade, apesar de se saber que é impossível preservar-se na escrita todas essas marcas.

Para tanto, foram utilizadas as normas de transcrição que se encontram no quadro que segue abaixo, essas normas foram adaptadas daquelas utilizadas pelo Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC). As modificações surgiram devido à necessidade de adaptá-las aos objetivos da pesquisa e de tornarem, na medida do possível, a transcrição limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados; “o essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém” (MARCUSCHI, 1991, p.9).

QUADRO 2

Normas adotadas para a transcrição das gravações

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	eu tenho o Fernando que é muito amigo... tenho ()... aquele minino do Sô Manel... é amigo de verdade... (I8M70Mt linha 240-241)
Hipótese do que foi ouvido	(hipótese)	porque antigamente os impregado buscava as coisas na fazenda né... (bobo)... então ele arrumava lá... tinha de tudo nas fazenda... (I8M70Mt linha17-18)
Truncamento	/	a Ter/ Nhainha... é... a... a mulher do Alcinar é irmã dele... do Alcinar Machado?... (I3M70AC linha 523)
Interrogação	?	... e num brincava quais nada tamém não sabe?... antigamente... ai... ai... trabalhava o dia intero e de tarde ia socá arroiz...

		(I2F28AC linha 58-60)
Qualquer pausa onde tinha ingenho... munho... ingenho... munho ((tossiu)) feRRA::ria... farmácia... professor de iscola... (I5F95Mt linha 24-26)
Comentários descritivos do transcritor	((comentários))	... num deixava os otro fazê nada... coitados... num tinha dinheiro nem pra cachacinha né? ((risos))... é mesma coisa de escravo né? (I8M70Mt linha 12-13)
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	... falava com a mãe assim... “fica com Deus mãe... que eu tô ino istudá”... ela falava... “vai meu filho... vai com Deus... istuda direitim lá ta... num responde ninguém lá não”... e falava... “comporta igual gente”... (I4M29AC linha 284-287)
Entonação enfática	maiúscula	eu morava LÁ no Pedra Branca... primeiramente na virada de lá fia... depois eu passei po lá de cá... ti... cá eu tive a Mariquita... (I1F87AC linha 10-11)
Prolongamento de vogal	::	... era muita bagunça.. nós mandava mais que as professora... e::::... por isso... e por assim continuava... (I6F30Mt linha 23-24)

OBSERVAÇÕES:

- 1 – Iniciais maiúsculas: só para os nomes próprios ou para as siglas.
- 2 – Números: por extenso.
- 3 – Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
- 4 – Não se anota o cadenciamento da frase.
- 5 – Podem-se combinar sinais. Por exemplo: alongamento e pausa.
- 6 – São utilizados os fáticos: *tá, né?, aí, ah.*

7 – Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

As principais marcas de oralidade adotadas na transcrição ortográfica são²⁰:

- a) a redução dos ditongos: largô < largou, ropa < roupa.
- b) ausência do –r final dos nomes: dotô < doutor, sinhô < senhor.
- c) ausência de –r final em verbos: passá < passar, fazê < fazer.
- d) síncope: falano < falando, subino < subindo.
- e) apagamento de sílabas: abobra danta < abóbora danta, cê < você.
- f) vocalização da palatal: muié < mulher, miozinha < melhorzinha.
- g) elevação/abaixamento das vogais médias pretônicas: minino < menino, iscola < escola.
- h) fenômenos de permuta ou inserção de diferentes segmentos sonoros: alguma < alguma, zoto < outro.
- i) aglutinação com apóstrofe: pau d’aió < pau de alho.

5.1.4 O tratamento dos dados

O primeiro passo realizado no tratamento dos dados foi a verificação do ambiente sintático-oracional de figuração do artigo. Para tanto, foram catalogados todos os sintagmas nominais (SN’s) das entrevistas com o intuito de verificar o percentual de uso ou não de artigo definido e indefinido. Apenas os SN’s referenciais foram considerados e, para essa classificação, adotou-se a definição de Du Bois (1980) para quem um SN só pode ser considerado referencial quando é relevante o suficiente para permitir a abertura de arquivos mentais que garantirão a identificabilidade de menções subsequentes a ele relacionadas.

Desses SN’s referenciais, só aqueles que podiam se combinar com artigo foram considerados, sendo desconsiderados os SN’s que possuíam outras classes gramaticais que se encontravam em posição complementar ao artigo como, por exemplo, os pronomes pessoais, demonstrativos ou relativos.

Após quantificar essas ocorrências, passou-se a analisar, separadamente, a atuação ou não do artigo diante dos antropônimos ou topônimos. Todas as ocorrências foram

²⁰ Todos os exemplos que seguem foram extraídos da entrevista do informante I4F30MT.

selecionadas e, após isso, foram também excluídos os SN's não referenciais e as ocorrências que ocupavam posição complementar ao artigo. Os casos excluídos estão descritos e exemplificados na seção 5.1.5.

Depois de excluídos esses casos, foi definida a variável dependente como composta das duas variantes: ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos. Logo após, as variáveis independentes foram definidas; para tanto, foram considerados 8 (oito) grupos de fatores que estão descritos no quadro abaixo:

QUADRO 3
As variáveis independentes ou grupos de fatores

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	
Grupos	Fatores
1. Localidade	- Pouso Alto – zona rural de Abre Campo - Córrego dos Lourenços – zona rural de Matipó
2. Gênero	- Masculino - Feminino
3. Idade	-18 a 30 anos - acima de 70 anos
4. Tipo de antropônimo	- Nome próprio de pessoa (prenome) - Sobrenome - Apelido - Nome completo - Hipocorístico
5. Grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere	- Pessoa mais próxima - Pessoa mais distante
6. Antropônimos com estrutura de genitivo	- Ausência de artigo definido - Presença de artigo definido
7. Topônimos da cidade natal	- Cidade natal - Outras localidades

8. Tipo de topônimo	<ul style="list-style-type: none"> - Cidade ou distrito - Bairro - Córrego - Fazenda, sítio ou casa - Rua - País - Igreja - Região - Estabelecimento comercial - Serra
---------------------	--

A quantificação desses grupos de fatores não utilizou nenhum programa computacional, foi realizada pela própria pesquisadora, acreditou-se que o maior contato com os dados seria oportuno para desenvolver maior sensibilidade linguística com relação a eles.

O papel desempenhado pelo relacionamento em rede dos informantes de cada uma das localidades foi analisado na subseção 5.2.11; o fato de os informantes serem da zona rural faz com que participem de uma rede social mais densa, o que promove a coesão local e sustenta o emprego de determinada variante. Analisou-se assim a densidade e a multiplicidade desses contatos associadas ao fenômeno da variação linguística em cada localidade.

Conforme já foi informado, passar-se-á, na subseção 5.1.5, a descrever e a enumerar os casos desconsiderados na análise quantitativa.

5.1.5 Casos excluídos da análise quantitativa

Sendo o objetivo deste trabalho analisar a variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos, algumas ocorrências de antropônimos ou topônimos foram excluídas da análise quantitativa pelo fato de não existir a possibilidade de variação ausência/presença de artigo definido ou por apresentarem estruturas em que não foi possível perceber a presença do artigo.

a) Usos não-referenciais do artigo - Conforme citado na seção 4.1.2, além da função referencial, os nomes próprios também podem ser usados exercendo função vocativa ou de nominação didática ou performativa. (LYONS, 1977, p. 178). Como a ausência do artigo parece ser categórica nesses casos, considerou-se que não há variação em relação ao uso do artigo.

- **Função vocativa** - A função vocativa é utilizada para atrair a atenção da pessoa que está a ser chamada ou intimada, chamando a atenção do interlocutor para a presença de alguém ou para lembrar a existência ou importância dessa pessoa. Em vários estudos anteriormente realizados, alguns deles citados na seção 4.5, percebe-se que “se confirma a ausência categórica de artigos em vocativos (...). Vale lembrar que esta ausência tem sido atribuída ao alto grau de especificidade dessa função” (CALLOU, 2000, p.26).

(11) *ô Andréia...* o problema de amizade... eu não sei que ele me tem né?... eu que tenho ele... vai... “coração dos outros é terra que ninguém vai”... (I8M70Mt linhas 238-239)

- **Nominação didática e performativa** - Conforme Lyons (1977, p.179), a nominação didática ocorre quando alguém ensina a outro um nome particular que já está associado por uma convenção pré-existente a uma pessoa ou lugar particular; já a nominação performativa é quando a cerimônia de nomeação acontece efetivamente.

(12) essa professora era minha madrinha... chamava *Natalina Mendes de Almeida...* (I5F95Mt linhas 498-499)

b) Usos metonímicos - Nas ocorrências abaixo, o falante não se refere propriamente a uma determinada pessoa, mas utiliza da metonímia.

(13) de primeira era... era *Lendro e Leonardo...* os cantores mais novos assim... (I7M29Mt linha 38)

c) Antropônimos e topônimos precedidos por demonstrativo - O artigo e o pronome demonstrativo possuem posições excludentes, por isso optou-se pela exclusão:

(14) eu fiquei ali imbuído ali morando numa casa lá imbuído... lá eu tive a Nirza... *essa Nirza...* interei três minutos... (I1F87AC linhas 18-19)

d) Antropônimos ou topônimos precedidos por expressões um(a) tal de, o (a) tal de - Estruturas contendo antropônimos ou topônimos precedidos pelas expressões *um tal de (a), o (a) tal de* foram também excluídas da análise quantitativa.

(15) aí teve um dia que um minino que morava ali em cima... *um tal de Jorge*... foi e prendeu o Jãozim meu primo dento da iscola... **(I6F30Mt linhas 67-68)**

e) Antropotopônimos usados no plural com referência a nomes de família - Foram excluídas estruturas em que os antropônimos foram usados no plural com referências a nomes de família.

(16) ês entrega lá *nos Gardingo* em Matipó... e o leite entrega pros vizim né?... ês marca os dia de buscá e eu deixo o leite... **(I2F28AC linhas 245-246)**

f) Estruturas em que os antropônimos ou os topônimos são iniciados por vogais homófonas aos artigos ou o termo anterior ao artigo definido termine em vogal homófona - Quando os antropônimos iniciaram por vogais homófonas aos artigos ou o termo anterior ao artigo definido terminar em vogal homófona, exclui-se esses casos, por haver grande possibilidade de ocorrer crase entre as duas vogais:

(17) eu sei que ês pusero tudo fora e compraro lá em cima onde foi da... *d' Artina Lorenço da Costa* né?... **(I5F95Mt linhas 458-459)**

(18) vinha pra cá... ia pra lá... falava... “onde cê vai?”... “eu vô pa *Pedra Branca*”... vinha de lá pra cá... **(I1F87AC linhas 254-255)**

g) Antropônimos precedidos por pronome indefinido - O pronome indefinido também ocupa posição de determinante, excluindo a possibilidade de uso do artigo definido.

(19) eu... Calixta de Oliveira Costa... Tuninho... Janjão... *tudo Lorenço da Costa*... Pedro... **(I5F95Mt linhas 21-22)**

h) Repetição do termo falado pelo pesquisador - Exclui-se por o informante estar influenciado pelo pesquisador em sua fala

(20) P: é... você está indo estudar lá no Celinho?

I: lá no *Celim*... **(I7M29Mt linhas 29-30)**

Depois de já definidos os pressupostos teóricos que norteiam esta pesquisa no capítulo 3 e da apresentação dos dados na seção 5.1, passaremos à próxima seção que apresentará a análise dos dados.

5.2 Análise dos dados

Como já foi explicado, este trabalho analisa a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos no português brasileiro, focalizando a fala dos moradores da zona rural de duas localidades mineiras: Abre Campo e Matipó. Observou-se de maneira assistemática que os moradores de Abre Campo pareciam ter preferência a utilizar em sua fala a ausência do artigo definido diante dos nomes próprios; enquanto que, em Matipó, os moradores pareciam ter sua fala marcada pela presença do artigo definido nesse mesmo contexto.

Optou-se por estudar a fala dos moradores da zona rural dessas duas cidades, pois, de acordo com Milroy (1992), esse tipo de comunidade possui laços mais fortes, uma vez que os relacionamentos tendem a ser mais fortes e múltiplos, o que irá caracterizar uma maior preservação dos traços linguísticos da comunidade. Como já foi citado na subseção 5.1.4, foram adotados como grupos de fatores localidade, gênero, idade, tipo de antropônimo, grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere, antropônimos com estrutura de genitivo, topônimos da cidade natal, e tipo de antropônimo, atrelados ao fator rede social.

Trabalhou-se, após a exclusão dos dados já descritos na subseção 5.1.5, com o total de 848 (oitocentos e quarenta e oito) ocorrências, sendo 620 (seiscentos e vinte) antropônimos, assim divididos: 414 (quatrocentos e quatorze) de Matipó e 206 (duzentos e seis) de Abre Campo; e 228 (duzentos e vinte e oito) ocorrências de topônimos, assim divididos: 113 (cento e treze) de Matipó e 115 (cento e quinze) de Abre Campo.

Esta seção divide-se em 12 subseções que apresentam, respectivamente, as considerações iniciais, os antropônimos e os topônimos da quantificação, os resultados nas localidades, os resultados em relação ao gênero, à idade, ao tipo de antropônimo, ao grau de intimidade do informante ao antropônimo a que se refere, à antropônimos em estruturas de genitivo, ao topônimo da cidade natal do informante, ao tipo de topônimo e à análise das redes.

5.2.1 Considerações iniciais

O primeiro aspecto da presente análise diz respeito à ocorrência dos determinantes escolhidos para exame nas entrevistas. Tornava-se necessário saber qual era o ambiente sintático-oracional de figuração do artigo, não se preocupando apenas em analisar os casos em que o artigo ocorria diante dos nomes próprios, mas também diante dos nomes comuns. Para tanto, o primeiro passo foi o de catalogar todos os SN's referenciais das entrevistas, de acordo com Du Bois (1980), conforme explicitado na subseção 4.5.1. Desses SN's referenciais, só foram considerados aqueles que podiam combinar com artigo, sendo desconsiderados os SN's que possuíam outras classes gramaticais que se encontravam em posição complementar ao artigo como, por exemplo, os pronomes pessoais, demonstrativos ou relativos. Cabe lembrar também que, nessa primeira análise, foram considerados os casos de emprego de artigo indefinido, mas que, em análise posterior, esses casos serão desconsiderados por não ser esse o objeto de estudo desta dissertação; da mesma forma, em subseções posteriores, serão desconsideradas análises que envolvam nomes comuns, considerando apenas ocorrências com nomes próprios de pessoas e de lugar.

As tabelas abaixo representam o total de SN's encontrados nas entrevistas realizadas em Abre Campo e Matipó:

TABELA 3

Ocorrência geral de artigo definido e indefinido no SN em Abre Campo

Constituição do SN	Número de ocorrências	Porcentagem (%)
Ø + N	747	35,5 %
Art Def + N	1.095	52 %
Art Indef + N	263	12,5 %
Total de SN's	2.105	100 %

TABELA 4

Ocorrência geral de artigo definido e indefinido no SN em Matipó

Constituição do SN	Número de ocorrências	Porcentagem (%)
Ø + N	1.259	33 %
Art Def + N	2.231	59 %
Art Indef + N	290	8 %
Total de SN's	3.780	100 %

Como se percebe, a porcentagem da ocorrência geral de artigo diante de SN's referenciais nas duas localidades é praticamente a mesma. Percebe-se também que, nas duas localidades, o artigo definido é o elemento que apresenta o maior índice percentual de ocorrência nas duas localidades, seguido pela ausência de artigo e do artigo indefinido.

A menor porcentagem de ocorrência de artigo indefinido pode estar relacionada ao fato de que, no português, a forma padrão de se introduzir referentes novos numa narrativa, segundo Moisés (1995) é o verbo apresentacional (chegar, aparecer, ter, haver *etc.*) seguido de artigo indefinido e nome. “Após essa primeira menção, o SN, desde que seja referencial, aparecerá, nas menções subsequentes, com a forma Art Def + N ou pronominal, ou, ainda, elíptica, podendo ocorrer em qualquer das posições” (MOISÉS, 1995, p.92). Os exemplos abaixo ilustram bem isso:

(21) “ô Totó... ocê tem *uma borracha* pro cê me emprestá?”... falei assim... “tenho... pode virá pro cê pegá”... só que... ele só fez um gestozim assim como se fosse pegá *a borracha... pegô a borracha... (I4M29AC linhas 32-34)*

(22) não... tá morta... êa já morreu... teim uns vinte ano que ela morreu... ela adquiriu *um diabete... (...)* aí foi... mandô o papai í pra Belo Horizonte levano ela... ih num pricisava nada... era só levá no Rio Casca... que já tinha... Manhuaçu tamém tinha... í fazê... coletá o sangue pra discubri o que era... o que... *o diabete* dela era pirigoso... o regime do *diabete* era muito... (I3M70AC linhas 227/ 236-238)

(23) fincaram *um cruzero* ali... no *cruzero... fizeram uma cuberta... onde celebrava missa né?... (I5F95Mt linhas 74-75)*

É interessante ressaltar que, no exemplo (21), além do princípio da introdução do referente com artigo definido e a sua retomada com artigo definido, encontra-se também o

princípio da introdução e da continuidade temática, segundo o qual o referente é sempre introduzido na posição de objeto e retomado na posição de sujeito da frase.

Tais diferenças podem-se explicar pelas leis que determinam, no discurso (e aqui, de forma particular, no discurso narrativo), que o objeto ou participante seja introduzido como um entidade discreta – Art Def + N, geralmente pós-verbal, como anteriormente mencionado –, para depois poder ser retomado através de forma definida plena, de pronome ou de elipse. Daí a maior ocorrência de Art Def à medida que evolui a narrativa e conseqüentemente, a redução no número de figuração de Art Indef (...) (MOISÉS, 1995, p.95)

Du Bois (1980, p.206) considera que, no inglês, “a mais básica função dos artigos é contrastar referentes identificáveis e não-identificáveis”²¹. O que também parece poder ser aplicado no exemplo (24):

(24) um dia invinha da iscola vinha passano *um cavaleiro*... e a mãe tava panhano café pro seu pai... mais... mais a sorte nossa que a porta da cozinha abria só de infia a mão assim no buraco... quês casa antiga... tudo cheia de buraco né?... e conseguia abri a tramela... ai minina... *o cavaleiro* lá vai passano... nós arressorveu mexê com *o cavaleiro*... que todo dia as minina descia tamém pra entrá no rio... a mãe num tava em casa nós ia nadá craro... pra aproveitá o calor... aí nós mexeu com *o cavaleiro* mia fia... cê acridita que *o cavaleiro* correu nós até den de casa?... nós intrô pá dento e *o cavaleiro* ainda rodô em vorta da casa tudo esperano se nós saía... a sorte nossa que nós conseguiu abri a porta pelo buraco... senão nós tinha panhado demais uai... **(16F30Mt linhas 97-105)**

Como se pode observar, nesse exemplo, o uso do artigo indefinido na primeira menção de *cavaleiro* indica que o falante não espera que o ouvinte identifique qual “cavaleiro” está sendo mencionado. Ao contrário das menções subseqüentes que vêm acompanhadas de artigo definido, nesses casos, o informante espera que a identificação por parte do ouvinte seja realizada, ou seja, que era aquele “cavaleiro” que passava pela estrada quando ela vinha de volta da escola. A cada nova menção com artigo definido o informante vai dando mais e mais informações a respeito desse “cavaleiro”.

Apesar de o uso do artigo indefinido, numa primeira menção, anunciar a não-identificabilidade do referente e ativar um arquivo na *consciousness* do ouvinte; cabe lembrar que nem toda menção com artigo indefinido será retomada ao longo do discurso, pois não é sempre que elas desencadeiam um processo de continuidade. “A abertura de um arquivo

²¹ “The most basic function of the English articles is to contrast identifiable and nonidentifiable referents.” (DU BOIS, 1980, p. 206) tradução nossa

mental tende a levantar a expectativa de que o arquivo continuará a ser usado. Isso, no entanto, pode não acontecer. Parece, então, ser importante sinalizar casos em que o arquivo terá pouca ou nenhuma utilização.” (DU BOIS, 1980, p.221)²²

Os fragmentos abaixo exemplificam isso:

(25) não... aquilo era festa de... *uma festa junina*... ela ia embora pra casa né?... aí o rapaiz... dizem que ele lá ia em casa trocá de ropa né?... que ele tava com ropa de... de jeca... ele foi lá tirá ropa... aí... ou foi ou tava voltano de lá da casa dele... aí eu num sei tamém não... aí bateu bobo... num sei se ela tava errada... só sei que ela morreu né?...
(I2F28AC linhas 185-188)

(26) o Geraldim coitadim... foi obrigado a corrê depois praquele Pito acima inté no Arto... pegô *um carro* e de repente chegô aqui... nosso Deus... ah... falei assim... “num vô corrê na frente de política não”... eu nunca corri né?... tive sorte... já fiz bagunça pra daná nesse Matipó... **(I8M70Mt linhas 401-404)**

Percebe-se em (25) e (26) que os SN's não são retomados ao longo da entrevista. Em (25), o termo “uma festa junina” só é citado como forma de justificar o motivo da pessoa ter ido em casa trocar de roupa. Já em (26), percebe-se que o termo “um carro” refere-se a um carro qualquer e não um carro de alguém específico.

No exemplo abaixo, temos uma boa ilustração para o uso do artigo definido, artigo indefinido e do artigo-zero.

(27) nós achô *um purquim*... *um leitãozim* no meio do pasto... ali pra nós... nós largô o mel rosado pum lado... e pìrguntamo se o porco era do Juventino e num era... passamo a mão no *leitão* e trouxe... aí a mãe falô assim... “esse leitão é da Dom Merita”... só que a Dom Merita mora do lado de cá... “é mais esse leitãozim num guentô atravessá o rio né?”... “mas cêis leva *o leitão* e pergunta... senão Dom Merita vai vim cá e falá que ocêis robô *o porco* dela”... eu mais Tetéia quereno pa/... cê mais esperta... fomo lá e falamo assim... escondemo *o leitão*... marramo *o leitão* na corrente... que num tava nem guentano a própria corrente... de tão fiotim... e fomo... chegamo lá... “ô Dona Merita... o::... a

²² “The opening of a new with na a-orm mention tends to raise the expectation that the file will continue to be used, as more information is added to it. Given this expectation, it would be useful to signal cases where little or no urther use will be made of the file.” (DU BOIS, 1980, p. 221) tradução nossa

senhô tá fartano Ø leitão aí?”... eu vim mostrá *o leitão*... que a mãe mandô nós levá *o leitão*... Andréia... nós falô assim... “ô Dom Merita... tá fartano Ø leitão da senhora aí?”... “não mia fia... num tá não... tá todos sete”... eu falei assim... “Dom Nerita... a senhora teim certeza que tá todos sete aí?”... “tá... boba... ês passô aqui agora”... “ah... se passô aqui agora... ô Tetéia... nós pode ficá com *o leitão*...” que *o leitão* num tinha dono... e num teve situação ... num tinha dono... né Andréia?... passamo a mão no *leitão* de novo com aquela bitela de corrente e vortamo pra trais... *o leitão* num tava guentano rastá a corrente... “ah mãe... *o leitão* num teim dono não... os da... os da Dom Merita tá tudo lá”... “cê viu?”... “não... nós num viu não... mas êa falô que os dela tava tudo lá... que êa tinha acabado de vê”... arrumamo o lugazim... pusemo *o leitão*... e ficamo contano já... que iam ingordá *o leitão*... que ia sê *um capadão*... que nós ia vendê... que nós ia tê muito dinheiro... **(I6F30Mt linhas 131-151)**

Percebe-se que alguns princípios discursivos do artigo já citados encontram-se no exemplo (27). A introdução dos participantes no discurso foi realizada através da estrutura Verbo + Art Indef + N e na posição de objeto, ou seja, no SN posposto ao verbo; assim temos: “nóis achô *um purquim*... *um leitãozim* no meio do pasto...”. Esses termos são retomados durante todo o trecho pela estrutura Art Def + N, ora antes ora depois do verbo. Em todas as retomadas, fica bem claro que “o porco” ou “o leitão” a que se está referindo é aquele que foi achado no pasto quando a informante e a amiga Tetéia iam buscar ingredientes para se fazer mel rosado. Duas das menções são marcadas pelo artigo-zero, percebe-se que quando elas perguntam à Dona Nerita se está faltando leitão, elas não estão se referindo a um leitão específico, mas a qualquer um dos leitões da Dona Nerita.

Após termos uma noção geral do uso do artigo no seu ambiente sintático-oracional de forma generalizada, ou seja, incluindo SN’s cujos núcleos são nomes comuns, passar-se-á a analisar, na próxima seção, o artigo definido com relação aos nomes próprios de pessoa e de lugar, foco real deste trabalho.

5.2.2 Antropônimos e topônimos da quantificação

Conforme já mencionado, a hipótese deste trabalho partiu da observação de que a fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e de Matipó apresenta um comportamento variável, mas diferenciado no que diz respeito ao uso do artigo definido

diante de antropônimos e topônimos. O fenômeno é variável nas duas localidades, mas percebe-se que a fala dos moradores da zona rural de Abre Campo é marcada pela preferência a utilizar mais a ausência de artigo definido diante de antropônimos e topônimos e a fala dos moradores de Matipó, por sua vez, apresenta uma tendência a utilizar mais a presença do artigo definido nesse mesmo contexto.

Nas oito entrevistas realizadas com informantes da zona rural dessas duas cidades, foram encontrados 2.105 (dois mil cento e cinco) SN's em Abre Campo e 3.780 (três mil setecentos e oitenta) SN's em Matipó, conforme citado nas considerações iniciais (5.2.1). Ao se excluir os nomes comuns e os casos de artigos indefinidos teve-se, inicialmente, 1.147 (mil cento e quarenta e sete) SN's com antropônimos e topônimos. Após exclusão dos dados descritos na subseção 5.1.5, esse número reduziu-se a 848 (oitocentos e quarenta e oito) SN's com esse tipo de ocorrência, 620 (seiscentos e vinte) de antropônimos e 228 (duzentos e vinte e oito) de topônimos.

TABELA 5

Número de ocorrências de antropônimos e topônimos em cada localidade

Localidade	Antropônimos	Topônimos
Abre Campo	206	115
Matipó	414	113
Total	620	228

Ao se analisar a ausência ou presença do artigo definido nesses SN's formados apenas de antropônimos e topônimos nas duas localidades, conforme virá na subseção 5.2.3, verificou-se que há realmente um comportamento diferenciado de uso de artigo definido nas duas localidades, o que não foi notado quando se realizou uma análise geral dos SN's nas considerações iniciais.

5.2.3 Os resultados nas duas localidades

5.2.3.1 Resultados na zona rural de Abre Campo

Na zona rural de Abre Campo, computou-se um total de 321 (trezentos e vinte e uma) ocorrências de SN's cujo núcleo é um nome próprio; sendo 206 (duzentas e seis) de

antropônimos e 115 (cento e quinze) de topônimos. Das ocorrências de antropônimos 107 (cento e sete) não eram articuladas e 99 (noventa e nove) tiveram a presença do artigo definido. Com relação aos topônimos, constatou-se que 60 (sessenta) ocorrências eram articuladas, ao passo que 55 (cinquenta e cinco) não. O que pode ser observado nas tabelas abaixo:

TABELA 6

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Abre Campo

	Número	%
Presença	99	48%
Ausência	107	52%
Total	206	100%

TABELA 7

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Abre Campo

	Número	%
Presença	60	52%
Ausência	55	48%
Total	115	100%

Os dados contidos nas tabelas (6) e (7) podem ser melhor visualizados no gráfico abaixo:

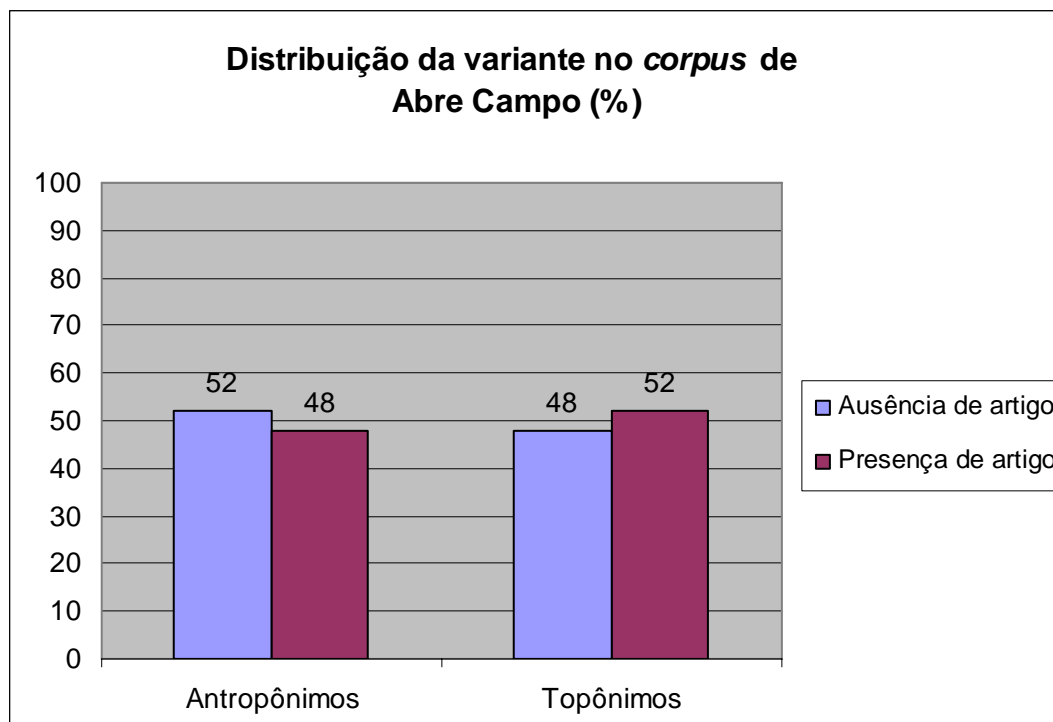


Gráfico 2: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo

Na zona rural de Abre Campo, há a variação do fenômeno em questão e o número de casos de ausência de artigo definido diante de antropônimos é ligeiramente maior do que a presença; ao passo que o número de ausência de artigo definido diante de topônimos é ligeiramente inferior.

5.2.3.2 Resultados da zona rural de Matipó

Na zona rural de Matipó, foram computados um total de 527 (quinhentos e vinte e sete) ocorrências; sendo 414 (quatrocentos e quatorze) de antropônimos e 113 (cento e treze) de topônimos. Das ocorrências de antropônimos, 344 (trezentos e quarenta e quatro) tiveram a presença de artigo definido e 70 (setenta) não foram articuladas. Com relação aos topônimos, constatou-se que 57 (cinquenta e sete) ocorrências eram articuladas, ao passo que 56 (cinquenta e seis) não. As tabelas e gráficos abaixo demonstram de forma mais nítida:

TABELA 8

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Matipó

	Número	%
Presença	344	83%
Ausência	70	17%
Total	414	100%

TABELA 9

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Matipó

	Número	%
Presença	57	50%
Ausência	56	50%
Total	113	100%

Os dados acima serão melhor visualizados no Gráfico (3).

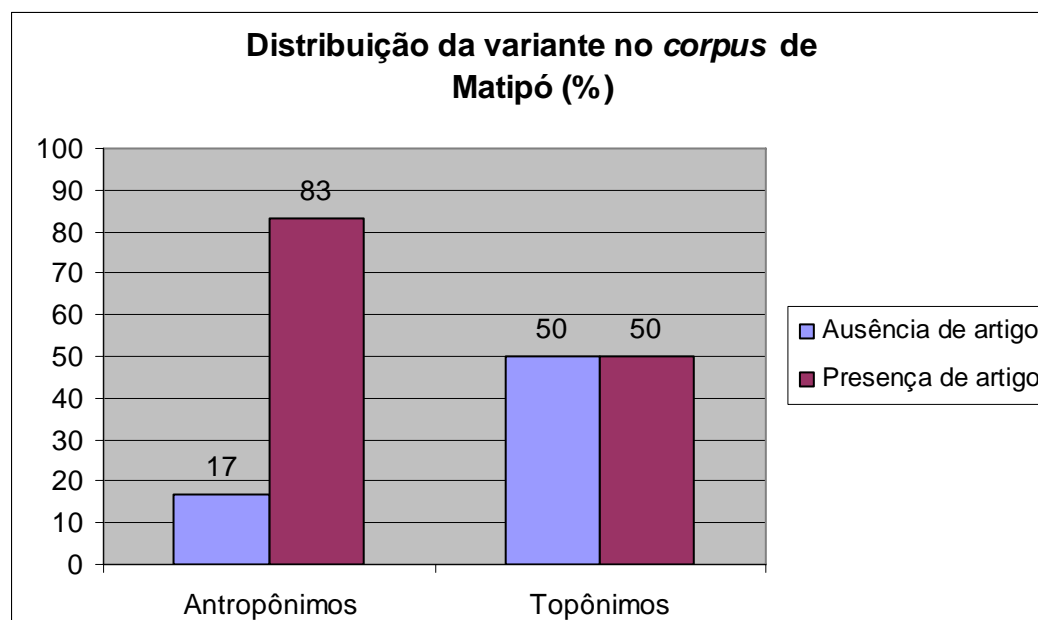


GRÁFICO 3: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Matipó

Observa-se que esse é um fenômeno variável na cidade de Matipó, mas que a diferença sintática com relação à ausência ou à presença de artigo definido, bastante acentuada diante dos antropônimos (17% X 83%), é nula quando se analisam os topônimos.

5.2.4 O fator gênero

Inicialmente, cabe lembrar que essa análise se pauta na visão tradicional de gênero, limitado à noção de sexo biológico. Com base nos estudos de Chambers (1995) e Labov (1972), no que diz respeito a gênero, percebe-se que dentro de um mesmo grupo social, as mulheres tendem a utilizar menos variantes estigmatizadas do que os homens, usando mais as variantes de prestígio do que os homens; além disso, segundo esses mesmos estudos, nota-se que as mulheres adaptam-se melhor linguisticamente do que os homens a uma variada gama de situações sociolinguísticas. Segundo esses autores, essa tendência ao conservadorismo deve-se ao fato de as mulheres serem mais conservadoras do que os homens, inovando menos do que eles; além disso, ao utilizarem as formas de prestígio, elas tentam alcançar *status* social. Para Cameron e Coates (1990), essas conclusões são questionáveis uma vez que a noção de conservadorismo é relativa e a crença de que as mulheres são mais sensíveis ao *status* origina-se do machismo presente nas normas.

Ao analisar o fator gênero nas localidades da zona rural de Abre Campo e de Matipó com relação ao emprego ou não de artigo definido diante de antropônimos e topônimos, chega-se aos seguintes resultados mostrados nas tabelas e gráficos abaixo:

TABELA 10

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Abre Campo – fator gênero

	Mulheres	%	Homens	%
Presença	45	56%	54	43%
Ausência	35	44%	72	57%
Total	80	100%	126	100%

TABELA 11

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de
Abre Campo – fator gênero

	Mulheres	%	Homens	%
Presença	25	51%	35	53%
Ausência	24	49%	31	47%
Total	49	100%	66	100%

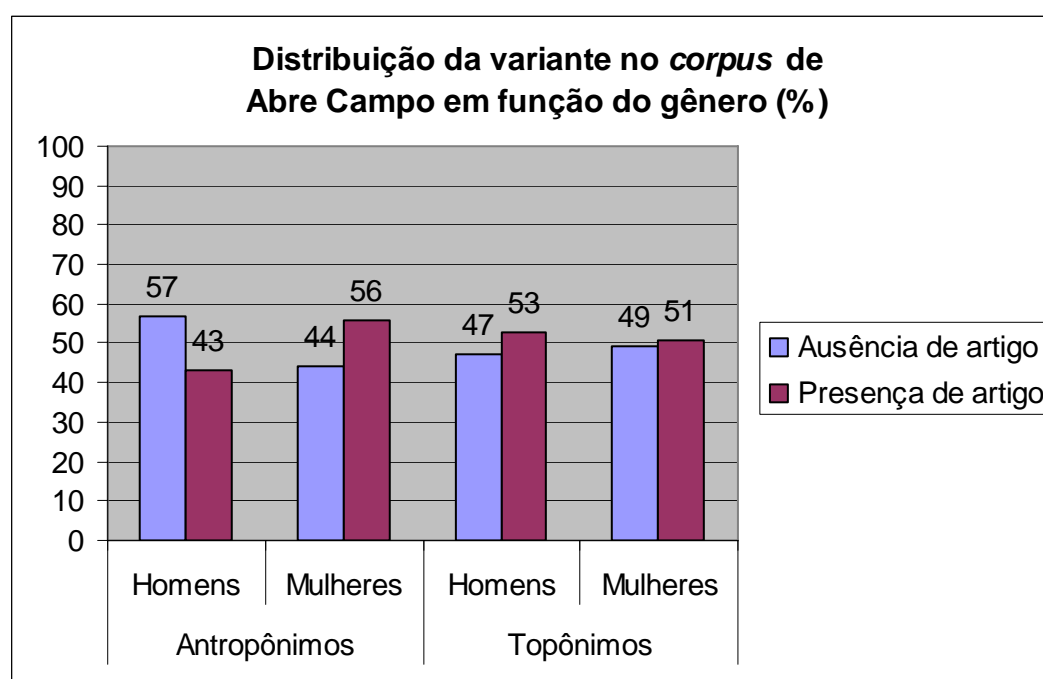


GRÁFICO 4: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo com relação ao gênero

TABELA 12

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de
Matipó – fator gênero

	Mulheres	%	Homens	%
Presença	219	80%	125	90%
Ausência	56	20%	14	10%
Total	275	100%	139	100%

TABELA 13

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Matipó – fator gênero

	Mulheres	%	Homens	%
Presença	37	46%	20	62,5%
Ausência	44	54%	12	37,5%
Total	81	100%	32	100%

Os dados acima serão melhor visualizados no Gráfico (5).

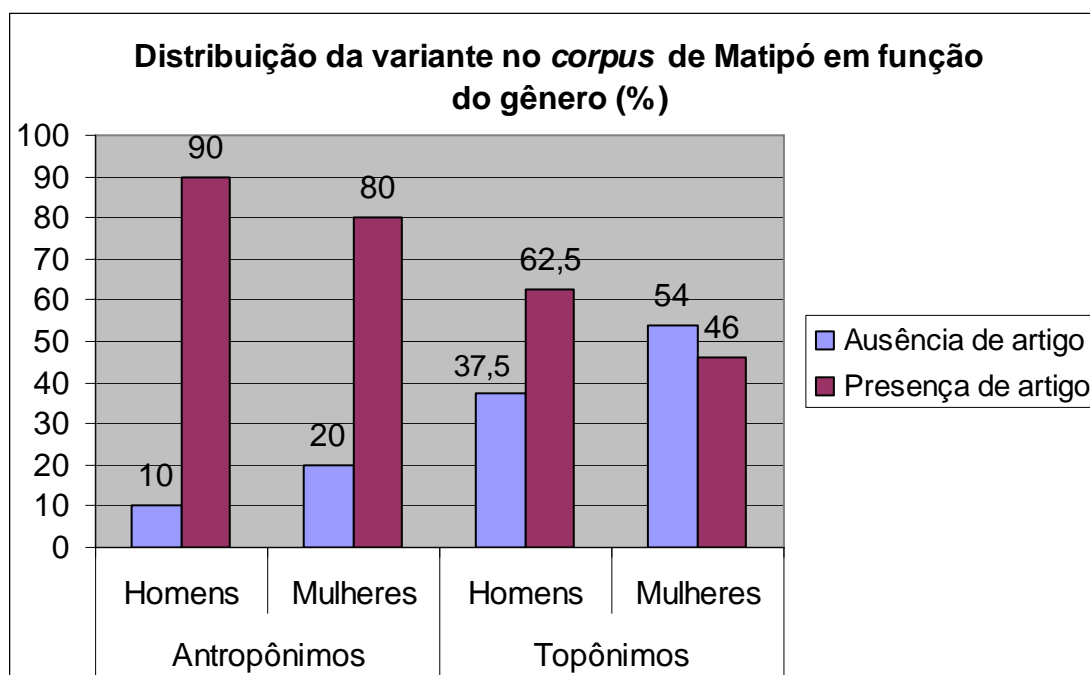


GRÁFICO 5: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Matipó com relação ao gênero

Em Abre Campo, as mulheres usam mais a presença de artigo diante de antropônimo (56%) do que os homens (43%) com relação aos antropônimos. Já com relação aos topônimos, a situação quase se iguala, a variante presença é ligeiramente mais utilizada pelos homens (53%) do que pelas mulheres (51%).

Já em Matipó, com relação aos antropônimos são os homens que mais utilizam o artigo definido (90%) do que as mulheres (80%). A situação se repete com relação aos topônimos, os homens utilizam mais artigo definido (62,5%) do que as mulheres (46%).

5.2.5 O fator idade

Conforme explicado na subseção 5.1.1, os informantes se enquadram em duas faixas etárias: a primeira variando de 18 a 30 anos e a segunda, acima de 70 anos. As tabelas abaixo retratam os resultados da quantificação:

TABELA 14

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Abre Campo – fator idade

	18 a 30 anos	%	acima de 70 anos	%
Presença	48	50%	51	46%
Ausência	38	50%	59	54%
Total	96	100%	110	100%

TABELA 15

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Abre Campo – fator idade

	18 a 30 anos	%	acima de 70 anos	%
Presença	25	51%	35	53%
Ausência	24	49%	31	47%
Total	49	100%	66	100%

O gráfico abaixo apresenta melhor visualização desses resultados:

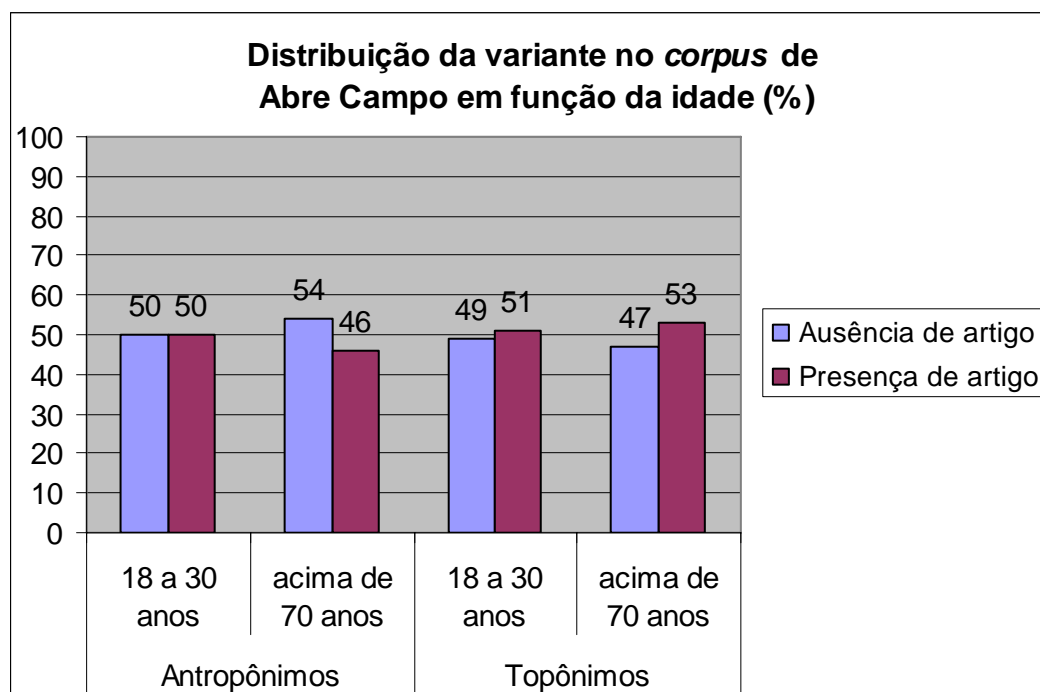


GRÁFICO 6: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Abre Campo com relação a idade

TABELA 16

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Matipó – fator idade

	18 a 30 anos	%	acima de 70 anos	%
Presença	143	90%	201	79%
Ausência	16	10%	54	21%
Total	159	100%	255	100%

TABELA 17

Distribuição da ausência/presença de artigo definido diante de topônimos na zona rural de Matipó – fator idade

	18 a 30 anos	%	acima de 70 anos	%
Presença	8	50%	49	50%
Ausência	8	50%	48	50%

Total	16	100%	97	100%
--------------	-----------	-------------	-----------	-------------

Os dados acima serão melhor visualizados no Gráfico (7).

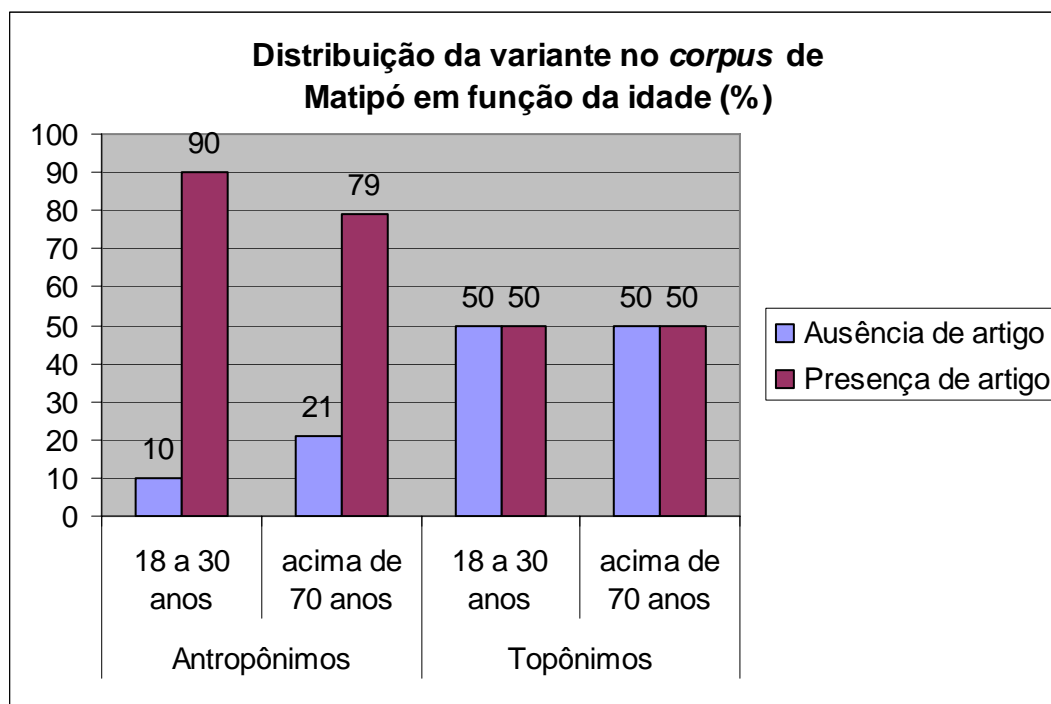


GRÁFICO 7: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na zona rural de Matipó com relação a idade

Como se percebe, o fator idade não foi determinante em Abre Campo para a análise do fenômeno em questão; o uso do artigo definido tanto diante dos topônimos quanto diante dos antropônimos não parece ser motivado pelo fator idade. Em Matipó, o fator idade não influi em nada no uso de artigo diante dos topônimos; mas no emprego diante de antropônimos fica claro que tanto os idosos (79%) quanto os jovens (90%) tendem a utilizar mais o artigo definido nesses contextos, sendo que estes últimos, tendem a utilizar um pouco mais.

5.2.6 Tipo de antropônimo

Nesta subseção, pretende-se analisar se o tipo de antropônimo utilizado pelo informante seria fator responsável pelo fenômeno de variação da presença ou ausência de

artigo definido diante de antropônimos. Para realizar esta quantificação, seguiu-se a divisão proposta por Vasconcellos (1928), na subseção 4.2.2. Assim, tem-se a seguinte subdivisão: nome próprio de pessoa, sobrenome, apelido, nome completo, nome vocatário e hipocorísticos; já o nome vocatário foi desconsiderado desta análise uma vez que, conforme detalhado na subseção 5.1.5, os usos não referenciais do artigo, dentre eles o vocativo, foram excluídos da análise quantitativa. Esta análise foi realizada sob uma perspectiva sincrônica, assim, os apelidos que já foram incorporados como sobrenomes pelo uso, foram interpretados como tal.

Esta análise pode ser observada nas tabelas (18) e (19):

TABELA 18
Tipo de antropônimo em Abre Campo

Tipo de antropônimo	Ocorrências com artigo		Ocorrências sem artigo	
	com	%	sem	%
1. Nome próprio de pessoa (prenome)	60/130	46	70/130	54
2. Sobrenome	1/1	100	0/1	0
3. Apelido	0/0	0	0/0	0
4. Nome completo	6/13	46	7/13	54
5. Hipocorístico	35/60	58	24/60	42

TABELA 19
Tipo de antropônimo em Matipó

Tipo de antropônimo	Ocorrências com artigo		Ocorrências sem artigo	
	com	%	sem	%
1. Nome próprio de pessoa (prenome)	168/191	88	23/191	12
2. Sobrenome	14/15	93	1/15	7
3. Apelido	12/17	71	5/17	29
4. Nome completo	25/38	66	13/38	34
5. Hipocorístico	127/151	84	24/151	16

Em Abre Campo, o número maior de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa, em que 46% dos casos apresentaram presença de artigo e 54% de ausência. Com

relação ao nome completo, houve 46% de presença e 54% de ausência. Os hipocorísticos, por sua vez, tiveram 58% de presença e 42% de ausência; o que é interessante, pois se é o fator intimidade que realmente controla a ausência ou a presença de artigo diante dos antropônimos, são os hipocorísticos os antropônimos que possuem uma carga maior de intimidade ou familiaridade. Cabe lembrar que o fator intimidade será analisado a parte da subseção 5.2.7. A análise dos sobrenomes e apelidos em Abre Campo, apesar de constar na tabela, foi desconsiderada pela pequena quantidade de dados ou sua ausência.

Com relação à Matipó, percebe-se que o maior número de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa; dessas ocorrências, 88% foram articuladas e 12% não. Esse número é seguido pelos hipocorísticos, neles encontramos 84% de presença de artigo definido e 16% de ausência. O maior percentual de artigo ocorreu relacionado aos sobrenomes (93%). Os apelidos tiveram 71% de presença de artigo e os nomes completos 66%.

5.2.7 O grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere

Na subseção 4.3.4.1, viu-se que o fator intimidade é considerado pelas gramáticas tradicionais como fator determinante para o uso ou não de artigo definido diante dos antropônimos; os gramáticos postulam que o uso do artigo definido diante dos nomes próprios denota um tom de familiaridade ou afetividade, assim, antepõe-se o artigo definido diante de antropônimos com o intuito de marcar intimidade.

Porém, ao tratarem o fator intimidade como regra para o emprego do artigo definido nesse contexto, os gramáticos esquecem-se de determinar objetivamente em relação a quem essa intimidade deve estar relacionada, se ao falante, conforme Bechara (1987) e Almeida (1973), ao ouvinte, conforme Souza da Silveira (1960) e Said Ali (1964) ou aos dois. Levou-se em conta, nesta análise, o ponto de vista segundo o qual o fator intimidade está ligado à intimidade que o falante tem com o referente.

Para Amaral (2007), citado na subseção 4.5.6, os falantes usam a variante não predominante, seja ela a ausência ou a presença, para fazer referência a pessoas com as quais não têm nenhum grau de intimidade e a variação predominante para fazer referência às pessoas com as quais possui contato.

A partir desse ponto de vista, essa intimidade foi analisada, inicialmente, de acordo com três divisões: pessoa mais próxima do falante, pessoa mais distante do falante e pessoa pública. Como não houve nenhum caso de figura pública em nenhuma das entrevistas, essa

divisão foi desconsiderada. As tabelas (20) e (21) e o gráfico (8) apresentam o resultado desta análise:

TABELA 20

O grau de intimidade em relação ao referente em Abre Campo

	Pessoa mais próxima	%	Pessoa mais distante	%
Presença	68	47%	31	50%
Ausência	76	53%	31	50%
Total	144	100%	62	100%

TABELA 21

O grau de intimidade em relação ao referente em Matipó

	Pessoa mais próxima	%	Pessoa mais distante	%
Presença	227	89	112	71
Ausência	28	11	45	29
Total	255	100%	157	100%

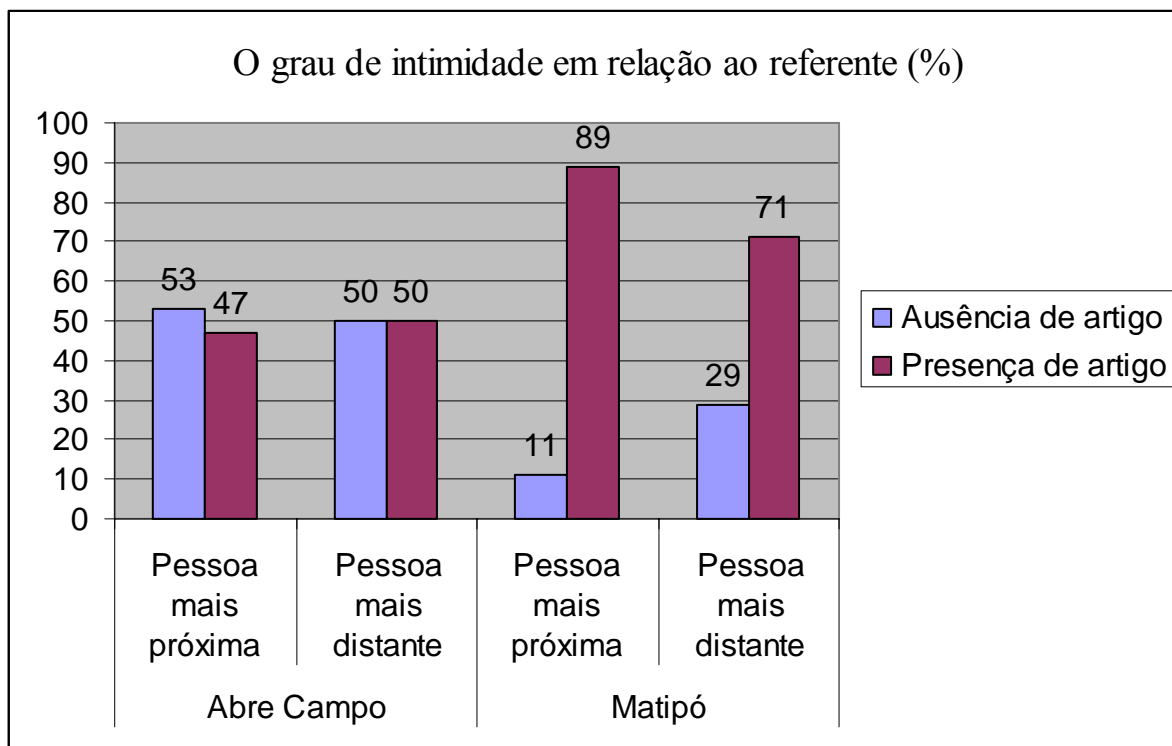


GRÁFICO 8: Grau de intimidade com relação ao referente nas localidades de Abre Campo e Matipó

Em Abre Campo, o fator intimidade não interfere na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos com relação a pessoas mais distantes e interfere ligeiramente com relação a pessoas mais próximas. Já em Matipó, percebe-se que o artigo é predominante tanto no emprego com relação a pessoas mais próximas quanto no emprego com relação a pessoas mais distantes, sendo um pouco mais relevante no primeiro caso; em contrapartida, ao se analisar apenas a ausência nessa mesma localidade, fica claro que quando se trata de pessoa mais distante, os falantes empregam muito mais a ausência de artigo definido (29%), ao passo que, ao se referirem a pessoas mais próximas, empregam muito menos essa ausência (11%).

Uma questão discutida na subseção 4.3.4.1 que será retomada aqui, relaciona-se com o fato dos gramáticos colocarem o fator intimidade como regra para o uso do artigo diante de antropônimos, torna-se necessário saber duas coisas: primeiro, o que bloquearia esse sentimento de intimidade em algumas épocas ou em determinadas regiões, pois não se pode dizer que alguns falantes em determinadas épocas ou em determinadas regiões sejam incapazes ou desprovidos de intimidade; nos dados desta dissertação percebe-se que alguns

falantes usam, mais de uma vez, um mesmo nome próprio ora articulado ora não, ou vice-versa, conforme se observa nos exemplos abaixo:

(28) não... nasci na... na Pedra Branca que eu tô falano com cê é quando:: eu casei... que eu tive o... o primero minino... já foi na virada de lá... eu... eu troquei com meu pai né?... eu já tava isperano *Ø Eli*... já tinha dois ano de casada já... tava isperano *o Eli*... aí o Juaquim falô... não... agora faz assim... ê::... ê:: ... ele rematô um... o terreno da virada de lá... ê falô assim.. cois assim... agora nós troca... ocê vem pra cá e:: e... ele passa lá pra... pra casa de lá... e eu... e eu... eu... eu fico aqui... tomano conta aí... aí fiquei lá... tive *o Eli* lá... quando foi... quasi ganhano Mariquita eu... eu vortei pra cá e ele foi pra lá... **(I1F87AC linhas 43-50)**

(29) e *o Ricardo* gritava que num morreu... *Ø Ricardo* batia até a mão no volante... “num morreu não... Léia!”... falei... “morreu!”... aí foi mia fia... e acarmô eu... eu pensei assim... **(I6F30Mt linhas 659-661)**

(30) pro seu avô num gostava de minino no sirviço... eu trabaiava pro Tunim... eu fui cumeçá a trabaiá pro *Seu Nhonhô* mesmo eu tava cum quinze ano... aí num saí mais não... os zoto num sabe... mais *Ø Seu Nhonhô* gostava do sirviço bem feito demais... minino era mei maçadô né?... ê num gostava não... **(I8M70Mt linhas 506-507)**

(31) eu cheguei e fiquei bem na frente do portão assim... bem na frente... sabia que era ela que ia abrir o portão... ela chegô a abrir o portão e olhô bem na minha cara... tava *a Madalena* e essa menina... essa minina lá... eu isquici até o nome do rai da muié já... nós tão cunversano aqui... Amélia... tava Amélia e *Ø Madalena*... abrino o portão... essa sonseira chegô perto de mim e falô assim... “ocê aprendeu?”... eu falei assim... “ô... num tô mexeno com ocê não... cê vai pra puta que pariu e me larga eu quieto”... mandei a mulher pra puta que pariu... falei assim... “ah... arrumei otro pobrema”... a sorte minha é que *Ø Madalena* falô assim... “ô ... o minino já tá nervoso que ele perdeu aula... perdeu tudo... perdeu matéria... perdeu um punhado de treim aí... e ocê ainda vai mexê com ele?... que que ocê tá cassando?... eu num vô fazê na/... mais nada não”... **(I4M29AC linhas 292-302)**

Nota-se pelos exemplos (28), (29), (30) e (31) que os falantes ora empregam os antropônimos articulados, ora não. Ao analisarmos o grau de intimidade entre o falante e o referente, percebemos que em (28) a informante fala do filho, em (29) de um vizinho íntimo,

em (30) de um antigo patrão e, em (31), da diretora da escola. Percebe-se que o grau de intimidade com relação aos diversos referentes difere, mas, ao mesmo tempo, ora esses antropônimos são articulados ora não; se é uma regra, como postulam as gramáticas tradicionais citadas na subseção 4.3.4.1, não poderia ser variável. Os dados quantificados e os exemplos acima servem para nos mostrar que o parâmetro intimidade ou familiaridade do referente do antropônimo influi sim no emprego de artigo definido diante de antropônimos – o que pode ser observado na fala dos moradores da zona rural de Matipó –, mas não deve ser visto uma regra categórica.

5.2.8 Antropônimos em estruturas de genitivo

Decidiu-se por verificar se a presença do antropônimo em estrutura de genitivo seria um fator relevante estatisticamente na ausência/presença de artigo definido, conforme citado na subseção 4.3.4.1. A tabela 22 retrata o resultado dessa quantificação.

TABELA 22

Análise das ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo em Abre Campo e Matipó

	Abre Campo	%	Matipó	%
Presença	18	54	62	91
Ausência	15	45	6	9
Total	33	100%	68	100%

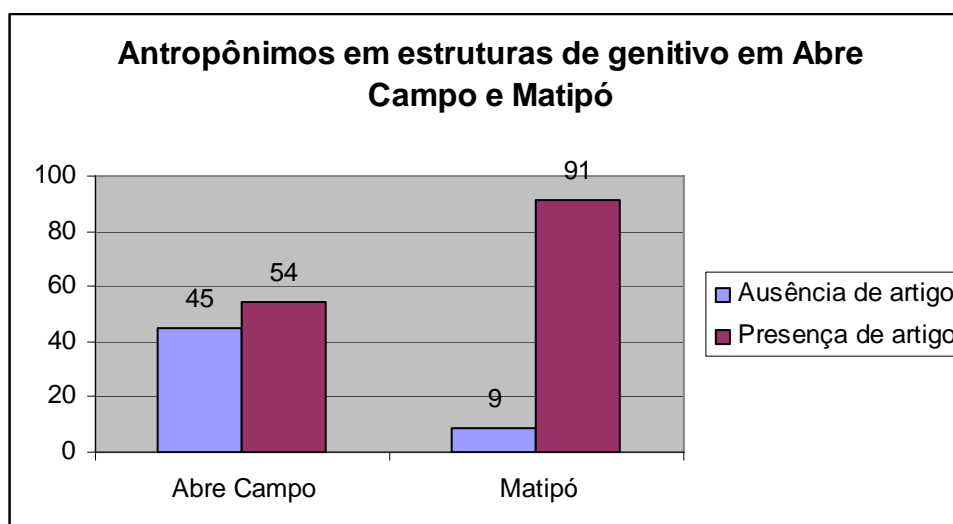


GRÁFICO 9: Ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo em Abre Campo e Matipó

Como se percebe, a ausência/presença de artigo definido nas ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo é bem diferente nas duas localidades. Em Abre Campo, há uma ligeira tendência ao uso de artigo definido (54%); enquanto que, em Matipó, a presença de artigo definido nesse tipo de estrutura é quase absoluta (91%). Essa diferença de percentual explica o “estranhamento” percebido por certos falantes e que aparece como marca de distinção da fala dos moradores dessas localidades. São estruturas como as que seguem abaixo que servem de exemplo para os moradores de Abre Campo e Matipó quando querem referir à variação da ausência/presença de artigo definido diante dos antropônimos:

(32) aí ela pegô e ficô naquele treim e falô com a tia *de Ø Bráulio...* tia *de Ø Solange* aí... que tava... era cantinera aí... e falô assim... “cê vai ficá com ele aí até meio-dia”... e me largô sem recreio né?... **(I4M29AC linhas 61-63)**

(33) eu... e a Antônia... Ister... e Sebastiana... istudava lá trás na virada de lá... na casa do... do... do... *do Sô Vergílio Queiroiz...* **(I1F87AC linhas 141-142)**

(34) mais lá tinha uma purção de... de rapaiz de Manhuaçu... de Matipó... fio *de Ø Chico Toledo...* **(I3M70AC linhas 17-18)**

(35) é igual a Gabriela *do Geraldinho* ali ó... uma minina daquê tamaninho ó... cê manda êa pegá o livro... ela lê e iscreve normal... **(I7M29Mt linhas 167-169)**

(36) e eu mais o Gerardim saímo correno... e a estrada aqui era buraco puro... chegamo na casa *de Ø Solange...* do Ricardo seu irmão... **(I6F30Mt linhas 634-635)**

(37) era tudo assim... o... a Sinsinha *do Zé Pidrim* cê sabe quem é né?... num sei se cê lembra... **(I5F95Mtlinhas 705-706)**

As estruturas acima formam um sintagma preposicional constituído de preposição, ausência/presença de artigo definido e antropônimo. Esse sintagma liga-se a um nome anterior estabelecendo uma relação de posse.

Cabe destacar que na entrevista da informante I6F30Mt encontramos 20 (vinte) casos de antropônimos em estruturas de genitivo; desses 20 (vinte) casos, apenas 1 (um) aparece desarticulado e é justamente o exemplo (36); a informante da zona rural de Matipó refere-se nesse caso a uma amiga e vizinha sua que nasceu no Córrego do Pouco Alto, zona rural de Abre Campo, que possui a fala marcada pela preferência a utilizar estruturas com ausência de artigo definido. Logo após se referir à “casa de Ø Solange”, a informante refere-se imediatamente ao marido dessa sua amiga “do Ricardo”; é interessante pois a preferência à estrutura “casa de Ø Solange” pode estar influenciada pela fala da própria pessoa referida.

5.4.9 Os topônimos da cidade natal

Analizou-se também se os informantes tinham um comportamento diferenciado em cada uma das localidades ao mencionar topônimos de sua cidade de origem com relação a topônimos de cidades que não eram a sua. As tabelas (23) e (24) e gráfico abaixo retratam essa análise:

TABELA 23

Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido diante dos topônimos da cidade natal em Abre Campo

	Cidade natal	%	Outras localidades	%
Presença	22	56	39	51
Ausência	17	44	37	49
Total	39	100%	76	100%

TABELA 24

Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido diante dos topônimos da cidade natal em Matipó

	Cidade natal	%	Outras localidades	%
Presença	35	71	15	23
Ausência	14	29	49	77

Total	49	100%	64	100%
--------------	-----------	-------------	-----------	-------------

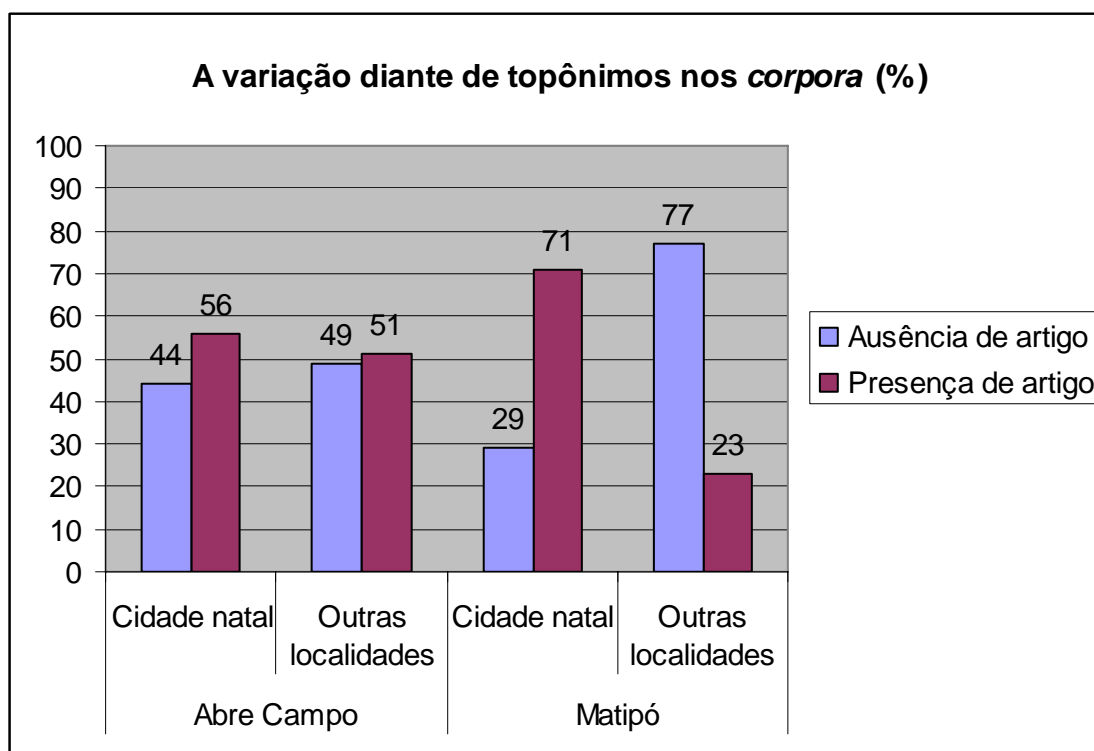


GRÁFICO 10: Distribuição da variante ausência/presença de artigo definido diante de topônimos com relação à cidade natal do informante nas localidades de Abre Campo e Matipó

Percebe-se que em Abre Campo esse fator não foi determinante; mas que, em Matipó, os falantes tendem a utilizar o artigo para se referirem aos topônimos de sua cidade natal, ao passo que usam a ausência de artigo para se referirem aos topônimos de outras localidades, isso pode ser atrelado também ao fator intimidade: a relação de proximidade com os topônimos da cidade natal é muito maior, o que justifica o uso do artigo; quando se trata de topônimos de outras localidades, não existe ou quase não existe esse tipo de relação, o que justificaria a ausência do artigo definido.

5.2.10 O tipo de topônimo

Conforme a subseção 4.3.4.2, os gramáticos analisam o uso do artigo definido diante de topônimos como muito variável, as regras postuladas por eles também variam muito. Quase todos postulam apenas que alguns nomes repelem artigo e outros não, sem dar uma explicação lógica para isso. Alguns gramáticos como Almeida (1952) e Silveira Bueno (1955)

analisam que a maioria dos topônimos são usados com artigo, salvo raras exceções que não são descritas. Mira Mateus (1983) também postula a regra do uso de artigo definido diante de nomes geográficos, a menos que esse nome seja historicamente formado a partir de um nome comum. Sacconi (2006) tenta normatizar o uso do artigo definido diante de topônimos tentando formular uma regra em que o uso seja justificado pelo tipo de topônimo, mas o que se vê são regras superficiais que possuem mais exceções do que normatizações. Ao analisar o uso do artigo definido pelos informantes da presente pesquisa com relação ao tipo de topônimos, pretendia-se verificar se esse fator seria responsável pelo fenômeno de variação; após quantificação dos dados, chegou-se aos resultados apresentados nas tabelas (25) e (26):

TABELA 25

Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido com relação ao tipo de topônimo em Abre Campo

Tipo de topônimo	Ocorrências com artigo	%	Ocorrências sem artigo	%
1. Cidade ou distrito	43/95	45	52/95	55
2. Bairro	2/4	50	2/4	50
3. Córrego	6/7	86	1/7	14
4. Fazenda, sítio ou casa	3/3	100	0/3	0
5. Rua	0/0	0	0/0	0
6. País	0/0	0	0/0	0
7. Igreja	0/0	0	0/0	0
8. Região	1/1	100	0/1	0
9. Estabelecimento comercial	2/2	100	0/2	0
10. Serra	2/2	100	0/2	0

TABELA 26

Análise da ocorrência de ausência ou presença de artigo definido com relação ao tipo de topônimo em Matipó

Tipo de topônimo	Ocorrências com artigo	%	Ocorrências sem artigo	%
-------------------------	-------------------------------	----------	-------------------------------	----------

1. Cidade ou distrito	28/81	35	53/81	65
2. Bairro	6/7	86	1/7	14
3. Córrego	2/4	50	2/4	50
4. Fazenda, sítio ou casa	9/14	64	5/14	36
5. Rua	2/2	100	0/2	0
6. País	1/2	50	1/2	50
7. Igreja	2/3	67	1/3	33
8. Região	0/0	0	0/0	0
9. Estabelecimento comercial	0/0	0	0/0	0
10. Serra	0/0	0	0/0	0

Em Abre Campo, o número de ocorrências de alguns fatores não é suficiente. Quase todos os topônimos referem-se a nomes de cidade ou de distrito, sendo vista uma leve tendência a utilizar esses nomes sem artigo definido (55%); já os nomes de córrego, foram quase todos utilizados com a presença de artigo (86%).

Em Matipó, o número de ocorrências de diversos fatores também não é suficiente. Assim como em Abre Campo, a tendência é não se empregar artigo definido diante de nomes de cidade ou distrito, sendo que o percentual de empregos sem artigo nessa cidade é um pouco maior (65%). Já os nomes de fazenda, sítio ou casas, tendem a ser empregues com artigo definido (64%); assim como os nomes de bairro (86%).

5.2.12 Análise das redes

Um estudo da rede social de uma comunidade é uma forma de se representar a organização social; esse estudo pode ser realizado tendo por base tanto a extensão dos nós da rede – os contatos interindividuais – quanto a densidade da relação entre os nós – a qualidade das relações interindividuais. Com esse tipo de estudo conhece-se os padrões e conflitos das comunidades que possibilitam ao pesquisador “dar conta das diferenças sistemáticas no uso da linguagem entre indivíduos e entre subgrupos da população os quais, em termos de *status* social, são homogêneos.” (MILROY, 1980, p.17).²³

²³ “Account for systematic differences in language use between individuals, and between subgroups in the population o communities which, in terms of social status, are relatively homogeneous” (MILROY, 1980, p. 17) tradução nossa

A análise da estrutura da rede permite analisar a estrutura social. A densidade e a multiplicidade funcionam como indicadores das pressões das normas e valores sobre os indivíduos; assim, quanto mais densa e mais múltipla for uma rede social, maior a estabilidade linguística nesse grupo; quanto mais frouxa for essa rede, mais sujeita a variações estará a fala dessa comunidade.

Milroy (1980) ressalta a importância do sentimento de pertença dos indivíduos a uma comunidade e o grau de identificação com um grupo. Assim, se a identidade do grupo estiver envolvida no emprego de uma variante linguística, a comunidade em que essa identidade se constitui deve corresponder a um grupo coeso ao qual as pessoas tenham consciência de pertencer.

(...) não é a classe baixa o que determina o emprego de variantes não-padrão, mas identidade de grupo que, por sua vez, nasce de uma coesão originada pelas próprias condições de sobrevivência do grupo, de suas práticas sociais, que se dão basicamente num único território. Os bairros de classe trabalhadora investigados por Milroy em Belfast, como os de outras grandes cidades européias e norte-americanas, são habitados por pessoas que, em função de limitadas condições sócio-econômicas, não apresentam grande mobilidade territorial. Interação socialmente no próprio bairro, o que contribui para que desenvolvam um forte sentimento de pertença a ele, como se fossem os proprietários daquela área da cidade. Esse sentimento de pertença ao bairro, e o valor social (positivo) a ele atribuído, Milroy denomina *localismo*. (BATTISTI *et al.*, 2007, p.6)

As normas sociais, entre elas o uso linguístico, serão sustentadas por esse sentimento de pertença a um determinado lugar, estando esse sentimento também relacionado a fatores como contiguidade física, vizinhança e relações sociais. Desse modo, indivíduos que fazem parte de uma rede social mais densa e quase sempre multipléxica, interagem com maior frequência dentro de um território definido. É nesse ponto que se torna interessante considerar os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais das duas localidades pesquisadas descritos no capítulo 2 desta dissertação.

A rede dos 4 informantes considerados em cada localidade foi analisada tanto na dimensão da densidade quanto na dimensão da multiplexidade, sendo analisados tanto o número e tipo de contatos quanto o grau dos relacionamentos interindividuais. Todas as informações consideradas foram obtidas juntamente com os informantes, sendo considerado também o conteúdo das entrevistas. Com base nessas informações, foi-se criado o quadro que segue abaixo:

QUADRO 4

Graus de relacionamento em rede em Abre Campo e Matipó.²⁴**1. Primeiro grau**

1A - Marido ou mulher.

1B - Pai ou filho.

2. Segundo grau

2A - Tios, sobrinhos, primos, genro, nora ou cunhados com interação.

2B - Colega de trabalho com interação.

2C - Amigo íntimo.

2D - Vizinho íntimo.

3. Terceiro grau

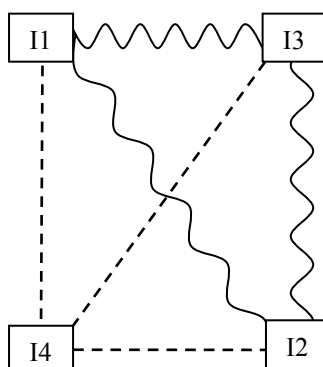
3A - Amigo não-íntimo.

3B - Vizinho não-íntimo.

3C - Colega de trabalho sem interação.

3D - Tios, sobrinhos, primos, genro, nora ou cunhados sem interação.

Assim, tentou-se criar a rede das duas localidades que pode ser observada nas figuras (30), (31) e (32), (33), que retratam Pouso Alto, em Abre Campo, e Córrego dos Lourenços, em Matipó, respectivamente. Cada informante é simbolizado por um retângulo, linhas negritadas unem informantes com relacionamento de primeiro grau, linhas onduladas unem informantes com relacionamento de segundo grau e as linhas tracejadas unem informantes com relacionamento de terceiro grau. Linhas abauladas mostram o número maior de contatos que os informantes possuem entre si, indicando a multiplexidade da rede.



²⁴ Esse quadro foi criado com base em Battisti, 2007, p.19.

Figura 30 – Representação da densidade da rede do Córrego do Pouso Alto, em Abre Campo

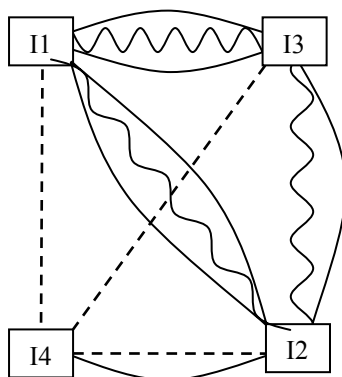


Figura 31 – Representação da multiplicidade da rede do Córrego do Pouso Alto, em Abre Campo

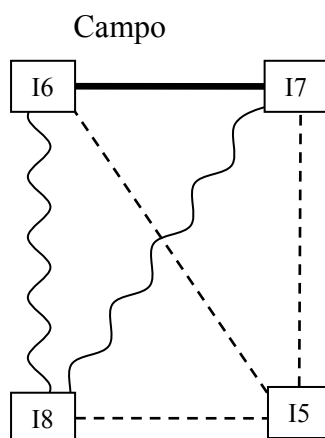


Figura 32 – Representação da densidade da rede do Córrego dos Lourenços, em Matipó

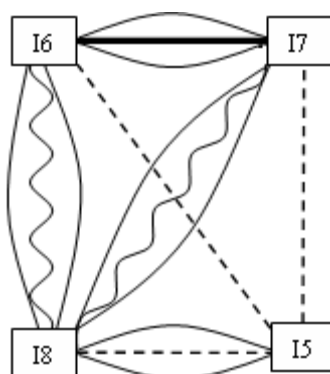


Figura 33 – Representação da multiplicidade da rede do Córrego dos Lourenços, em Matipó

Como se percebe, tanto os informantes de Abre Campo, como os de Matipó interagem entre si através de uma rede de 6 (seis) contatos cada; os membros das redes de cada localidade se conhecem mutuamente, o que confirmam os cálculos de frequência e a multiplicidade dos laços. A tabela 27 mostra a frequência de contato nas localidades, discriminados por grau:

TABELA 27
Frequências de contatos na rede

	Abre Campo	Matipó
Grau 1	0 (0 %)	1 (17%)
Grau 2	3 (50 %)	2 (33 %)
Grau 3	3 (50 %)	3 (50 %)
Total	6 (100%)	6 (100%)

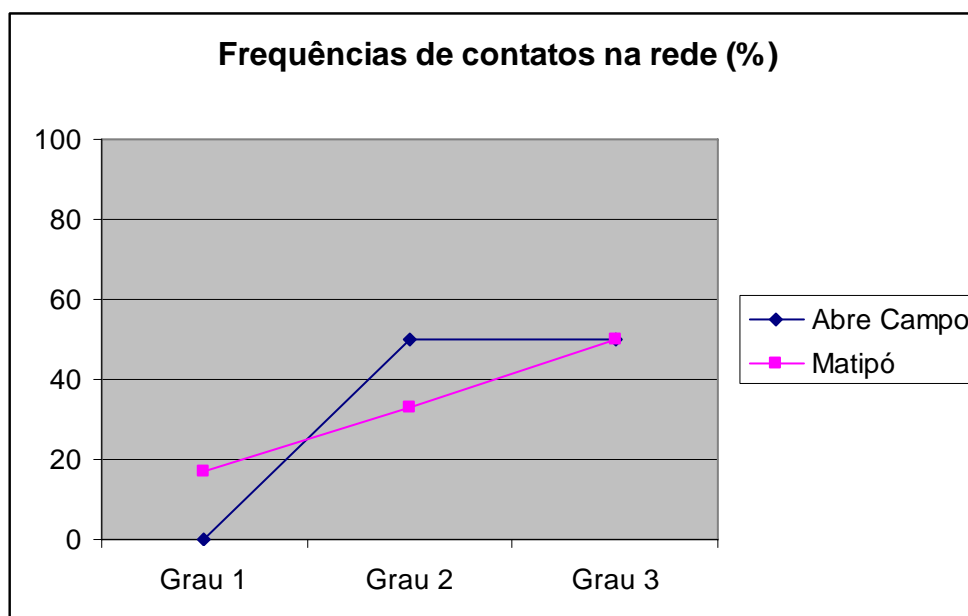


GRÁFICO 11: Frequências de contatos na rede nas localidades de Matipó e Abre Campo

Os informantes estão ligados por laços íntimos, reforçadores do vernáculo local; isso pode explicar o fato de que, em cada localidade, sejam mantidas normas linguísticas

diferentes no que diz respeito ao emprego do artigo definido diante de antropônimos e topônimos. As comunidades formam um grupo coeso em que as pessoas possuem uma identidade social e linguística bem definida. A manutenção das particularidades linguísticas de cada comunidade ocorre através de uma espécie de acordo ou aceitação das normas particulares de uso na norma da comunidade.

Ao tentar se investigar o papel da rede social no fenômeno da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos e de topônimos na zona rural de Abre Campo e Matipó, respectivamente, Pouso Alto e Córrego dos Lourenços; examinou-se a correlação entre a frequência do uso ou não de artigo nesse contexto na fala de cada informante.

TABELA 28

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo com relação ao indivíduo

	Ocorrências com artigo	%	Ocorrências sem artigo	%
I1F87AC	21/44	48	23/44	52
I2F28AC	24/36	67	12/36	33
I3M70AC	30/66	45	36/66	55
I4M29AC	24/60	40	36/60	60

TABELA 29

Ausência ou presença de artigo definido diante de topônimos em Abre Campo com relação ao indivíduo

	Ocorrências com artigo	%	Ocorrências sem artigo	%
I1F87AC	25/35	71	10/35	29
I2F28AC	0/14	0	14/14	100
I3M70AC	23/50	46	27/50	54
I4M29AC	12/16	75	4/16	25

TABELA 30

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Matipó com relação ao indivíduo

	Ocorrências com artigo	%	Ocorrências sem artigo	%
I5F95Mt	128/171	75	43/171	25
I6F30Mt	91/104	87,5	13/104	12,5
I7M29Mt	52/55	95	3/55	5
I8M70Mt	73/84	87	11/84	13

TABELA 31

Ausência ou presença de artigo definido diante de topônimos em Matipó com relação ao indivíduo

	Ocorrências com artigo	%	Ocorrências sem artigo	%
I5F95Mt	37/80	46	43/80	54
I6F30Mt	0/1	0	1/1	100
I7M29Mt	8/15	53	7/15	47
I8M70Mt	12/17	71	5/17	29

Nota-se que o modo de falar de cada informante, em quase todos os casos, tende a acompanhar, ou seja, a ser similar ao modo de falar dos seus contatos na rede. Essa correlação mostra que os indivíduos inseridos em rede compartilham práticas linguísticas parecidas entre outras práticas sociais quando estão em interação.

5.3 Discussão dos resultados

Para se ter uma visão mais clara de todos os resultados, apresentar-se-ão aqui quadros que englobarão todos os resultados anteriores. No quadro (5) tem-se os resultados relativos aos antropônimos em Abre Campo:

QUADRO 5

Resultado geral da quantificação dos antropônimos em Abre Campo

	Presença (%)	Ausência(%)
Mulheres	56	44

Gênero	Homens	43	57
Idade	18 a 30 anos	50	50
	Acima de 70 anos	46	54
Tipo de antropônimo	Nome próprio de pessoa(pré-nome)	46	54
	Sobrenome	100	0
	Apelido	0	0
	Nome Completo	46	54
	Hipocorístico	58	42
Grau de intimidade com relação ao antropônimo a que se refere	Pessoa mais próxima	47	53
	Pessoa mais distante	50	50
Distribuição de Qv no <i>corpus</i>	—	60	40
Antropônimos em estruturas de genitivo	—	54	0
Fator indivíduo	1F887AC	48	52
	I2F228AC	67	33
	I3M70AC	45	55
	I4M29AC	40	60

Em Abre Campo, a ausência de artigo definido diante dos antropônimos predomina ligeiramente na fala dos moradores da zona rural (52%). Os fatores que mais determinaram esse predomínio foi o gênero, os homens utilizam mais ausência de artigo definido em sua fala nesse tipo de estrutura (57%); seguido do fator idade, pessoas com mais de 70 anos de idade falam com mais ausência do que os mais jovens (54%); com relação ao tipo de antropônimo, é utilizado mais ausência nos nomes próprios de pessoa (54%) e nos nomes completos (54%); se analisarmos o grau de intimidade com relação ao antropônimo a que se refere, verifica-se que a ausência predomina quando se fala de pessoas mais próximas (53%).

A presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural de Abre Campo, por sua vez, ocorre relacionada ao gênero através da fala das mulheres que utilizam mais esse tipo de estrutura (56%). Com relação ao tipo de antropônimo, verifica-se que os hipocorísticos favorecem mais a presença de artigo definido (58%); quanto ao sobrenome, o número de ocorrências é único, o que impede que se faça alguma afirmação.

Com relação ao fator indivíduo, com exceção do informante 2 (I2), todos os demais informantes tem a fala ligeiramente marcada pela tendência a utilizarem mais a ausência de artigo definido diante de antropônimos.

O quadro (6) traz também os dados de Abre Campo, mas agora relativos aos topônimos:

QUADRO 6
Resultado geral da quantificação dos topônimos em Abre Campo

		Presença (%)	Ausência (%)
Gênero	Mulheres	51	49
	Homens	53	47
Idade	18 a 30 anos	51	49
	Acima de 70 anos	53	47
Topônimos de cidade Natal	Cidade Natal	56	44
	Outras localidades	51	49
Tipo de Topônimo	Cidade sudistrito	45	55
	Bairro	50	50
	Córrego	86	14
	Fazendas, sítio, casa	100	0
	Rua	0	0
	País	0	0
	Igreja	0	0
	Região	100	0
	Estabelecimento comercial	100	0
	Serra	100	0
	Fator indivíduo	I1F87AC	71
I2F28AC		0	100
I3M70AC		46	54
I4M29AC		75	25

Com relação aos topônimos, verifica-se que, em Abre Campo, ao contrário do que acontece em relação ao uso dos antropônimos, é a presença de artigo definido que é ligeiramente maior (52%). O fator que mais se destaca com relação a essa presença diz respeito ao fato de os moradores de Abre Campo utilizarem mais artigo definido para se referirem aos topônimos de sua cidade natal, ou seja, para se referirem a localidades de Abre Campo mesmo (56%); com relação à idade, verifica-se que informantes com idade acima de 70 anos utilizam mais artigo definido diante de topônimos (53%).

Ao analisar o fator tipo de topônimo, verifica-se que ao se referir a cidades ou distritos a ausência de artigo definido diante de topônimos é ligeiramente maior (55%); já ao se referirem a córregos é a presença de artigo definido que se destaca na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo nesse mesmo contexto (86%). A presença é categórica (100%) em topônimos referentes a fazendas, sítios, casas, regiões, estabelecimentos comerciais e serras, mas o número de dados, nesses casos, não passa de 2 ou 3, não sendo suficientes para sustentar qualquer afirmação que se possa fazer.

Com relação ao fator indivíduo, verifica-se que dois informantes utilizam mais a presença de artigo definido diante de topônimo e dois mais ausência. É interessante observar que o I2 era o único informante de Abre Campo que, com relação aos antropônimos, utilizava mais a presença de artigo definido; já com relação aos topônimos, o I2 é um dos que utiliza mais a ausência de artigo nesse contexto; ou seja, o comportamento desse informante com relação ao uso de antropônimos é totalmente oposto ao seu comportamento com relação ao uso de topônimos.

Os dois quadros que seguem (7) e (8), resumem agora os resultados dos dados da zona rural da cidade de Matipó. O primeiro deles, (7), vem logo abaixo e traz dados relativos ao uso dos antropônimos:

QUADRO 7

Resultado geral da quantificação dos antropônimos em Matipó

		Presença (%)	Ausência (%)
Gênero	Mulheres	80	20
	Homens	90	10
Idade	18 a 30 anos	90	10
	Acima de 70 anos	79	21
Tipo de antropônimo	Nome próprio de pessoa	88	12
	Sobrenome	93	7
	Apelido	71	29
	Nome Completo	66	34
	Hipocorístico	84	16
Grau de intimidade com relação ao antropônimo a que se refere	Pessoa mais próximo	89	11
	Pessoa mais distante	71	29

Distribuição de Qv no <i>corpus</i>	—	76	24
Antropônimos em estruturas de genitivo	—	91	9
Fator indivíduo	I5F95MT	75	25
	I6F30MT	87,5	12,5
	I7M29MT	95	5
	I8M70MT	87	13

Na zona rural de Matipó, com relação ao uso de artigo definido diante de antropônimo, a presença é determinante (83%). Os fatores mais favorecedores dessa forte tendência ao uso de artigo definido são: antropônimos em estruturas de genitivo (91%); gênero, os homens (90%) tendem a utilizar um pouco mais de artigo do que as mulheres (80%); idade, os falantes mais jovens (18 a 30 anos) utilizam mais artigo definido (90%) do que as pessoas mais velhas (79%) diante de antropônimos; com relação ao fator intimidade, os informantes empregam mais artigo definido quando se referem a pessoas mais próximas (89%) do que quando se referem a pessoas mais distantes (71%); os antropônimos que mais favoreceram o uso do artigo foram os sobrenomes (93%), seguidos pelos nomes próprios de pessoas (88%), pelos hipocorísticos (84%), apelidos (71%) e nomes completos (66%).

Com relação ao fator indivíduo, percebe-se que todos os informantes tem preferência em sua fala pela presença de artigo definido diante de antropônimos, presença essa variando entre 75% e 95%.

É interessante também ressaltar que, em nenhum fator pesquisado, a ausência teve predomínio. O quadro (8) traz os resultados da cidade de Matipó relativos ao topônimos:

QUADRO 8

Resultado geral da quantificação dos topônimos em Matipó

		Presença (%)	Ausência (%)
Gênero	Mulheres	46	54
	Homens	62,5	37,5
Idade	18 A 30 anos	50	50
	Acima de 70 anos	50	50
Topônimos da Cidade Natal	Cidade natal	71	29
	Outras Localidades	23	77
Tipo de Topônimo	Cidade ou distrito	35	65
	Bairro	86	14

	Córrego	50	50
	Fazenda, sítio ou casa	64	36
	Rua	100	0
	País	50	50
	Igreja	67	33
	Região	0	0
	Estabelecimento Comercial	0	0
	Serra	0	0
Fator indivíduo	I5F95MT	46	54
	I6F30MT	0	100
	I7M29MT	53	47
	I8M70MT	71	29

Ao se analisar o uso dos topônimos na zona rural de Matipó percebe-se que não há tendência com relação ao uso ou não de artigo definido, o resultado geral da quantificação demonstra que há 50% de presença de artigo na fala dos moradores dessa localidade opondo-se a 50% de ausência.

Quando analisados isoladamente, alguns fatores favorecem a presença e outros a ausência. Como fatores favorecedores da presença de artigo definido, temos: topônimos da cidade natal, os informantes empregam mais artigo para se referirem aos topônimos da cidade de Matipó (71%); com relação ao gênero, os homens tendem a utilizar mais artigo (62,5%) do que as mulheres (46%); quando se analisa o tipo de topônimo, percebe-se que topônimos designativos de bairros (86%) e de fazendas, sítios ou casas (64%) apresentam mais presença de artigo definido; apesar de representativos porcentualmente, os topônimos designativos de ruas e igrejas não tiveram um número de dados relevante. Como fatores favorecedores da ausência, temos os topônimos de outras localidades, sempre ao se referirem a topônimos de outras localidades os informantes da zona rural de Matipó utilizam mais em sua fala a ausência de artigo (77%); as mulheres também têm como característica da fala uma leve tendência a usarem mais ausência (54%) do que presença diante de topônimos; com relação ao tipo de topônimo, a ausência é favorecida também quando o topônimo designa cidades ou distritos.

Ao se analisar o fator indivíduo, verificou-se que as mulheres tenderam a utilizar a ausência enquanto que os homens optaram pela presença.

Os resultados obtidos em cada localidade com relação à ausência e à presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos vêm parcialmente ao encontro da

hipótese inicial desta dissertação: partindo de uma percepção subjetiva da autora, partilhada por moradores da região, notava-se que, apesar de serem vizinhas limítrofes as localidades de Abre Campo e Matipó possuíam a fala diferenciada com relação ao fenômeno sintático da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos e topônimos; Matipó apresentando mais a presença de artigo definido do que Abre Campo. Como foi devidamente informado, as entrevistas foram gravadas com informantes da zona rural dessas duas localidades; assim, o Córrego do Pouso Alto representa a zona rural da localidade de Abre Campo e o Córrego dos Lourenços representa a zona rural de Matipó.

Ao se analisarem os dados e as quantificações obtidas, verifica-se que a hipótese é confirmada com relação aos antropônimos: os falantes da zona rural de Matipó utilizam mais presença de artigo definido (83%) do que os falantes da zona rural de Abre Campo (48%); com relação aos topônimos, não há a confirmação: os falantes de Matipó não têm preferência, pelo menos na quantificação geral, por nenhuma variante (50%), enquanto que os falantes de Abre Campo apresentam ligeira tendência a utilizarem mais a presença de artigo definido (52%); só quando se analisam fatores isolados é que sobressai a preferência por certas estruturas.

Mas, uma das indagações iniciais ainda se mantem: o que faz com que, apesar de serem vizinhos limítrofes, a fala dos moradores desses dois córregos apresente-se diferenciada? Apesar de limítrofes, os moradores dessas duas localidades pertencem a redes sociais diferentes; além de diferenciada, cada uma dessas redes sociais caracterizam-se por serem densas e multipléxicas, o que pode ser confirmado pelas figuras (30), (31), (32) e (33), pela tabela (27) e pelo gráfico (10) presentes neste capítulo e pelos dados históricos, sociais, econômicos e culturais descritos no capítulo 2 desta dissertação. O sentimento de pertença ao grupo de que fazem parte e os laços íntimos que mantem entre si são reforçadores do vernáculo local, fazendo com que sejam mantidas normas diferentes no que diz respeito ao emprego do artigo definido diante de antropônimos e topônimos, principalmente com relação aos antropônimos. Assim, a identidade social e linguística de cada comunidade é mantida; e essa manutenção só ocorre porque há uma espécie de acordo ou aceitação das normas particulares de uso na norma das comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivendo, se aprende: mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

Guimarães Rosa

Neste trabalho, buscou-se investigar, a partir da análise de um *corpus* constituído de gravações de 8 entrevistas realizadas com moradores da zona rural das localidades de Abre Campo e Matipó, os fatores que determinavam a ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos ou topônimos. O intuito era descrever a variação tanto dos antropônimos quanto dos topônimos nas duas localidades em pauta; partindo-se da hipótese de que, apesar de serem vizinhas limítrofes, as cidades de Abre Campo e Matipó possuíam a fala diferenciada com relação ao fenômeno sintático da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos; esta apresentando mais a presença do artigo definido do que aquela.

Cabe lembrar que essa percepção, apesar de subjetiva, era partilhada não só pela autora desta dissertação, como também pelos moradores das duas localidades pesquisadas. Para se comprovar essa impressão inicial, optou-se por pesquisar a zona rural das localidades de Abre Campo e Matipó, respectivamente no Córrego do Pouso Alto e no Córrego dos Lourenços; essa decisão por efetuar o trabalho de campo na zona rural deu-se devido ao fato da fala rural estar mais “preservada”.

Pautando-se nos pressupostos teórico-metodológicos propostos pela Dialetoлогия e pela Sociolinguística, aquela tendo por base os estudos de Rossi (1963), (1980) e Nascentes (1922) e esta tendo por base os estudos de Labov (1972) e Milroy (1980) e Milroy (1992); da Dialetoлогия têm-se a variação diatópica, a escolha dos informantes e a metodologia de pesquisa; da Sociolinguística, tem-se a análise das variantes linguísticas e extralinguísticas; dá-se prioridade à variação diatópica, mas abre-se espaço para outras variáveis como sexo, idade, entre outros, não se esquecendo assim do aspecto multidimensional dos atos de fala.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma análise quantitativa e qualitativa de um *corpus* constituído por 848 dados, sendo que dessas, 620 eram antropônimos, assim divididos: 414 de Matipó e 206; e 228 eram topônimos, assim divididos: 113 de Matipó e 115 de Abre Campo. Das oito entrevistas, foram realizadas quatro em cada córrego, considerando ainda fatores como gênero (masculino e feminino), idade (de 18 a 30 anos e acima de 70 anos) e rede social, conforme a perspectiva de Milroy. Todas as gravações foram realizadas pela

própria pesquisadora, com o consentimento prévio do informante e no córrego de cada um deles, tendo cada entrevista a duração de, no mínimo, 30 minutos cada; as transcrições foram realizadas de acordo com as normas do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC), sofrendo pequenas modificações.

Ao se analisar os dados, verificou-se inicialmente o ambiente sintático-oracional de figuração do artigo; todos os sintagmas nominais (SN's) foram catalogados com o intuito de verificar o percentual de uso ou não de artigo definido e indefinido. Apenas os SN's referenciais foram considerados, sendo desconsiderados os usos não referenciais e os casos de SN's que possuíam classes gramaticais que se encontravam em posição complementar ao artigo. Percebeu-se que os percentuais da quantificação nas duas localidades foram praticamente os mesmos: 35,5% de ausência de artigo definido diante de nomes em Abre Campo e 33 em Matipó; 52% de artigo definido diante de nomes em Abre Campo e 59% em Matipó; 12,5% de artigo indefinido diante de nomes em Abre Campo e 8% em Matipó. Como se vê, é o artigo definido o elemento que apresentou o maior índice percentual de ocorrência nas duas localidades, seguido pela ausência de artigo e do artigo indefinido. A menor porcentagem de ocorrência de artigo indefinido pode estar relacionada ao fato de ser essa a forma padrão de introdução de referentes novos em uma narrativa; segundo Moisés (1995) a introdução de referentes novos na narrativa apresenta estrutura de verbo apresentacional seguido de artigo indefinido e nome; após essa primeira menção, o SN, desde que referencial, aparecerá, nas menções subsequentes, com a estrutura de artigo definido e nome ou de forma pronominal. Isso explica o fato de se terem poucos casos de SN's com artigo indefinido e muitos com artigo definido.

Após quantificar essas ocorrências, passou-se a analisar, separadamente, a atuação ou não do artigo diante dos antropônimos ou topônimos; a variável dependente foi definida como composta de duas variantes: ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos ou topônimos. Logo após, as variáveis independentes foram definidas; para tanto, foram considerados 8 grupos de fatores: localidade, gênero, idade, tipo de antropônimo, grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere, antropônimos em estrutura de genitivo, topônimos da cidade natal, tipo de topônimo; foi incluído também nesta análise a rede social da qual o informante faz parte. Esses fatores foram baseados, em sua maioria, em gramáticas citadas na seção 4.3, na literatura específica cujas resenhas estão na subseção 4.5 e, também, na intuição da pesquisadora.

Ao se analisar o fator localidade, verificou-se que das 321 ocorrências de SN's cujo núcleo é um nome próprio computadas em Abre Campo; 206 são de antropônimos e 115 de

topônimos. Das ocorrências de antropônimos, 107 não eram articuladas (52%) e 99 tiveram a presença do artigo definido (48%). Com relação aos topônimos, constatou-se que 60 ocorrências eram articuladas (52%), ao passo que 55 não (48%). A variação do fenômeno em questão existe e o número de casos de ausência de artigo definido diante de antropônimos é ligeiramente maior do que a presença; ao passo que o número de ausência de artigo definido diante de topônimos é ligeiramente inferior.

Na zona rural de Matipó, foram computados um total de 527 ocorrências; sendo 414 de antropônimos e 113 de topônimos. Das ocorrências de antropônimos, 344 tiveram a presença de artigo definido (83%) e 70 não foram articuladas (17%). Com relação aos topônimos, constatou-se que 57 ocorrências eram articuladas (50%), ao passo que 56 não (50%). Verifica-se que esse é um fenômeno variável na cidade de Matipó, mas que a diferença sintática com relação à ausência ou à presença de artigo definido, bastante acentuada diante dos antropônimos, é praticamente nula quando se analisam os topônimos.

Com relação ao gênero, em Abre Campo, as mulheres usam mais a presença de artigo diante de antropônimo (56%) do que os homens (43%) com relação aos antropônimos. Já com relação aos topônimos, a situação quase se iguala, a variante presença é ligeiramente mais utilizada pelos homens (53%) do que pelas mulheres (51%). Em Matipó, por sua vez, com relação aos antropônimos são os homens que mais utilizam o artigo definido (90%) do que as mulheres (80%). A situação se repete com relação aos topônimos, os homens utilizam mais artigo definido (62,5%) do que as mulheres (46%).

Em Abre Campo, o fator idade não foi determinante para a análise do fenômeno em questão; o uso do artigo definido tanto diante dos topônimos quanto diante dos antropônimos não parece ser motivado pelo fator idade. Já em Matipó, o fator idade não influi em nada no uso de artigo diante dos topônimos; mas no emprego diante de antropônimos fica claro que tanto os idosos (79%) quanto os jovens (90%) tendem a utilizar mais o artigo definido nesses contextos, sendo que estes últimos, tendem a utilizar um pouco mais.

Ao analisar se o tipo de antropônimo utilizado pelo informante seria fator responsável pelo fenômeno de variação da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos, verificou-se que em Abre Campo, o número maior de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa: 46% dos casos apresentaram presença de artigo e 54% de ausência; com relação ao nome completo, houve 46% de presença e 54% de ausência; os hipocorísticos, por sua vez, tiveram 58% de presença e 42% de ausência, o que é interessante pois, se é o fator intimidade que realmente controla a ausência ou a presença de artigo diante dos antropônimos, são os hipocorísticos os antropônimos que possuem uma

carga maior de intimidade ou familiaridade. Com relação à Matipó, percebe-se que o maior número de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa; dessas ocorrências, 88% foram articuladas e 12% não; esse número é seguido pelos hipocorísticos, neles encontramos 84% de presença de artigo definido e 16% de ausência; o maior percentual de artigo ocorreu relacionado aos sobrenomes (93%). Os apelidos tiveram 71% de presença de artigo e os nomes completos 66%.

O fator grau de intimidade do informante com relação ao antropônimo a que se refere visto não só pelas gramáticas tradicionais como determinante para o uso ou não do artigo definido diante dos antropônimos, mas também por Amaral (2007), foi analisado com o intuito de que se comprovasse ou não essa afirmação. Segundo os gramáticos tradicionais o uso do artigo definido diante dos nomes próprios de pessoa denota um tom de familiaridade ou afetividade; assim, antepõe-se o artigo definido diante de antropônimos com o intuito de marcar intimidade. Para Amaral (2007), os falantes usam a variante não predominante, seja ela a ausência ou a presença, para fazer referência a pessoas com as quais não têm nenhum grau de intimidade e a variação predominante para fazer referência às pessoas com as quais possui contato. Verificou-se, em Abre Campo, que o fator intimidade não interfere na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos com relação a pessoas mais distantes (50%) e interfere ligeiramente com relação a pessoas mais próximas (53% de ausência). Já em Matipó, percebe-se que o artigo é predominante tanto no emprego com relação a pessoas mais próximas quanto no emprego com relação a pessoas mais distantes, sendo um pouco mais relevante no primeiro caso; em contrapartida, ao se analisar apenas a ausência nessa mesma localidade, fica claro que quando se trata de pessoa mais distante, os falantes empregam muito mais a ausência de artigo definido (29%), ao passo que, ao se referirem a pessoas mais próximas, empregam muito menos essa ausência (11%).

Com relação à ausência/presença de artigo definido nas ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo, verifica-se que o uso é bem diferente nas duas localidades. Em Abre Campo, há uma ligeira tendência ao uso de artigo definido (54%); enquanto que, em Matipó, a presença de artigo definido nesse tipo de estrutura é quase absoluta (91%). Essa diferença de percentual explica o “estranhamento” percebido por certos falantes e que aparece como marca de distinção da fala dos moradores dessas localidades.

Quando se analisa os topônimos da cidade natal do informante, vê-se que em Abre Campo esse fator não foi determinante (56% de presença); mas que, em Matipó, os falantes tendem a utilizar o artigo definido para se referirem aos topônimos de sua cidade natal (71% de presença), ao passo que usam a ausência de artigo definido para se referirem aos

topônimos de outras localidades, isso pode ser atrelado também ao fator intimidade, ou seja, os informantes de Matipó empregam mais artigo definido a se referirem a localidades com as quais eles possuem mais familiaridade e afetividade: a relação de proximidade com os topônimos da cidade natal é muito maior, o que justifica o uso do artigo; quando se trata de topônimos de outras localidades, não existe ou quase não existe esse tipo de relação, o que justificaria a ausência do artigo definido.

Quanto ao fator tipo de topônimo, colocado por alguns gramáticos como determinante para o emprego ou não do uso do artigo definido, verificou-se que em Abre Campo, o número de ocorrências de alguns fatores não foi suficiente; quase todos os topônimos referiram-se a nomes de cidade ou de distrito, sendo vista uma leve tendência a utilizar esses nomes sem artigo definido (55%); já os nomes de córrego, foram quase todos utilizados com a presença de artigo (86%). Em Matipó, o número de ocorrências de diversos fatores também não foi suficiente; assim como em Abre Campo, a tendência é não se empregar artigo definido diante de nomes de cidade ou distrito, sendo que o percentual de empregos sem artigo nessa cidade é um pouco maior (65%); já os nomes de fazenda, sítio ou casas, tendem a ser empregues com artigo definido (64%); assim como os nomes de bairro (86%).

A última análise realizada diz respeito às redes sociais das comunidades pesquisadas; para Milroy (1980), as redes sociais representam a organização social, ajudando a esclarecer os mecanismos sociais diários que levam os indivíduos a manter sua modalidade de fala, ou seja, que reforçam seu comportamento lingüístico. Foram controladas diferenças com relação a densidade e a multiplexidade; verificou-se que nas duas localidades as redes sociais são densas e múltiplas, formadas a partir de laços fortes, uma vez que todos os indivíduos se conhecem e quase todos partilham de pelo menos mais de um tipo de relação. É justamente isso que faz com que, apesar de serem localidades limítrofes, os dois córregos estudados – Córrego do Pouso Alto, em Abre Campo, e o Córrego dos Lourenços, em Matipó – apresentem padrões lingüísticos diferentes no que diz respeito à ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos, principalmente com relação aos antropônimos, estrutura em que o uso é mais variável. São as redes densas e múltiplas, formadas por laços fortes, que são as responsáveis pela estabilidade da língua e que mantêm o vernáculo de cada localidade resistente às pressões lingüísticas e sociais de outros grupos; apesar de tão próximas, as redes sociais possuem laços fortes o suficiente para resistirem às pressões do grupo vizinho e manter estável a norma lingüística da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: UFBA. Disponível em: <http://www.alib.ufba.br/reunioesnacionais.asp> . Acesso em: 17 de agosto de 2009.

ALIGHIERI, Dante. *Da língua vulgar*. Rocket Editora: Domínio Público, setembro de 1989.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1973.

ALMEIDA MENDES, Andréia. Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos nas localidades de Matipó e Abre Campo. In: *Anais da Semana de Atividades Acadêmicas Especiais – Ensino, Pesquisa e Extensão*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006.

ALVES, Ana Paula Mendes. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens moradores de Barra Longa/ MG que residem em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC, 1920.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais*: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. In: *Veredas on Line – ATEMÁTICA – 1/2007*. p. 116-127.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos da Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Edição Comemorativa dos dois séculos e meio da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Saterb- Ltda., 1971.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Área Geográfica da Inconfidência. In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. v.3.

BATISTI, Elisa *et all*. Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 Disponível em: <www.revel.inf.br> Acesso em: 25 de janeiro de 2009.

BECHARA, Ivanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BLASENHEIM, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In: _____. *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

BORTONI, Stella Maris. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 167-180.
BRAGA, Maria Luiza; NARO, Anthony Julius. *Quantos falantes preciso? Ou a questão do tamanho da amostra*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s.d.]. Mimeografado.

CALLOU, Dinah. *A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo*. Faculdade de Letras da UFRJ, *Série Conferência*, vol. 9. Rio de Janeiro, 2000.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattos. Morfologia Pronominal. In: *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1968.

CAMERON, D; COATES, J (orgs). *Women in their speech communities*. Nova York: Longman, 1990.

CARDOSO, Suzana. *Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir*. D.E.L.T.A. - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo: EDUC, v. 17, Número especial, p. 25-44, 2001.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: com numerosos exercícios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. *La dialectología*. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. Estudos da fala rural: a descrição necessária. *XXIII Enanpoll – GT Descrição do Português –UFGO – Goiás - 2-4 de julho de 2008*.

COSTA, Iraneide. Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

COTTA, Orlando de Abreu. *O Dr. Orlando de Abreu Cotta, prefeito Municipal de Matipó, empenhado de conhecer minuciosamente os casos de alto interesse do município, resolve fazer a juntada do documento tendente do terreno doado para fundar o arraial de São João do Matipó e bem assim outros documentos que possam mostrar antigas provas do caso em apreço*. Matipó, [s.d/s.e]

CUNHA, Celso Ferreira. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1975.

CUNHA, Celso F. da e CINTRA, Lindley F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 1975.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. *Atitudes lingüísticas em escolas de periferia de Juiz de Fora, MG*. Exame de Qualificação. (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A língua de São Paulo. *Revista USP*. Set./out./nov. 2004.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo. 2ª Edição. 1990.

_____. *A toponímia paulistana: formação e desenvolvimento dos nomes da cidade de São Paulo*. [São Paulo: s.e], s.d.

_____. *Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Variante regional do Atlas Roponímico do Brasil)*. São Paulo: USP – FFLCH: [s.d.]

DOMINGUES, José Henrique. Histórico de Abre Campo. In: TAVARES, Sandra Luiza Nacif Bastos; COTTA, Heber Sanches e DOMINGUES, José Henriques. *Redescobrimos Abre Campo*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2006. pp. 19-26.

DU BOIS, John W. Beyond definiteness: the trace of the identity in discourse. In: CHAFE, W. L. *The pear stories – cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980, v.3.

DU BOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. 10. ed. São paulo: Cultrix, 1998.

DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Bases de Análise Linguística*. Coimbra: Almedina, 1977.

FARACO, Carlos e MOURA, Francisco. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O MiniAurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2001.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*; tradução Selma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In : _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo : Cultrix, 1978. p.61-96.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição Indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

JESPERSEN, Otto. *The philosophy of grammar*. New York: WW Norton e Company Inc, The Norton Library, 1965.

JOSÉ, Oiliam. *Indígenas do Brasil – Aspectos sociais, políticos e etnológicos* – Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1965.

HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltda., 1976.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *The design of a sociolinguistic research project (DSRP)*. Chapter II of the Report of the Sociolinguistics Workshop held by the Central Institute of Indian Language in Mysore, India, May-June, 1972a. Mimeografado.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistic*. New York: Cambridge University Press-London, 1968.

_____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. *Linguagem e Lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1997.

MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria, 1981. [1947].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo, Ática, 1991.

MARI, Hugo. *Aspectos da teoria da referência*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* Dissertação (Mestrado em Estudos lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MILROY, James. *Linguistic, variation e change. On the historical sociolinguistic of English*. GB: Basil Blackwell, 1992.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. (1980). Massachusetts, Blackwell, 1980.

MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistic Method and Interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.

MIRA MATEUS, Maria Helena et all. *Gramática da Língua portuguesa*. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Almedina, 1983.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1922.

_____. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, Vol. I, 1958; Vol. II, 1961.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

RADTKE, Edgard e THUN, Harald. Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço. *Cadernos de Tradução*. n. 5. Porto Alegre. P. 31-51, jan. 1999.

ROCHA LIMA, Carlos H, da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. ano/ volu. 23, número 046. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil, pp. 253-270. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200011&lng=es&nr=1&iso=pt> Acesso em: 29 de agosto de 2008.

ROMAINE, Suzanne. *Language in society : an introduction to sociolinguistics*. London: Blackwell, 1994.

ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: INL, MEC, 1963.

_____. Dialectologia. In: Houaiss, Antônio. *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1980, pp. 3.298-3.304. v.7.

SACCONI, Luiz Antônio. *Português bem mais fácil*. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEARLE, J. *Actos Lingüísticos*. Coimbra: Almedina, 1981.

SENNÁ, Nelson de. *Revista do Arquivo Público* [recurso eletrônico] _ ano I, n~I (jan./mar. 1896) - . Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Arquivo Público Mineiro, 2005 – CD 1.

SEVERO, Cristine G. A questão da identidade e o *locus* da variação/mudança em diferentes abordagens sociolingüísticas. *Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e literatutra* – Ano 04 n.07 – 2º semestre de 2007. ISSN 1807-5193.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Formação Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.

SOUZA, Iracema Luiza de. O repertório verbal em uso em contextos afro-baianos. In: *Estudos Linguísticos e Literários*. Número 21-22/jun.-dez. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia, 1998.

SOUZA DA SILVEIRA. *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1960.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2000.

THRANE, T. *Referential-Semantic Analysis: aspects of a theory of linguistic reference*. Londres: Cambridge University Press. 1980.

VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.